

**DOCUMENTO DE PROJECTO*****Apoio às abordagens integradas e abrangentes para a adaptação às mudanças climáticas em África:  
Liderança, demonstração e reforço de capacidades em São Tomé e Príncipe*****Resultados do Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF):**

- **Resultado 1:** Até 2011, um maior número de populações vulneráveis terão acesso a serviços sociais básicos de qualidade e um ambiente saudável.
- **Resultado 2:** Até 2011, as instituições públicas assegurarão a protecção dos direitos humanos, a equidade na distribuição dos recursos naturais e um diálogo permanente com a sociedade civil.

**Resultados Esperados do Programa de País (CP):**

- **Resultado 1.4:** É assegurado o acesso da população em geral à água potável, ao saneamento básico, e a um ambiente protegido.
- **Resultado 2.1:** As instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei.
- **Resultado 2.2:** A harmonização e o sistema de coordenação da ajuda estão em vigor.
- **Resultado 2.3:** Descentralização efectiva para a redistribuição do rendimento nacional.

**Parceiro de Execução:** Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente**Outros Parceiros:** Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural**Breve Descrição**

O pequeno estado insular de São Tomé e Príncipe (STP) enfrenta graves riscos ligados às alterações climáticas, incluindo climas mais quentes, fenómenos meteorológicos mais frequentes e extremos (especialmente inundações) e a subida do nível do mar, a par da já visível erosão costeira. Embora STP tenha já produzido as comunicações nacionais sobre as mudanças climáticas e elaborado o plano de acção nacional de adaptação às alterações climáticas, não têm existido actividades financiadas relativas às mudanças climáticas e a capacidade institucional é ainda fraca a esse respeito. Grandes investimentos são necessários para o desenvolvimento institucional e de políticas, bem como para aumentar a capacidade de adaptação e resistência entre os habitantes da ilha. Este projecto pretende ser um projecto conjunto e co-financiado entre o Banco Mundial e o PNUD para abordar a adaptação às mudanças climáticas. As componentes do projecto do PNUD abordarão os riscos das alterações climáticas no âmbito dos cinco Outputs AAP do Projecto Global, incidindo sobre o reforço: (1) das capacidades de planeamento a longo prazo para a adaptação, incluindo a medição dos níveis de referência das vulnerabilidades meteorológica e da população; (2) das capacidades institucional e de recursos humanos a todos os níveis; (3) das políticas e medidas, com ênfase na já degradada área do Norte de São Tomé para o desenvolvimento de actividades-piloto na consecução de estratégias ao nível da comunidade para a adaptação às alterações climáticas e melhorar a resistência ao nível da subsistência em sectores prioritários. As componentes financiadas pelo BM incidirão essencialmente nas zonas costeiras. O projecto fortalecerá a adaptação e conduzirá a uma melhor resistência às alterações climáticas a nível local, distrital e nacional.

**Total de recursos necessários****Total de recursos alocados:**

- Regular:
  - Financiamento preparatório PNUD: USD 25.000
- Outros:
  - Japão: USD 2.750.000
  - Financiamento paralelo do BM: USD 3.250.000

## Período Programa:

2 anos

Área de resultado principal (Plano Estratégico): Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ID Award do Atlas :

00058436

Data de início:

Março 2010

Data Final:

Dezembro 2011

Data Reunião PAC:

18/08/2009

Modalidades de Gestão:

NEX (nacional)

**Acordado pelo Governo (Título, Assinatura, Data):**

S.E. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades

**Acordado pelo Parceiro de Execução (Título, Assinatura, Data):**

S.E. Ministro dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente

**Acordado pelo PNUD: (Título, Assinatura, Data):**

Representante Residente do PNUD

# ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS .....	3
I. ANÁLISE DA SITUAÇÃO .....	4
II. ESTRATÉGIA .....	18
III. MATRIZ DE RESULTADOS E RECURSOS .....	22
IV. PLANOS ANUAIS DE TRABALHO .....	36
V. ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.....	74
VI. ESTRUTURA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO .....	76
VII. CONTEXTO JURÍDICO .....	85
ANEXOS .....	86
Anexo 1: Matriz de Riscos	
Anexo 2: Ferramentas e recursos do PNUD	
Anexo 3: Principais Funções e Responsabilidades	
Anexo 4: Componentes do projecto conjunto de PNUD e Banco Mundial	
Anexo 5: PIF de STP apresentado ao GEF - 8 de Maio de 2009	
Anexo 6: Mapa de STP mostrando a região de Lobata em pormenor	

## SIGLAS E ABREVIATURA

ALM	Adaptation Learning Mechanism - Mecanismo de Aprendizagem para a Adaptação	MRNE A	Ministry of Natural Resources, Energy and Environment - Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente
CP	UNDP Country Programme – Programa de País do PNUD	MSFC C	Multi-stakeholder Forum on Climate Change - Fórum Multilateral sobre Mudanças Climáticas
CPAP	UNDP Country Programme Action Plan – Plano de Acção do Programa de País do PNUD	MTSF	Ministry of Work, Solidarity and Family - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família
DAER	Directorate of Agriculture and Rural Extension (within MAPDR) - Direcção de Agricultura e Extensão Rural (MAPDR)	MYFF	Multi-Year Funding Framework - Quadro de Financiamento Pluri-Anual
DFish	Directorate of Fisheries - Direcção das Pescas	NAPA	National Adaptation Plan of Action – Plano de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas
DFor	Directorate of Forestry (within MAPDR) - Direcção dos Recursos Florestais (MAPDR)	NCCC	National Communication on Climate Change - Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas
INM	National Meteorological Institute - Instituto Nacional de Meteorologia	OND	October November December - Outubro Novembro Dezembro
MAPDR	Ministry of Agriculture, Fisheries and Rural Development - Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural	RTA	Regional Technical Adviser - Assessor Técnico Regional
MAM	March April May - Março Abril Maio	ST	São Tomé Island - Ilha de São Tomé
MCIT	Ministry of Commerce, Industry and Tourism - Ministério do Comércio, Indústria e Turismo	STP	São Tomé and Príncipe - São Tomé e Príncipe
MCSJD	Ministry of Social Communication, Youth and Sports - Ministério da Comunicação Social, Juventude e Desportos	STPC CC	São Tomé and Príncipe Committee on Climate Change - Comissão sobre Mudanças Climáticas de São Tomé e Príncipe
MNEC C	Ministry of Foreign Affairs, Cooperation and Communities - Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	UNDA F	United Nations Development Assistance Framework - Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas
MOPIT C	Ministry of Public Works, Infrastructure, Transport and Communications - Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Transportes e Comunicações	UNEP	United Nations Environment Programme - Programa das Nações Unidas para o Ambiente
MPF	Ministry of Planning and Finance - Ministério do Plano e Finanças	UNFC CC	United Nations Framework Convention on Climate Change – Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas
		USD	US dollars (\$) - dólares norte-americanos (\$)
		WB	World Bank - Banco Mundial

---

## I. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

### 1. Noções básicas do país e da economia

São Tomé e Príncipe (STP) é um pequeno Estado insular de África Ocidental, com uma população de aproximadamente 160.000 em que a grande maioria se encontra na Ilha de São Tomé. STP ocupa o número 123/177 no Índice de Desenvolvimento Humano, e um pouco mais baixo no Índice de Desenvolvimento sensível ao género: 133/156. A pobreza tem vindo a aumentar ao longo dos últimos 20 anos, com a percentagem da população abaixo do limiar da pobreza em crescimento de 36% a 54% da população entre 1987 e 2001. STP é classificado como um país altamente endividado.

A Ilha de São Tomé (ST) é populada na costa por comunidades de pesca, e na região interior do norte e leste, pelas comunidades de agricultores. ST tem uma rica floresta natural (Obô) na região montanhosa do sul ocidental /central, com uma alta biodiversidade e muitas espécies endémicas de importância internacional. As ilhas têm uma história de grandes plantações de cacau e café cultivadas pelos escravos, que foram divididas após a independência em 1975, em pequenas parcelas de terra e distribuídas entre a população. A agricultura é de subsistência e principalmente para o mercado local. Desde o colapso da indústria do cacau, a economia tem sido fraca, com uma forte dependência sobre a ajuda externa e as importações (exportações em 2007 totalizaram USD3m; importações USD63m) e altos níveis de endividamento (USD 355m em 2006). Existem perspectivas de receitas com base em depósitos de petróleo no Golfo da Guiné pertencentes a STP. O desemprego é um problema para os moradores, com caminhos estabelecidos para a emigração para o continente da África Ocidental para aqueles que procuram trabalho (por exemplo, Libreville, Gabão).

A precipitação é variável em toda a ilha, a região do Oeste tem clima tropical, recebendo níveis muito elevados de chuva (> 7.000 milímetros por ano), enquanto a região norte tem um clima tropical muito mais seco com menos de 1.000 milímetros por ano. Actualmente STP é um sumidouro líquido de carbono, absorvendo o dobro do que emite, devido aos altos níveis de floresta e os baixos níveis de desenvolvimento. No entanto, como o país tem a procura de madeira (principalmente de lenha para uso doméstico) maior de que a produção, existem fortes pressões sobre a floresta acessível.

### 2. Problemas e causas principais

Há somente uma quantidade limitada de profissionais com conhecimento das questões a respeito das mudanças climáticas em STP. STP participa das negociações da UNFCCC, sendo um membro do G77+China, a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e os grupos da África, e é uma nação considerada altamente vulnerável, devido à sua pobreza e de ser uma pequena ilha. STP produziu uma Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas (2004) e Programa de Acção para Adaptação Nacional (2007) e está em processo de preparar uma segunda Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas (2009-2010).

Projeções climáticas para a região, a longo prazo, são de maior variabilidade em eventos climáticos e situações mais extremas, juntamente com temperaturas médias mais elevadas. STP não tem acesso a dados suficientes sobre as alterações climáticas e da variabilidade climática em escala útil. O aumento da temperatura média observado em São Tomé e Príncipe até à data, tem sido de 0,1°C por década desde os anos 60. Uma simultânea diminuição significativa na precipitação (5,2% por década) durante os meses de Março, Abril e Maio, bem como contínua diminuição durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro, fez aumentar o período da estação seca. A diminuição do volume dos rios e da precipitação é observado e relatado pela população.

Projeções para o futuro indicam um clima mais quente, e os impactos incertos sobre as médias de precipitação (ver Figura 1). É esperado um aumento extremo de precipitação. A baixa resolução dos modelos de circulação global torna impossível analisar a área a não ser a um nível nacional. Infelizmente, devido ao habitat e diferenças de nicho ecológico criado sobre uma área pequena pelas altitudes desta pequena ilha vulcânica, os modelos de circulação global, não podem actualmente fornecer a informação útil e precisa a nível sub-nacional. Esta incerteza científica continua a ser uma questão central em torno da mudança climática em STP.

Os potenciais impactos das mudanças climáticas sobre a população não são bem conhecidas, quer em termos de alterações meteorológicas, quer em termos dos impactos físicos, sociais, económicos e culturais relacionados com o presente. Existe actualmente uma capacidade muito limitada em todo o governo e na sociedade civil para compreender ou resolver este problema, através do conhecimento, recursos técnicos ou financeiros. O PIF produzido pelo Banco Mundial em conjugação com este projecto fornece um sumário da documentação disponível sobre as mudanças climáticas:

Em 2004, STP publicou a sua Primeira Comunicação Nacional à UNFCCC, e identificou cinco sectores particularmente vulneráveis às mudanças climáticas, sendo eles: a pesca, floresta, saúde, educação, água e agricultura. A primeira comunicação incluiu previsões sub-regionais de mudanças climáticas utilizando simulações geradas através do Centro Europeu de Previsão do Tempo Médio em Hamburgo, Global Climate Model (ECHAM4). Estas simulações sugerem que um aumento na temperatura de até 2º C pode ser esperado até 2100, juntamente com uma diminuição da precipitação de cerca de 15% na sub-região de STP. Cenários do IPCC prevêm também um aumento na temperatura de até 2º C, até meados do século XXI para a região de STP, com maior variação nos padrões de precipitação, períodos mais longos de estações secas e aumento de inundações e névoas secas.

Em 2007, STP lançou o Plano de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA), que identificou 22 prioridades urgentes e imediatas de adaptação às alterações climáticas. O objectivo do NAPA de STP é promover intervenções específicas em sectores prioritários, nomeadamente o sector das pescas, das florestas, da saúde e da água, entre outros, para dar resposta às urgentes e imediatas necessidades de adaptação dos grupos mais vulneráveis do país (por exemplo, pescadores artesanais, agricultores e mulheres).

Essa vulnerabilidade para apresentar variabilidade climática tende a aumentar no futuro devido ao aumento esperado de eventos meteorológicos extremos que, de alguma forma, já foram observados. Em essência, São Tomé e Príncipe não só terá de se adaptar aos futuros impactos negativos da variabilidade climática e da mudança, como terá também de resolver o défice actualmente existente na adaptação à variabilidade climática, particularmente em zonas costeiras vulneráveis e bacias hidrográficas.

Uma análise mais recente realizada pelo PNUD / Universidade de Oxford resumiu as projecções futuras para São Tomé e Príncipe, e mostram que a precipitação pode diminuir ou aumentar até 2090, com mais eventos extremos, enquanto a temperatura deverá aumentar.

### **Projecções GCM (Global Climate Model) de Clima Futuro**

#### **Temperatura:**

- A temperatura média anual é projectada para aumentar de 0,8 para 2,4°C, até o ano 2060, e 1,2 a 4,0°C, até ao ano 2090. A gama de projecções para 2090, em qualquer cenário de emissões, é de 1-1,5°C.
- Todas as projecções modelo indicam um aumento substancial na frequência de dias e noites que são consideradas "quentes"<sup>1</sup> no clima actual. A taxa em que aumenta a frequência de dias quentes, porém, varia consideravelmente entre os modelos.
  - o Anualmente, as projecções indicam que "os dias quentes" irão ocorrer em 30-98% dos dias até ao ano 2060, e 41-99% dos dias até ao ano 2090.
  - o Noites que são consideradas "quentes" para o clima anual de 1970-99 são projectados para ocorrer em 38-99% das noites até ao ano 2060 e 50-100% das noites até ao ano 2090.
- Todas as projecções indicam diminuição na frequência de dias e noites que são considerados "frios"<sup>3</sup> no clima actual. Estes eventos deverão tornar-se extremamente raros, e não ocorrem na maioria das projecções até ao ano 2060.

#### **Precipitação:**

- Projecções de precipitação média anual feitas em todo o país, utilizando vários modelos diferentes, indicam uma grande variedade de mudanças na precipitação de São Tomé e Príncipe.

As mudanças projectadas vão de -43 para +35 mm por mês (-7% para +23%) até os anos 2090, o que significa de +1 a +6 mm por mês (0 a 2%)

- As projecções indicam um aumento da precipitação total anual em Outubro, Novembro e Dezembro, com as alterações a variar de -39 para +61 milímetros por mês (-15 a +40%) até aos anos 2090.
- Os modelos são bastante consistentes na indicação de aumento da chuva total nas alturas de precipitação pesada<sup>3</sup>. Anualmente, essas alterações variam de -3% a +11%.
- As projecções indicam que a quantidade de precipitação de 1 e 5 dias têm tendência a aumentar em magnitude. A medida de um dia pode aumentar desde -2mm para +34mm e a máxima de 5 dias pode aumentar de -9 milímetros para +70 milímetros. Estes aumentos afectam principalmente a precipitação dos meses de Março, Abril, Maio, Outubro, Novembro e Dezembro.

## Situação de Base

Sem a intervenção do projecto, a população de STP será gradualmente cada vez mais afectada pelos impactos das alterações climáticas (ver Quadro 1). Embora não existam dados científicos disponíveis neste momento para fundamentar isto, pode-se esperar que a segurança de sobrevivência será posta em risco com o aumento de inundações e tempestades, que provavelmente provocarão danos às culturas. Actualmente, as tempestades impedem os pescadores de pescarem, ou causam morte e lesões, o que resulta em dificuldades a longo prazo para as famílias que ficam sem rendimento. Embora as projecções de aumento de eventos extremos são incertas, um aumento de inundações e tempestades provocaria uma aceleração na pobreza e problemas de saúde relacionados, em alguns grupos marginalizados e já em situação de pobreza (ou pobreza crónica).

O aumento de temperatura a longo prazo, juntamente com uma potencial diminuição da quantidade total de precipitação anual (previsto pela população e não através dos modelos) e a continuação de desflorestação descontrolada, irá acelerar a savanização de partes do norte da ilha de São Tomé. Isso irá agravar os problemas existentes com respeito à segurança alimentar e aumentar o défice económico a nível nacional. A incerteza científica sobre as mudanças de precipitação futura e eventos extremos permanece um problema significativo para o planeamento de uma resposta definitiva (ver Figura 1): uma abordagem centrada na resiliência e construção de capacidades adaptativas é a solução ideal neste caso, combinado com as alterações de infra-estruturas que são importantes em prevenção de desastres.

As causas fundamentais e factores não-climáticos agravantes incluem: factores sócio-culturais, falhas de capacidade em níveis administrativos e a nível de formulação de políticas, de técnicos e de implementação, como abaixo discriminado:

### 2.1 Factores socio-culturais agravantes

Muitos factores sistémicos limitam a capacidade de resposta às alterações climáticas. Falta de investimento a longo prazo no sector agrícola, mercados externos desfavoráveis e a fraqueza dos mercados internos, tem aumentado a vulnerabilidade dos meios de subsistência baseados na agricultura. A degradação ambiental é um problema no norte de STP porque as populações rurais pobres continuam a desmatar áreas existentes para obter lenha e madeira para a produção artesanal de carvão vegetal para comercialização, por vezes em áreas protegidas.

Numa escala mais alargada, a economia de STP tem mostrado dificuldades desde a sua independência, colocando-o no actual estatuto de países mais endividados. A marginalização social de determinados grupos por motivo de sexo, idade ou razões culturais, pode criar uma maior vulnerabilidade das mulheres, dos idosos e dos jovens, assim como alguns grupos de pescadores artesanais (*Angolares*), em suas tentativas de se adaptar às mudanças climáticas.

O relatório de 2005 do PNUD relata: "A estrutura social, progressivamente enfraquecida, está a aumentar as disparidades regionais, privando áreas rurais e grupos vulneráveis, especialmente as

mulheres [sic]." Há esperança entre a população que as potenciais receitas provenientes do petróleo descoberto no Golfo da Guiné, e agora perto de extração, podem ajudar a transformar a economia. O programa PNUD está centrado em estabelecer imparcialidade e a melhorar o acesso ao serviço antes que as receitas do petróleo possam piorar estas desigualdades.

## 2.2 Lacunas institucionais sobre as alterações climáticas

Existem Lacunas institucionais no acesso e transferência de conhecimentos de nível internacional para um nível nacional e distrital. Há a necessidade de um desenvolvimento maior na liderança em matéria de alterações climáticas, bem como um maior compromisso das partes envolvidas na atenuação e adaptação das alterações climáticas, embora claramente a adaptação é mais urgente para esta população.

A recém-formada Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável para STP não tem poderes formais e não é muito conhecido entre os ministérios. Reforço da capacidade é uma prioridade no governo em níveis de planeamento nacional. A nível local e distrital ainda não foi iniciado nenhum projecto que lida com as questões das mudanças climáticas a nível central. Os recursos públicos a nível distrital são limitados e, raramente, abordarem as questões ambientais além das questões de saneamento básico.

## 2.3 Lacunas técnicas e na formulação de políticas sobre as alterações climáticas

STP ainda não integrou as mudanças climáticas em seus documentos de política nacional ou distrital. STP tem uma capacidade técnica muito limitada no âmbito das alterações climáticas e da variabilidade, e numa escala maior, no âmbito da extensão agrícola e ambiental devido ao financiamento limitado do governo). O Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente, tem apoiado a criação da primeira comunicação nacional (NCCC), da UNFCCC (Convenção das Nações Unidas sobre mudanças Climáticas), seguido por um Programa de Acção Nacional para adaptação às mudanças climáticas para STP (NAPA). Um quadro jurídico para a protecção do meio ambiente já existe, embora a aplicação destas leis continua a ser problemática.

**Quadro 1: Impacto das alterações climáticas sobre a situação inicial em STP**

Possíveis efeitos sobre o clima	Possíveis impactos sobre a população a longo prazo	Possíveis efeitos a longo prazo e mais abrangentes sobre a população
Aumento de inundações	Lesão humana / morte; Danos às culturas; Morte Pecuária; Danos a Habitações; Riscos para a saúde devido à impureza da água.	Declínio em meios de subsistência de segurança Mais vulneráveis, mais pobres / mais atingidos; Esgotamento de recursos governamentais para responder a situações de calamidade de emergência.
Aumento de tempestades	Danos às culturas; Eventuais incêndios em zonas secas.	Subsistência dos agricultores ameaçada; Declínio da segurança alimentar nacional.
Diminuição na precipitação	Aumento de água necessária para as culturas; Possível falha de colheita Necessidades para irrigação	Subsistência dos agricultores ameaçada, especialmente os mais vulneráveis e pobres que não conseguem investir; Declínio da segurança alimentar nacional.
Aumento de Temperatura	Possíveis riscos para a saúde humana devido a insolação / sobreaquecimento	Afecta os doentes, especialmente idosos,

Possíveis efeitos sobre o clima	Possíveis impactos sobre a população a longo prazo	Possíveis efeitos a longo prazo e mais abrangentes sobre a população
Aumento de precipitação	Benefícios para culturas em áreas secas, disponível apenas para aqueles agricultores que podem exercer métodos de conservação de água Aumento de ervas daninhas e possivelmente outras pragas, diminuindo o rendimento e exigindo mais esforço.	Subsistência dos agricultores mais pobres ameaçada
Aumento na variabilidade climática (acima de variabilidade actual)	Períodos de duração anormais de seca, provocam uma diminuição na colheita e possível fracasso total devido à prática de cultivo de terras de acordo com os padrões climáticos tradicionais	Subsistência do agricultor ameaçada; Declínio da segurança alimentar nacional

### 3. Proposta de resposta

A resposta que se propõem é um projecto conjunto coordenado pelo PNUD e o Banco Mundial, que irá colaborar nas actividades de adaptação às mudanças climáticas em STP e também irá desenvolver e fomentar a cooperação entre os outros doadores e investidores em mudanças climáticas. Juntos, o PNUD e o Banco Mundial pretendem elaborar uma série de acções prioritárias identificadas no NAPA (apêndice 3), com o PNUD centrado no reforço das capacidades e adaptação terrestre, enquanto o BM se concentra na adaptação de recursos costeiros e marinhos. O PNUD e o Banco Mundial irão trabalhar em conjunto a nível administrativo, de gestão e a níveis essenciais ao longo deste projecto.

As populações rurais pobres foram identificadas como prioritárias para financiamento de adaptação (WRI 2009; GDPRD 2009). O WRI (Instituto de Recursos Mundiais) e instruções da GDPRD (Plataforma Global doadora para desenvolvimento Rural) realçam a importância de três áreas: a criação de um ambiente favorável a nível nacional; o fortalecimento das instituições locais e participação (incluindo acesso a mercados, infra-estruturas e tecnologias, negócios relevantes e formação em gestão de competências, juntamente com formação técnica); e a instituição de boas métricas de governação e de adaptação. Além disso, a GDPRD (2009) sublinha a necessidade de aprender com as iniciativas de desenvolvimentos anteriores e integrar em iniciativas, este conhecimento e esta compreensão do contexto, e sugere que os moradores rurais devem ter autonomia para decidir sobre as actividades mais adequadas e desejadas a empreender para promover a adaptação resistente.

Se, em São Tomé e Príncipe, se continuar a viver da mesma maneira no futuro, haverá uma continuação e um agravamento da erosão costeira, criando pressões de realojamento com a destruição das habitações e terras, conforme descrito no Napa e 1º NCCC. As zonas agrícolas iriam ver um declínio no rendimento devido ao aumento da variabilidade da precipitação, inundações e secas. A pressão actual sobre desflorestação causada pelo desenvolvimento, vai continuar nas áreas de savana, degradando o habitat ainda mais. Os problemas de saúde associados à falta de acesso a água potável seriam intensificados devido ao evento de mudanças climáticas. Os pobres e marginalizados tornar-se-iam ainda mais pobres.

O NAPA identificou 22 prioridades / projectos (ver Anexo IV para a lista dessas prioridades mostrando quais deles serão abordados neste projecto). O NAPA e o 1º NCCC são o ponto central da concepção deste projecto e é construído sobre as suas recomendações. A informação é usada como uma ferramenta de orientação para o desenvolvimento do projecto, com componentes incluídos neste, onde lacunas foram identificadas nas áreas de ciências físicas e sociais.

Um número limitado de sectores foram seleccionados para focalização nesta primeira fase do projecto, com o objectivo de reflectir sobre o financiamento disponível, para garantir a alta qualidade de entrega do projecto, bem como para assegurar que a capacidade no país se desenvolva

gradualmente, promovendo com sucesso um contínuo aumento das capacidades de adaptação e resistência no futuro. Os autores do NAPA serão representados no Comité sobre Mudança do Clima, para assegurar a continuidade dos esforços no âmbito das mudanças climáticas feitas por STP até à data, e para que a aprendizagem institucional seja continuada.

Para resolver os problemas identificados e as causas principais das mudanças climáticas e da adaptação às mesmas em São Tomé e Príncipe, é proposto um conjunto de respostas:

**OUTPUT 1: Introduzir mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas.**

Neste Output, o projecto fornecia recursos para a realização de uma análise inicial da capacidade existente no âmbito das mudanças climáticas e da estrutura institucional em cada ministério e direcção, das principais Organizações não governamentais (ONG) e das agências doadoras. Através desta análise, serão propostas as opções para reforçar a resistência às mudanças climáticas, e os resultados do estudo serão divulgados a nível nacional, promovendo assim a sensibilização dos riscos e oportunidades relacionadas com as mudanças climáticas.

Ferramentas de planeamento serão elaboradas e divulgadas, para fazer a avaliação das opções referentes aos riscos e às adaptações às mudanças climáticas em diferentes níveis, para serem integradas nas leis, com formação prevista para cada uma das organizações envolvidas, identificadas para formação no uso das ferramentas, garantindo que estas possam ser modificadas como necessário. Segue um resumo das actividades neste Output:

**Output 1 RESULTADO ACTIVIDADE 1: Os stakeholders nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomadas de decisões ao nível climático.**

*Acções: Fazer um inventário das capacidades existentes para mudanças climáticas e da estrutura institucional; produzir briefings curtos, adaptados para os sectores de STP, sobre os efeitos potenciais e opções para adaptação e mitigação; determinar as necessidades de adaptação a longo prazo; formular um plano de desenvolvimento de capacidades a nível nacional e ajudar as instituições a fortalecer a capacidade e a aplicar a informação.*

**Output 1 RESULTADO ACTIVIDADE 2: Capacidades de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas.**

*Acções: Criar ferramentas para o planeamento a longo prazo em vários níveis; envolver entidades principais / prestar apoio orçamental / mandato para usar ferramentas; avaliar a eficácia; refinar ferramentas; formação efectuada.*

**Os potenciais obstáculos a esta resposta:** capacidade limitada em matéria de mudanças climáticas, falta de envolvimento / interesse da parte de stakeholders incluindo o governo, falta de transparência e boa governação (ver secção 3 para mais pormenores).

**OUTPUT 2: Fortalecer as estruturas institucionais e de liderança para gerir de forma integrada, a nível local e nacional, os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas.**

O projecto identificará as necessidades de gestão na adaptação às futuras mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe, e terá como base a recém-formada Comissão de Desenvolvimento Sustentável, para a criação de uma subcomissão ou uma nova comissão sobre Mudanças Climáticas, que será encarregada de supervisionar a integração das mudanças climáticas através dos ministérios e direcções. A Comissão de Mudanças Climáticas terá uma função consultiva sobre actividades em matéria de mudanças climáticas, composta por pessoas com experiência e conhecimento significativo no domínio das mudanças climáticas e / ou desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe. Um fórum multilateral em que participa um grupo de stakeholders sobre a Adaptação às Mudanças Climáticas, proporcionará uma diversidade de perspectivas sobre as mudanças climáticas, promoverá o fortalecimento de redes e liderança, e ajudará no processo de sensibilização.

O projecto reforçará a sensibilização, a compreensão e a capacidade de gerir as mudanças climática aos níveis mais altos junto aos que tomam as decisões, através de processos, cenários para desenvolvimento futuro e impactos das mudanças climáticas. Além disso, o projecto irá reforçar a capacidade individual que é necessária e que foi identificada a nível técnico a respeito das mudanças climáticas, com formação adaptada, provisão para participação em cursos de formação genérica sobre as mudanças climáticas, e níveis de gerência e de liderança ambiental. Este conhecimento crescente reforçará o governo e a capacidade nacional.

Serão também feitos esforços para chegar a outras stakeholders na comunidade empresarial, entre as organizações doadoras e ONGs, a fim de aumentar a consciencialização para as mudanças climáticas e simultaneamente aumentar a liderança ambiental nessas áreas.

Um resultado natural deste output envolve a formação de potenciais orientadores a nível das comunidades: sensibilização e formação de liderança em matéria de adaptação às mudanças climáticas a nível da comunidade, dentro dos grupos comunitários existentes, das redes de Organizações Não Governamentais, das escolas e organizações de juventude. Esta formação será iniciada no distrito de Lobata, expandindo-se para outras áreas de STP, aumentando assim a consciencialização através de uma variedade de métodos de comunicação, identificação e formação do “campeão do clima”. Aqueles treinados com sucesso nas actividades piloto estariam envolvidos nas fases subsequentes de treino em STP. Segue um resumo das actividades deste output:

**Output 2 RESULTADO ACTIVIDADE 1: Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e às oportunidades das mudanças climáticas reforçadas.**

*Acções: Fortalecer / reestruturar a unidade do governo nacional sobre mudanças climáticas; projectar e implementar planos de integração sobre mudanças climáticas; apoiar o desenvolvimento da capacidade do pessoal; criar e incorporar as mudanças climáticas em sectores prioritários.*

**Output 2 RESULTADO ACTIVIDADE 2: Criar uma plataforma multi-stakeholders para funcionar como conselheira nas questões de adaptação às mudanças climáticas e no desenho da estratégia da plataforma de coordenação e de lições aprendidas sobre as mudanças climáticas.**

*Acções: Criar uma estratégia para a melhor plataforma de coordenação para as mudanças climáticas e desenvolver as funções e mandatos da plataforma MC. Adesão alargada para incluir as ONGs, sector privado e representação local. Proporcionar formação.*

**Potenciais obstáculos a esta resposta:** capacidade limitada em matéria de mudanças climáticas; falta de envolvimento / interesse por grupos de stakeholders, incluindo governo; falta de transparência e boa governação (ver secção 3 para mais pormenores).

**OUTPUT 3: Políticas e medidas, nacionais e sectoriais, sólidas ao nível climático concebidas, testadas e implementadas em sectores prioritários**

No âmbito deste Output, o projecto irá garantir dois conjuntos de actividades.

1. Análise cruzada das políticas sectoriais e concepção de uma estratégia e de um processo para a integração das mudanças climáticas nas principais políticas nacionais e sectoriais (começando com a Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP), já em curso). Através de um processo de envolvimento com as direcções e os ministérios, as mudanças climáticas serão integradas como uma medida fundamental para consideração.

O projecto acompanhará de perto e registará este processo. Com os benefícios de ser uma pequena ilha com relativamente poucos ministérios dentro dos quais se pode trabalhar, a integração pode ser seguida de perto para que São Tomé e Príncipe se possa tornar rapidamente num dos principais especialistas na integração das mudanças climáticas e utilizar o seu conhecimento para ajudar outros países lusófonos Africanos, bem como outros.

2. A criação, o ensaio e a implementação de medidas para mudanças climáticas, consideradas prioritárias no Napa e através de discussões posteriores com os peritos nacionais e sectoriais. O

projecto do Banco Mundial irá centrar-se nas regiões costeiras; o componente do PNUD vai centrar-se em medidas na região de Lobata na Ilha de São Tomé, nonexo de floresta-água-agricultura.

**A primeira parte** do componente PNUD efectuará uma revisão dos dados climáticos existentes e a criação de sistemas de monitorização meteorológico contínuo, como exigido, a fim de gerar informações suficientes para serem utilizadas como base para análise da variabilidade do clima e das mudanças climáticas nos próximos anos.

**A segunda parte** concentrar-se-á em analisar os dados existentes sobre as florestas, a agricultura e a água anexando inventários e mapas, conforme necessário, do uso da terra, zonas ecológicas, animais e espécies de plantas sensíveis ao clima. Estes servirão de base para o acompanhamento de mudanças climáticas.

**Terceiro**, o projecto pode então proceder a uma análise de riscos climáticos e consideração das mudanças futuras, fazendo uma análise, sensível a género, das condições de vida e vulnerabilidade do clima: a nível local, da comunidade e distrital. Ferramentas para testar a resistência doméstica e agrícola às mudanças climáticas serão adaptadas para esta região.

**Em quarto lugar**, usando esta avaliação e utilizando processos participativos envolvendo a sociedade civil, e uma abordagem de gestão sustentável dos recursos naturais, devem ser desenvolvidos uma série de projectos na região de Lobata (ver Anexo 6 para o mapa), centrados em:

- **Silvicultura** (reflorestação de áreas degradadas, gestão florestal sustentável, sistemas agro-florestais),
- **Agricultura** (diversificação, reforço da produção agrícola baseada na resiliência, reforço das capacidades de grupos de agricultores e expansionistas, tornar as práticas agrícolas resistentes ao tempo) e diversificação rural relacionada (sustentável, à prova de clima, possibilidades não agrícolas)
- **Água** (construção piloto de reservatório impermeabilizado para fornecer água potável, água para irrigação e energia hidroeléctrica; abordagens resistentes da comunidade, por exemplo micro-irrigação; pilotos de protecção contra inundações, nomeadamente valas de drenagem e protecção contra deslizamento)
- **Actividades a nível comunitário:** i) sensibilização sobre as questões ambientais (por exemplo, actividades de educação ambiental para grupos vulneráveis através da proximidade do Jardim Botânico da Ilha de São Tomé e da experiência adquirida com as ONGs locais e de outros fornecedores, por exemplo através da música / drama (ver Output 2 para planos de sensibilização e liderança na comunidade). ii) criar um espaço para demonstração de habitação sustentável e fogões domésticos energeticamente eficientes, e outros aparelhos para o lar e para pequenas empresas iii) apoio a áreas protegidas na região de Lobata e plano de gestão elaborado com a comunidade local.

Uma série de actividades de sensibilização relacionadas com o acima mencionado seriam realizadas mais amplamente em São Tomé para aumentar a consciencialização das mudanças climáticas. Segue um resumo das actividades deste Output.

**Output 3 RESULTADO ACTIVIDADE 1: Políticas sólidas ao nível climático implementadas em sectores prioritários.**

**Acções:** *Identificar os sectores prioritários para a integração; processo de integração através de múltiplas abordagens, incluindo capacitação, assistência técnica e de pesquisa, produção, em conjunto, de relatórios escritos em relação a este assunto.*

**Indicador:** *Número de sectores chave identificados com integração nas MC.*

**Output 3 RESULTADO ACTIVIDADE 2: Quatro actividades-piloto implementadas na região de Lobata**

**Acções:** *Utilizando processos de aprendizagem prática com a participação dos*

*stakeholders, incluindo grupos vulneráveis, planejar e implementar as actividades do projecto relativas à água, agricultura, silvicultura e exposição de habitação sustentável / energias renováveis / boas práticas domésticas / baixo consumo de lenha.*

**As barreiras potenciais para essa resposta incluem:** habilidade técnica limitada sobre as mudanças climáticas; falta de definição de prioridades das mudanças climáticas da parte dos stakeholders; factores históricos / sociais que levam à falta de interesse no investimento a longo prazo em espaços rurais; falta de transparência e boa governação (ver Secção 3 para os pormenores).

#### **OUTPUT 4: Opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional**

Após o diagnóstico dos Outputs 1 e 2, o projecto determinará o potencial de instrumentos fiscais e reguláveis para incentivar a adaptação às mudanças climáticas. O projecto poderá ajudar o governo a coordenar os doadores através da comissão consultiva para mudanças climáticas, integrar o financiamento dos doadores na plataforma executiva, a fim de promover a cooperação eficaz para o desenvolvimento de iniciativas sobre mudanças climáticas.

Devido ao tamanho de São Tomé e Príncipe e os seus actuais níveis elevados de endividamento, é provável que a curto-médio prazo, a maioria do financiamento para a adaptação será proveniente de fontes internacionais (multi-laterais, bilateral fundo de adaptação, possivelmente pagamentos de mitigação por serviços ecossistema e extracção de carbono). No entanto, com forte integração das questões das mudanças climáticas nas abordagens dos ministérios, os fundos nacionais para a adaptação podem, no futuro, ser atribuídos através de apoio orçamental geral e fundos do governo.

Um sistema de Micro-financiamento para as actividades de adaptação relativas ao Output 3 (por exemplo: a habitação sustentável e fogões para conservação de Energia) proporcionará um ambiente propício para as famílias pobres investirem progressivamente na adaptação. As possibilidades para um sistema de micro-financiamento serão investigadas junto das comunidades locais usando uma abordagem sensível ao género. O projecto também investigará e enfatizará o potencial para o envolvimento do sector privado, nomeadamente ao nível das pequenas e médias empresas, no desenvolvimento e fornecimento tecnológico, o que beneficiará iniciativas de empresas locais. Segue um resumo das actividades neste Output:

#### **Output 4 RESULTADO ACTIVIDADE 1: Instrumentos financeiros, fiscais e/ou baseados no mercado, avaliados e projectados para facilitar a adaptação dinâmica às mudanças climáticas**

*Acções: Integrar o Output 1, Acção 1.1 com pesquisas para avaliar os potenciais incentivos (sensíveis ao género) para a adaptação às mudanças climáticas, através de instrumentos fiscais e reguladores; desenvolver uma estratégia de financiamento; estabelecer o órgão competente para responder a questões financeiras relacionadas com as mudanças climáticas.*

#### **Output 4 RESULTADO ACTIVIDADE 2: Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.**

*Acções: Documento de síntese, instrumentos financeiros inovadores para a Adaptação baseada na Comunidade (CBA) usando a abordagem de microfinanças.*

**As barreiras potenciais para esta resposta incluem:** falta de interesse da parte do governo e de outras partes envolvidas; a falta de capacidade técnica (ver secção 3 para mais pormenores).

**OUTPUT 5: Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades das alterações climáticas geradas e partilhadas a todos os níveis, inclusive com o continente africano.**

A nível nacional, o projecto realizará actividades de alcance como indicado nos Outputs 2 e 3. A nível internacional, o projecto será levado a cabo através do programa APP e, portanto, terá a oportunidade de representação através de fóruns multilaterais de doadores das Nações Unidas. O projecto investirá na comunicação internacional, aprendizagem e envolvimento através do processo da UNFCCC (G77, grupo África, SIDS, o Programa de Trabalho de Nairobi), bem como através de visitas de intercâmbio, conferências, acções de formação adaptadas para São Tomé e Príncipe proporcionadas por organizações internacionais, e participação em cursos de formação em outros países. O mecanismo para aprendizagem de adaptação estabelecido pelo PNUD irá proporcionar uma plataforma principal para a partilha de lições entre todos os países envolvidos nesses projectos. O projecto irá participar de um esquema de partilha de informações entre os países lusófonos da África e fora dela, especialmente o Brasil, onde lições importantes sobre a adaptação podem ser aprendidas em conjunto. O projecto irá também contribuir para portais internacionais de aprendizagem na web como por exemplo o SciDevNet e portais de adaptação baseados na Comunidade. Segue um resumo das actividades neste Output:

**Output 5 RESULTADO ACTIVIDADE 1: Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional.**

**Acções:** *Analisar e documentar estudos de casos; criar e montar uma plataforma de conhecimento e modelos relacionados, e preparar materiais, consultas de análise e disseminação, etc. Instituir uma rede regional para a inter-revisão dos processos, visitas dentro e fora do país e actividades de seguimento de aprendizagem e de divulgação.*

**As potenciais barreiras para esta resposta incluem:** falta de comunicação e boa governação do projecto, falta de capacidade em matéria de mudanças climáticas (ver secção 3 para mais pormenores).

**GÉNERO:** Usando as orientações da equipa do género PNUD BDP, e através da colaboração com a equipa do escritório do PNUD, que está actualmente a estudar as questões de género, o projecto irá abordar a vulnerabilidade do género através do Output 3, com uma análise de subsistência sensível ao género na região de Lobata. Além disso, no Output 4, será investigado o acesso das mulheres ao programa de micro finanças para poderem tomar medidas no lar. Outras actividades a nível da comunidade no Output 3 serão concebidas de forma sensível ao género, mas também sensíveis às vulnerabilidades relacionadas à idade (idosos e jovens), bem como conjuntos de habilidades distintas que estes grupos "vulneráveis" podem oferecer em matéria de adaptação às mudanças climáticas (idosos podem oferecer relatos históricos do clima; as mulheres podem ser um foco para o desenvolvimento de actividades de diversificação rural e uma maior participação local; adolescentes podem abraçar as possibilidades de futura liderança ambiental; O envolvimento das crianças pode motivar os adultos).

As actividades concebidas em torno destes grupos considerados vulneráveis levarão a oportunidades para o aumento de renda, potencial reforço de Capacidade e maior equidade / poder dentro das estruturas culturais.

Em resumo, este projecto visa concentrar-se em reforçar as capacidades da liderança com conhecimentos técnicos e soluções tecnológicas a serem utilizadas como e quando apropriado com um componente essencial de formação, sensibilização e capacitação a todos os níveis em São Tomé e Príncipe sobre as mudanças climáticas e adaptação às mudanças climáticas. Através da criação de capacidades em matéria de mudanças climáticas em termos de integração política e extensão técnica, este projecto irá criar um conjunto de pessoal treinado, que será capaz de desenvolver estas habilidades e procurar os meios financeiros necessários para implementar novos projectos e programas em mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe. Em particular, este futuro potencial pode concentrar-se na possibilidade de pagamentos para mitigação de emissões graças às florestas.

#### **4. Barreiras à proposta (ver também Matriz de Riscos p.86)**

##### **4.1. Capacidade e habilidade técnica limitada em matéria de mudanças climáticas**

Pode afectar a possibilidade de conseguir os Outputs 1,2,3: planeamento a longo prazo, desenvolvimento de capacidades e de liderança, e integração de políticas e actividades adaptação eficazes de adaptação.

Há poucos especialistas em mudanças climáticas em STP; esses especialistas centram-se principalmente no processo de negociações internacionais e também supervisionaram a produção dos documentos-chave relacionados com este processo (Comunicações Nacionais sobre mudanças climáticas e Plano de Acção Nacional de adaptação às alterações climáticas (NAPA).

No entanto, há pouca ou nenhuma perícia técnica em STP sobre a ciência da alteração e variabilidade climática, e sua relação com aspectos da economia e da produção de STP. Os especialistas Internacionais em biodiversidade ligados a STP, da British Trust for Ornithology, (peritos em aves) e da Universidade de Berkeley (estudo da biodiversidade animal em andamento) também têm pouco conhecimento das mudanças climáticas e seus impactos projectados sobre a biodiversidade e modelos agrícolas. Este projecto irá desenvolver a especialização através de uma série de programas de formação e capacitação de cidadãos de STP, a fim de incorporar o conhecimento e compreensão das mudanças climáticas em STP.

Em parte devido a esta capacidade limitada, existe uma grave falta de conhecimento "base" através da qual os impactos do projecto possam ser avaliados. Esta falta de informação inclui: forte conjunto de dados meteorológicos; dados básicos sociais e culturais, com um enfoque sobre género e vulnerabilidade; informação base sobre a subsistência rural e a agricultura; dados de base sobre nichos ecológicos, habitats e da biodiversidade associada.

##### **Contra-medidas:**

- i) Incluir um técnico especializado em criação de projectos
- ii) Incorporar, durante a execução do projecto, a posição do Voluntariado das Nações Unidas (UNV) sobre o ambiente e mudanças climáticas
- iii) Contactar todos os possíveis parceiros com informações, e, na ausência de tais dados, realizar estudos que permitam criar uma base de dados com indicadores adequados para monitorizar a eficácia do projecto.
- iv) Concentrar no aumento de capacidade, e onde houver carência de capacidade local ou nacional, aumentá-la através da criação e dinamização das relações internacionais com os países lusófonos, através de programas de formação especializados que são apresentados no exterior a um número de profissionais com um componente do idioma Inglês. Isto pode incluir cursos curtos sobre o Clima e o desenvolvimento, formação sobre mudanças climáticas e género e formação científica de clima genérico.

##### **4.2. Definição de Prioridades sobre Mudanças Climáticas nos mais altos níveis de governo**

A Falta de definição de prioridades aos mais altos níveis do governo, pode afectar a concretização dos Outputs 2, 3 e 4 relativas ao aumento da capacidade em todos os níveis.

Até à data, tem havido um forte apoio aos mais altos níveis do governo: o Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente apoiou as duas etapas anteriores do planeamento de mudanças climáticas para a primeira comunicação sobre Mudanças Climáticas (NCCC) e para o NAPA. Todos os ministérios que são relevantes e determinantes para o sucesso deste plano já foram consultados. Após a aprovação do PRODOC, o documento será apresentado ao Conselho de Ministros pelo director do Departamento do Meio Ambiente, a fim de garantir alargado apoio de todo o governo. Esta introdução inicial ao mais alto nível é fundamental para a aceitação política, e abrirá o caminho para

os conjuntos de actividades em diferentes níveis do governo.

A Definição de Prioridades com respeito às mudanças climáticas na maior parte dos ministérios do governo em STP, é importante para o sucesso do programa, e para o sucesso do objectivo mais alargado de adaptação às mudanças climáticas a longo prazo em STP.

Ministérios não directamente relacionados com o ambiente e agricultura podem não estar plenamente conscientes dos riscos das mudanças climáticas, e até à data, a alteração climática não é prioridade para o governo de STP. A compreensão dos riscos e oportunidades é importante para todos os ministérios, o que exige definição de prioridades aos mais altos níveis de governo, e um programa substancial de sensibilização para o desenvolvimento de capacidades dentro dos ministérios.

É imperativo que os primeiros debates e acções de sensibilização sejam bem adaptados a cada ministério, de modo a serem encarados de forma positiva – que a adaptação às mudanças climáticas terá efeitos positivos para todos os sectores em crescimento, e que os potenciais impactos prejudiciais serão evitados ou minimizados através de um bom planeamento.

**Contra-medidas:**

- i) Forte apoio dos níveis superiores do governo, através do Conselho de Ministros
- ii) Forte componente de propriedade para ministérios e municípios através de actividades do projecto, diálogo excelente entre as partes, a revisão e consulta periódica ao longo dos dois anos de projecto. Algumas partes envolvidas já são bem conhecidas pelas comunidades locais, devido ao seu trabalho sobre o meio ambiente, e podem ser agregados e treinados em mudanças climáticas para facilitar a difusão de mensagens por contrapartes credíveis.
- iii) Será o ponto de partida neste processo, as comunicações excelentes; tempo suficiente dispendido pelo pessoal do projecto para ouvir as prioridades e preocupações a todos os níveis de governação, no que diz respeito às mudanças climáticas e à implementação de políticas sobre estas, para poderem compreender claramente como as mudanças climáticas podem ser bem incorporadas em prioridades já existentes e também para poder iniciar um processo de estudos no âmbito da integração das mudanças climáticas nas políticas actuais.
- iv) Processo aberto e transparente, o desembolso atempado dos fundos

**4.3. Incapacidade / relutância em avançar com os objectivos do projecto entre partidos envolvidos, ou grupos recebedores**

Pode afectar a concretização da integração de políticas e o sucesso de acções-piloto. (Output 3), além do planeamento de adaptação a longo prazo e o reforço dos quadros institucionais (Outputs 1 e 2).

Análise de risco climático e adaptação pode ser vista como uma actividade adicional complexa e dispendiosa a ser empreendida com poucos benefícios claros a curto prazo, especialmente no governo de STP, já altamente endividado, bem como pelas comunidades agrícolas na região rural piloto.

**Contra-medidas:**

- i) As actividades de consciencialização reforçarão o apoio a estas iniciativas
- ii) As actividades financiadas devem ser cuidadosamente geridas para fornecerem alguns incentivos à mudança no comportamento mas ao mesmo tempo incentivar também a independente captação e adopção local.

#### **4.4. Aspectos históricos da posse da terra e cultura: os mais pobres e mais vulneráveis não podem investir em actividades de longa duração**

Pode dificultar a realização do Output 3 - Actividades piloto na região de Lobata. Foram distribuídas aos agricultores pequenas parcelas de terra após a independência. Floresceram poucas fazendas porque a pobreza da população rural desencoraja o investimento privado e individual, há falta de investimento da parte do governo e o não existe uma cultura de assistência mútua.

É, além disso, muito difícil chegar directamente aos mais pobres e mais vulneráveis da sociedade, através das actividades de projecto - podem ser tão pobres que não possuem ou têm acesso à terra, ou serem doentes crónicos, idosos, deficientes físicos ou mentais, por exemplo.

O projecto não pode tentar transformar totalmente o bem-estar das pessoas que fazem parte deste sistema; porém pode produzir melhorias significativas no bem-estar relacionado à irrigação, abastecimento de água potável e de electricidade para aqueles na área de estudo piloto, além de melhorias mais alargadas no conhecimento e capacidade em práticas agrícolas sustentáveis que são resistentes às mudanças climáticas. A pós-avaliação do projecto determinará o sucesso e considerará a repetição do sistema de gestão da água a pequena escala.

##### **Contra-medidas:**

- i) Estudo de base sócio-económico identificará quais as partes da comunidade que são bastante marginalizadas, se for o caso.
- ii) Alguns benefícios relativos à água e electricidade reverterão a favor da comunidade
- iii) Acções de sensibilização sobre as práticas de agricultura sustentável estarão disponíveis a toda a comunidade
- iv) Iniciativas de Micro finanças serão cuidadosamente projectadas para acomodar as necessidades dos pobres.

#### **4.5. Transparência e Governança**

Falta de transparência, má governança e práticas corruptas podem afectar a capacidade de alcançar qualquer e todos os Outputs do programa.

Especialistas externos em São Tomé já apontaram relevantes restrições institucionais em STP. Seibert (2002) afirma que a ineficácia da ajuda externa em STP é devido à falta de cooperação dos doadores e fraca capacidade organizadora, juntamente com os hábitos institucionais e comportamento político de São Tomé, ou seja, o clientelismo, a corrupção endémica, a falta de responsabilidade e instituições fracas.

O Índice de Liberdade Económico alega que a liberdade económica é limitada em São Tomé e Príncipe, e coloca este país na baixa posição de 118 entre 179 países no Índice de Corrupção da Transparência Internacional. Isto é devido a práticas de suborno, fraudes e má gestão dos fundos públicos. Os gastos do governo somam mais do que metade do PIB de STP.

No recente lançamento do guia do investidor para STP, o presidente de STP admitiu que no país, dentro do governo, há alguma suspeita no âmbito da criação, de empresas com potencial de sucesso pelo sector privado, pois as pessoas há muito que dependem do emprego fornecido pelo governo.

##### **Contra-medidas:**

- i) Uma forte gestão interna, capacitação e fortalecimento institucional, com a supervisão do PNUD.
- ii) Promover o envolvimento dum alargado conjunto de partes interessadas para funcionar como um fórum multilateral no projecto.
- iii) Promover a cooperação de doadores no âmbito de mudanças climáticas, sendo os principais parceiros o Banco Mundial e outros doadores.

#### **4.6. Falta de compreensão das questões regionais da zona de Lobata**

O trabalho sobre mudanças climáticas na zona de Lobata apresenta duas dificuldades principais. A primeira é que existe uma falta de dados reais sobre o clima actual e do passado nesta zona devido à falta de investimento sustentado em gravações meteorológicas. Em segundo lugar, as projecções climáticas futuras para São Tomé e Príncipe apresentam altos níveis de incerteza para todo o país, incluindo um aumento e uma diminuição na precipitação e outros eventos extremos. Devido à sua grande variação geográfica do terreno, a previsão de mudanças futuras para uma área tão pequena é ainda mais desafiadora. Portanto, o projecto corre o risco, de planear para um resultado futuro, e descobrir que a realidade do clima é bem diferente no futuro, em detrimento da prosperidade económica e de subsistência dos habitantes locais.

##### **Contra-medidas:**

- i) Integrar as informações sobre as mudanças climáticas no projecto inicial.
- ii) Manter a flexibilidade das actividades em Lobata até o estudo de base local ser realizado e revisto em relação às suas actividades de subsistência, manter respostas aos choques e tensões, de modo a identificar as actuais medidas eficazes de enfrentar estas crises e potenciais pontos de ruptura nos sistemas sociais e físicos.
- iii) Uma incidência de resiliência, com actividades baseadas em diversificar os meios de subsistência; reforçar a resistência aos potenciais eventos extremos; e planeamento de infra-estruturas que auxiliarão em casos futuros de seca, bem como inundações extremas.

## II. ESTRATÉGIA

### Ligação a outras iniciativas e estratégias do país do PNUD

O projecto está vinculado aos resultados do UNDAF e contribui para o resultado do CPAP das seguintes formas:

Resultado UNDAF	Resultado de CP relacionado	Output de CPAP relacionado	Output do projecto relacionado (ver p. 18 para obter mais pormenores)
1. Até 2011, uma maior parte da população vulnerável terá acesso a serviços sociais básicos de qualidade e a um ambiente saudável	1.4. É assegurado o acesso da população em geral a água potável e saneamento básico e a um ambiente protegido	1.4.1. Um número maior da população garante a protecção do ambiente, enquanto lhe são fornecidas alternativas medidas de apoio 1.4.4. As instituições nacionais responsáveis pela gestão ambiental são reforçadas pela implementação do Plano Nacional do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (NEPSD)	Output 3 RA2: Sistema de irrigação piloto proporcionará maior acesso a água potável em Lobata.  Output 3 RA2: Formação sobre a adaptação às mudanças climáticas (agricultura, água e silvicultura) para a região Lobata.  Output 3 RA2: Projecto-piloto de energia eficiente de fogões domésticos, e um sistema de micro financiamento a ser implementado para facilitar o acesso aos fogões, se necessário.  Output 2 RA1: Estruturas institucionais serão formadas para integrar o assunto das mudanças climáticas nos processos políticos em curso a nível nacional e local.
2. Até 2011, as instituições públicas assegurarão a protecção dos direitos humanos, a equidade na distribuição dos recursos naturais e um diálogo permanente com a sociedade civil	2.1. As instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei	2.1.2. A Consciência do povo sobre as prioridades nacionais é reforçada por meio da publicação das mesmas pela comunicação social	Output 5 RA1: Documentos de instituições-chave são difundidos e influenciam as políticas e as respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários.
	2.2. Está criado sistema de harmonização e de coordenação	2.2.1. São estabelecidos mecanismos de coordenação da ajuda	Output 2 RA2: Desenvolvimento de uma plataforma multi-stakeholders, incluindo doadores, sobre mudanças climáticas, e em estreita coordenação com o Banco Mundial.
	2.3. Descentralização eficaz para a redistribuição da renda nacional	2.3.1. Actores da comunidade têm a capacidade de promover e participar no seu próprio desenvolvimento	Output 3 RA 2: Os projectos-piloto da região de Lobata incorporarão a liderança de grupos comunitários e de liderança a nível distrital

Resultado UNDAF	Resultado de CP relacionado	Output de CPAP relacionado	Output do projecto relacionado (ver p. 18 para obter mais pormenores)
		2.3.2. O governo local é reforçado para racionalmente gerir os recursos	Output 4 RA2: As actividades-piloto de adaptação serão suportadas pelo aumento de actividades descentralizadas  Output 1 RA2 e Output 2 RA2: Formação e plataforma de multi-stakeholders incorporarão os representantes locais, proporcionando oportunidade para reforçar a capacidade de gerir racionalmente os recursos

Em relação ao plano do país para STP, há links disponíveis, sobre vários projectos que o PNUD está a apoiar neste momento (ver <http://www.uns.st/undp/fr/Projets.html>):

- A boa governação. O projecto apoiará estes princípios de desenvolver uma plataforma de multi-stakeholders no assunto de mudanças climáticas e uma Comissão inter-ministérios dentro do governo nacional.
- Educação ambiental. O projecto vai procurar desenvolver os links para incorporar um elemento sobre MC no material existente para formação e desenvolvimento.
- Apoio do PNUD à Segunda Comunicação Nacional de STP sobre Mudanças Climáticas. Este projecto apoiará de perto o desenvolvimento de capacidades e o processo para a Segunda Comunicação Nacional.
- Relatórios ambientais relacionados: Plano de desertificação e degradação do solo; elaboração de terceiro relatório sobre a biodiversidade.

#### Vantagem comparativa do PNUD:

O PNUD está bem posicionado para executar este projecto em São Tomé e Príncipe, por três razões. Em primeiro lugar, o PNUD está localizado em STP há 33 anos e tem, com sucesso, estabelecido projectos de desenvolvimento em curso sobre a governação económica e democrática, o desenvolvimento sustentável e a protecção ambiental, incluindo a abordagem de género. O PNUD tem um registo de contribuição para o desenvolvimento de competências no governo nacional e local. Este projecto será capaz de recorrer a conhecimentos detalhados do país dentro do escritório do PNUD, e assim sendo, será capaz de rapidamente estabelecer as primeiras etapas do projecto. Em segundo lugar, o projecto tem acordado uma parceria pioneira em colaboração com o Banco Mundial sobre as mudanças climáticas e, portanto, será mais eficiente na utilização de capacidades limitadas de STP. Como o Banco Mundial não tem representação em STP, o PNUD será capaz de facilitar as deslocações e missões do pessoal do BM e fomentar uma estreita relação de trabalho. Em terceiro lugar, este projecto é um de uma série de projectos de adaptação, semelhantes em 21 países Africanos, financiados e executados no mesmo período de tempo, permitindo a excelente partilha de aprendizagem internacional através do mecanismo de aprendizagem de adaptação de ALM.

#### Outros parceiros:

Uma série de outros parceiros são necessários para atingir os resultados do projecto:

**Nacional:** ministério do governo e pessoal da Direcção; oficiais do distrito local; especialistas em técnicas de extensão; oficiais do distrito local; agentes da Região Autónoma do Príncipe; representantes da comunidade local e moradores; ONGs.

**PNUD Interno:** género; pobreza; funcionários do escritório de STP; RTA Mudanças Climáticas; ASRO 1; Divisão para Desenvolvimento Sustentável; aquisições; funcionários ALM; equipa de comunicação; pessoal administrativo.

**Externo:** especialistas BM DRR; contratos BM; equipa do BM para MC, possivelmente: FIDA, FAO, GEF, PNUMA, ONGs.

**Consultores:** Mudanças Climáticas (adaptação, financiamento, atenuação); Agricultura; biodiversidade; floresta; diversificação de meios de subsistência; especialistas de projecto de *baixo teor em carbono*.

A Comissão sobre Mudanças climáticas assumirá a liderança na orientação sobre políticas e programas. Uma vez que a comissão é composta por funcionários dos ministérios relacionados com o ambiente e as mudanças climáticas, isto significa o envolvimento dos sectores principais e prioritários - especialmente do Ministério dos Recursos Naturais; da Energia e Ambiente; do Ministério da Agricultura; das Pescas e Desenvolvimento Rural. No entanto, os outros ministérios também serão envolvidos cada vez mais, ao longo do tempo, no decorrer do projecto.

## 1. Outputs e Resultados de Actividades

**OUTPUT 1: Introduzir mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas.**

**RESULTADO ACTIVIDADE 1: Os stakeholders nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomadas de decisões ao nível climático.**

**Acções:** *Fazer um inventário das capacidades existentes para mudanças climáticas e da estrutura institucional; produzir briefings curtos, adaptados para os sectores de STP, sobre os efeitos potenciais e opções para adaptação e mitigação; determinar as necessidades de adaptação a longo prazo; formular um plano de desenvolvimento de capacidades a nível nacional e ajudar as instituições a fortalecer a capacidade e a aplicar a informação.*

**RESULTADO ACTIVIDADE 2: Capacidades de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas.**

**Acções:** *Criar ferramentas para o planeamento a longo prazo em vários níveis; envolver entidades principais / prestar apoio orçamental / mandato para usar ferramentas; avaliar a eficácia; refinar ferramentas; formação efectuada.*

**OUTPUT 2: Fortalecer as estruturas institucionais e de liderança para gerir de forma integrada, a nível local e nacional, os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas.**

**RESULTADO ACTIVIDADE 1: Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e às oportunidades das mudanças climáticas reforçadas.**

**Acções:** *Fortalecer / reestruturar a unidade do governo nacional sobre mudanças climáticas; projectar e implementar planos de integração sobre mudanças climáticas; apoiar o desenvolvimento da capacidade do pessoal; criar e incorporar as mudanças climáticas em sectores prioritários.*

**RESULTADO ACTIVIDADE 2: Criar uma plataforma multi-stakeholders para funcionar como conselheira nas questões de adaptação às mudanças climáticas e no desenho da estratégia da plataforma de coordenação e de lições aprendidas sobre as mudanças climáticas.**

**Acções:** *Criar uma estratégia para a melhor plataforma de coordenação para as mudanças climáticas e desenvolver as funções e mandatos da plataforma MC. Adesão alargada para incluir as ONGs, sector privado e representação local. Proporcionar formação.*

**OUTPUT 3: Políticas e medidas, nacionais e sectoriais, sólidas ao nível climático concebidas, testadas e implementadas em sectores prioritários**

**RESULTADO ACTIVIDADE 1: Políticas sólidas ao nível climático implementadas em sectores prioritários.**

*Acções:* Identificar os sectores prioritários para a integração; processo de integração através de múltiplas abordagens, incluindo capacitação, assistência técnica e de pesquisa, produção, em conjunto, de relatórios escritos em relação a este assunto.

**RESULTADO ACTIVIDADE 2: Quatro actividades-piloto implementadas na região de Lobata**

*Acções:* Utilizando processos de aprendizagem prática com a participação dos stakeholders, incluindo grupos vulneráveis, planear e implementar as actividades do projecto relativas à água, agricultura, silvicultura e exposição de habitação sustentável / energias renováveis / boas práticas domésticas / baixo consumo de lenha.

**OUTPUT 4: Opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional<sup>1</sup>**

**RESULTADO ACTIVIDADE 1: Instrumentos financeiros, fiscais e/ou baseados no mercado, avaliados e projectados para facilitar a adaptação dinâmica às mudanças climáticas**

*Acções:* Integrar o Output 1, Acção 1.1 com pesquisas para avaliar os potenciais incentivos (sensíveis ao género) para a adaptação às mudanças climáticas, através de instrumentos fiscais e reguladores; desenvolver uma estratégia de financiamento; estabelecer o órgão competente para responder a questões financeiras relacionadas com as mudanças climáticas.

**RESULTADO ACTIVIDADE 2: Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.**

*Acções:* Documento de síntese, instrumentos financeiros inovadores para a Adaptação baseada na Comunidade (CBA) usando a abordagem de microfinanças.

**OUTPUT 5: Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades das alterações climáticas geradas e partilhadas a todos os níveis, inclusive com o continente africano.<sup>2</sup>**

**RESULTADO ACTIVIDADE 1: Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional.**

*Acções:* Analisar e documentar estudos de casos; criar e montar uma plataforma de conhecimento e modelos relacionados, e preparar materiais, consultas de análise e disseminação, etc. Instituir uma rede regional para a inter-revisão dos processos, visitas dentro e fora do país e actividades de seguimento de aprendizagem e de divulgação

---

<sup>1</sup> Análise dos mecanismos de financiamento de mudanças climáticas para facilitar a resposta de financiamento de investimento sensível ao género para mudanças climáticas.

<sup>2</sup> Na medida do possível, todos os produtos de conhecimento devem demonstrar o impacto e os desafios que enfrentam as mulheres e comunidades indígenas, na gestão dos riscos de mudanças climáticas.

### III. MATRIZ DE RESULTADOS E RECURSOS

#### Resultados Pretendidos conforme indicado no Quadro de Resultados e Recursos do Programa de País

**1. Objectivo MYFF:** *Gestão de energia e meio ambiente para o desenvolvimento sustentável*

- Resultado 4: *Assegurar o acesso da população em geral à água potável, ao saneamento básico e a um ambiente protegido*

**2. Objectivo MYFF:** *Promoção da governação democrática*

- Resultado 1: *Instituições públicas reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei*

- Resultado 2: *Harmonização e sistema de coordenação da ajuda estão em vigor*

- Resultado 3: *Descentralização efectiva para a redistribuição do rendimento nacional*

#### Indicadores de resultados como indicado no Quadro de Resultados e Recursos do Programa de País, incluindo níveis de referência e metas:

- CP 1.4. - Indicador: Número de instrumentos ambientais (impactos, avaliações, tratados internacionais), adoptados para alinhar as políticas ambientais nacionais com as normas internacionais; Linha de base: O Plano Nacional de Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (NEPSD) indica a necessidade de alinhar as políticas ambientais com os compromissos globais e princípios; Alvo: Até 2011, os 10 principais instrumentos de política ambiental serão adoptados a nível nacional
  - o Output CP 1.4.1. - Indicador: % de técnicos que trabalham em instituições ambientais, bem treinados e a trabalhar na implementação do Plano Nacional de Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (NEPSD); Base: 27,6% (1999); Alvo: 27,6% (2011)
- CP 2.1. - Indicador: inquéritos anuais mostram uma melhoria da eficiência dos serviços públicos locais; Linha de Base: Em 2005, um livro de reclamações do serviço público foi criado para capturar críticas da sociedade sobre os serviços de administração; Alvo: Até 2009, um aumento de 30% da população satisfeita pela qualidade e quantidade de serviços públicos oferecidos
  - o Output CP 2.1.2. - Indicador: Número de artigos publicados e produtos dos *media* sobre as prioridades nacionais; Linha de base: conhecimento limitado das prioridades nacionais da parte dos *media* e população em geral; Alvo: publicar um artigo ou produto dos *media* pelo menos a cada dois meses
- CP 2.2. - Indicador: Existência de um sistema de coordenação de ajuda ao desenvolvimento eficaz; Linha de Base: Não existe nenhum sistema neste momento; Alvo: Até 2008, serão estabelecidos mecanismos de coordenação e harmonização de ajuda
  - o Output CP 2.2.1. - Indicador: Existência de um mecanismo funcional de coordenação da ajuda; Linha de Base: nenhum mecanismo em vigor; Alvo: mecanismos iniciais em vigor em 2008

<ul style="list-style-type: none"> <li>- CP 2.3. - Indicador: % da população satisfeita com o processo de descentralização; Linha de Base: Ainda não está a decorrer nenhum processo de descentralização; Alvo: Até 2011, as pessoas poderão distinguir o efeito da descentralização por meio da gestão descentralizada dos recursos <ul style="list-style-type: none"> <li>o Output CP 2.3.1. - Indicador: número de mudanças legais e regulamentares em favor da descentralização aprovadas; Linha de Base: o respectivo quadro jurídico não mudou desde 1994; Alvo: - legislação referente à descentralização revista e rectificada até 2009</li> <li>o Output CP 2.3.2. - Indicador: % de pessoal nos governos locais (câmaras distritais) que foram treinados em planeamento e gestão; Linha de Base: Não foi efectuada nenhuma formação em planeamento e gestão local; Alvo: Até 2011, Treinar 30% dos trabalhadores dos 6 escritórios dos governos locais (Câmaras Distritais)</li> </ul> </li> </ul>
<b>Resultado Área Aplicável (Plano Estratégico 2008-11):</b> Promover a adaptação às mudanças climáticas
<b>Estratégia de Parcerias:</b> Boa gestão dos recursos disponíveis; Nova mobilização de recursos
<b>Título Projecto e ID (ID Award do ATLAS):</b> Apoiar Abordagens integradas e abrangentes para a Adaptação às Mudanças Climáticas em STP. ID Award do Atlas: 00058436
<b>Resultado Área Aplicável (Plano Estratégico 2008-11):</b> Promover a adaptação às mudanças climáticas

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO			PARTES RESPONSÁVEIS	INPUTS
			Indicador de qualidade	Métodos de qualidade	Timing da avaliação		
<b>Output 1:</b> <i>Mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas introduzidos</i>  <u>Indicadores:</u> I1: STP tem um mecanismo de planeamento de longo prazo para gerir as incertezas ligadas	<b>Alvos (ano 1: 2009)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inventário das capacidades existentes em MC estabelecido</li> <li>- Ferramentas desenvolvidas para o planeamento adaptativo de longo prazo</li> <li>- Plano estabelecido para as estações meteorológicas</li> </ul>	<b>1. Resultado da Actividade</b> <i>Stakeholders</i> nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomada de decisões ao nível climático  <b>Acção 1.1.</b> Proceder à inventariação da capacidade e da estrutura institucional no Governo de STP e ONG presentes ao nível das mudanças climáticas	<b>RA1 Indicador 1:</b> Número de instituições de STP fornecendo/gerando/processando informação relevante sobre os riscos climáticos disponível para a utilização  <b>RA1 Indicador 2:</b> Número de instituições que consideram as	Pesquisa <i>Relatório</i>  Pesquisa	Primeiro ano do projecto EoP	Ministérios e direcções ministeriais; Câmaras distritais; ONG; Consultores; Instituições parceiras; PNUD	Serviços de consultoria  <i>Experts</i> técnicos  <i>Toolkit</i> de formação para exercícios de planeamento  Equipamento (estações meteorológicas)

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO		PARTES RESPONSÁVEIS	INPUTS	
<p>às mudanças climáticas</p> <p>I2: STP procedeu a exercícios de planeamento de longo prazo para gerir as mudanças climáticas</p> <p><u>Base de referência:</u> I1: Os mecanismos existentes no país não incorporam as incertezas ligadas às mudanças climáticas</p> <p>I2: STP não procedeu a exercícios de planeamento de longo prazo relacionados com as mudanças climáticas</p>	<p>de forma a medir as mudanças climáticas</p> <p><b>Alvos (ano 2: 2010)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pelo menos 3 instituições chave colocaram estas ferramentas em prática</li> <li>- Pelo menos 3 exercícios de planeamento de longo prazo realizados e documentados</li> <li>- Estações meteorológicas implementadas</li> </ul> <p><b>Alvos (ano 3: 2011)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contínuo reforço de capacidades das instituições de acordo com o identificado pelo plano de longo prazo</li> <li>- Finalização da formação de formadores</li> <li>- Experiências partilhadas apreendidas (ver</li> </ul>	<p><b>Acção 1.2.</b> Desenvolver, ou delegar, uma série de pequenos <i>briefing papers</i> ajustados aos sectores chave de STP sobre os efeitos potenciais das mudanças climáticas nos próprios sectores e as respectivas opções ao nível da adaptação e mitigação</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Determinar as necessidades de adaptação a longo prazo e o caminho a seguir para a estruturação de políticas apropriadas</p> <p><b>Acção 1.4.</b> Formular um plano de desenvolvimento de capacidades para cobrir as necessidades nacionais e assistir as instituições seleccionadas através do reforço de capacidades ao nível das mudanças climáticas de acordo com as respectivas necessidades e prioridades</p> <p><b>2. Resultado da Actividade</b> Capacidades de gestão e planeamento para a</p>	<p>avaliações sobre mudanças climáticas como parte integrante do processo de planeamento</p> <p><b>RA2 Indicador 1:</b> Número de participantes formados em planeamento das mudanças climáticas de longo prazo</p> <p><b>RA2 Indicador 2:</b> Número de formações realizadas</p>	<p><i>Relatórios de Workshops</i></p> <p><i>Relatórios de progresso do projecto</i></p> <p><i>Relatórios de Workshops</i></p> <p><i>Relatórios de Workshops</i></p> <p><i>Relatórios de progresso do</i></p>	<p>Cada evento de workshop</p> <p>Anualmente</p>		<p>Espaço e equipamento para o escritório</p> <p>Staff do PNUD</p> <p><b>CUSTO TOTAL do OUTPUT:</b></p> <p><b>USD 305,000</b></p>

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO		PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS	
	<p>output 5)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estações meteorológicas implementadas</li> <li>- Ferramentas de adaptação a longo prazo postas em prática a diferentes níveis</li> </ul>	<p>adaptação às mudanças climáticas aumentadas</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Desenvolver ferramentas de planificação de longo prazo para avaliar os riscos das mudanças climáticas e as opções de adaptação a diferentes níveis (comunidade, distrito e nacional) e com diferentes <i>stakeholders</i> (agricultores, grupos vulneráveis, responsáveis distritais, direcções ministeriais e governo)</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Aplicar ferramentas a diferentes níveis (ver Acção 2.1.), e aprimorá-las</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Desenvolver a formação de formadores de forma a transferir as ferramentas de planeamento para outros distritos</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Introduzir lições e experiências apreendidas para o Output 5 para serem partilhadas amplamente</p>	<p></p> <p><b>RA3 Indicador 1:</b> Número de estações meteorológicas criadas com</p>	<p><i>projecto</i></p> <p><i>Relatórios de progresso do projecto</i></p>	<p>Trimestralmente</p> <p>Anualmente</p>		

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO			PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS
		<p><b>3. Resultado da Actividade</b>            Informação para o planeamento e gestão da adaptação às mudanças climáticas aumentada</p> <p><b>Acção 3.1.</b> Avaliar a disponibilidade actual de informação e analisar a capacidade meteorológica actual para informar sobre o desenvolvimento do nível de referência nacional e regional em mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 3.2.</b> Desenvolver e implementar um plano para a execução da medição meteorológica de longo prazo de forma contínua para a medição das mudanças climáticas</p>	capacidade humana para o registo contínuo da evolução desenvolvido				
<b>Output 2:</b> <i>Estruturas institucionais e de liderança desenvolvidas e reforçadas para gerir de forma integrada a nível local e nacional</i>	<b>Alvos (2009)</b> - Planos desenvolvidos sobre a forma de ajustar/melhorar a estrutura institucional	<b>1. Resultado da Actividade</b> Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e oportunidades das mudanças climáticas	<b>RA1 Indicador 1:</b> Unidade de coordenação nacional consagrada à adaptação às MC estabelecida no governo central e que	<i>Relatórios de progresso do projecto</i>	Anualmente EoP	Ministérios e direcções ministeriais; Câmaras distritais; ONG; Sector privado;	Serviços de consultoria  Formação  Viagens

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO		PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS
<p><i>os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas</i></p> <p><u>Indicadores:</u> I3: STP tem liderança e estruturas institucionais abrangentes para gerir os riscos e oportunidades das mudanças climáticas</p> <p><u>Base de referência:</u> I3: As estruturas institucionais do país não estão bem adaptadas para gerir os riscos e oportunidades das mudanças climáticas</p>	<p>existente dentro do Governo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formações para o desenvolvimento de capacidades e liderança planeadas e em marcha</li> <li>- Avaliação da plataforma <i>multi-stakeholder</i> empreendida, e discussões de planeamento para a sua implementação</li> </ul> <p><b>Alvos (2010)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Planos desenvolvidos sobre a forma de ajustar/melhorar o framework institucional existente</li> <li>- Novo framework institucional operacional</li> <li>- Formações para o desenvolvimento de capacidades e liderança planeadas e em marcha</li> </ul> <p><b>Alvo (2011)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conclusão das</li> </ul>	<p>reforçadas</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Reforçar, e se necessário, redesenhar uma unidade no seio do governo dedicada à coordenação das actividades estratégicas nacionais sobre as mudanças climáticas e à integração das mudanças climáticas nas políticas e estruturas de planeamento nacionais</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Sustentar o desenvolvimento de capacidades do staff da unidade de mudanças climáticas para coordenar eficazmente as mudanças climáticas de STP e as necessidades de adaptação às MC, com a formação necessária</p> <p><b>2. Resultado da Actividade</b> Plataforma <i>multi-stakeholder</i> para a adaptação às MC criada</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Empreender uma avaliação às plataformas <i>multi-stakeholder</i> actualmente em STP, e</p>	<p>coordena a estrutura nacional de adaptação às MC (Impacto)</p> <p><b>RA1 Indicador 2:</b> Número de ministérios e outras instituições trabalhando activamente na estrutura das MC (Cobertura)</p> <p><b>RA2 Indicador 1:</b> Plataforma de coordenação das MC <i>multi-stakeholder</i> eficaz (Sustentabilidade/imp acto)</p> <p><b>RA2 Indicador 2:</b> Valor/magnitude dos investimentos para a adaptação às MC coordenados pela plataforma (Impacto)</p> <p>AR2 Indicador 3: Número de acções de</p>		<p>Consultores; Instituições parceiras; PNUD</p>	<p>Infra-estruturas de suporte para a unidade de coordenação</p> <p>Consumíveis de escritório</p> <p>Staff de coordenação administrativa</p> <p><b>CUSTO TOTAL do OUTPUT:</b></p> <p><b>USD 301,000</b></p>

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO			PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS
	<p>formações para o desenvolvimento de capacidades e liderança</p>	<p>desenhar uma estratégia para uma melhor plataforma de coordenação das MC para o registo de lições e experiências apreendidas</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Desenvolver a visão, o mandato, os cargos e as responsabilidades da plataforma das MC, assim como as modalidades operacionais incluindo um mecanismo de financiamento sustentável. <i>Membros a incluir:</i> as autoridades nacionais e distritais, ONG, doadores e o sector privado</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Por em funcionamento uma nova plataforma de MC com informação <i>on-line</i> e <i>face-to-face</i> sobre a partilha de oportunidades relativas à adaptação às MC</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Providenciar o reforço de capacidades relevantes e as oportunidades de formação em liderança ambiental e em MC para os membros da plataforma</p>	<p>sensibilização e actividades de liderança implementadas ao nível da comunidade em STP</p>				

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO		PARTES RESPONSÁVEIS	INPUTS	
<p><b>Output 3:</b> Políticas e medidas sólidas ao nível climático implementadas e aplicadas em sectores prioritários</p> <p><u>Indicadores:</u> I4: STP tem políticas e medidas sólidas ao nível climático postas em prática em sectores prioritários</p> <p><u>Base de referência:</u> I4: STP não tem políticas ou medidas sólidas ao nível climático</p>	<p><b>Alvos (2009):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sectores prioritários para a integração identificados</li> <li>- Desenhar o plano de integração</li> <li>- Planeamento de actividades piloto, estudos preparatórios e estudos sobre os níveis de referência</li> <li>- Criar a estratégia para as MC para o distrito de Lobata e a respectiva equipa de implementação</li> </ul> <p><b>Alvos (2010)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo em marcha em 4 ministérios para a incorporação das MC no processo de planeamento de políticas</li> <li>- 4 Actividades piloto importantes na região de Lobata planeadas e começadas</li> </ul> <p><b>Alvos (2011)</b></p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Políticas sólidas ao nível climático implementadas em sectores prioritários</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Identificar sectores prioritários para o processo de integração com o Comité sobre as Mudanças climáticas e o fórum <i>multi-stakeholder</i> sobre as MC, e desenhar o plano para a integração e subsequente M&amp;E dentro dos ministérios relacionados</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Incorporar as MC nas políticas em sectores prioritários usando múltiplas abordagens – reforço de capacidades, consciencialização, assistência técnica, co-produção de outputs</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Processo de monitorização implementado</p> <p><b>2. Resultado da Actividade</b> 4 Actividades-piloto implementadas na região de Lobata</p>	<p><b>RA1 Indicador 1:</b> Número de políticas sectoriais com a temática das MC integradas</p> <p><b>RA2 Indicador 1:</b> Implementação das actividades do projecto-piloto na região de Lobata</p>	<p><i>Relatórios de progresso do projecto</i></p> <p><i>Relatórios de progresso do projecto</i></p>	<p>Anualmente e EoP</p> <p>Anualmente EoP</p>	<p>Ministérios, direcções ministeriais e serviços extensivos; Sector privado (projecto de água); ONG; Consultores; PNUD</p>	<p>Serviços de consultoria</p> <p>Consultas para a elaboração de políticas</p> <p>Viagens</p> <p>Acções piloto incl. Investimentos</p> <p>Staff do PNUD</p> <p>Materiais de escritório</p> <p><b>CUSTO TOTAL do OUTPUT: USD 1,630,000</b></p>

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO			PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 4 Ministérios incorporaram as MC no processo de planeamento de políticas</li> <li>- Lições e experiências apreendidas das 4 actividades piloto na região de Lobata</li> </ul>	<p><b>Acção 2.1.</b> Planeamento de actividades piloto, incluindo estudos sobre os níveis de referência (sociais, físicos), assistência técnica internacional, desenvolvimento de <i>networking</i> entre <i>stakeholders</i>. Criar o comité de <i>stakeholders</i> do distrito de Lobata para as actividades do projecto (incluir os agricultores, representantes de grupos marginalizados, responsáveis de autoridades locais, etc.) para assessorar no planeamento e na implementação do projecto</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Actividade 1 do projecto: Sistema piloto de irrigação à média escala com geração hidroeléctrica para pôr à disposição de uma comunidade identificada</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Actividade 2 do projecto: Gestão piloto sobre a sustentabilidade da terra e formação (práticas de agricultura resistentes ao clima e práticas de subsistência incluindo a</p>					

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO			PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS
		<p>conservação dos solos e da água, drenagem de inundações, colheitas resistentes à seca, reforço de capacidades e formação)</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Actividade 3 do projecto: Programa agro-florestal e de silvicultura sustentável, incorporando esquemas de entendimento para superar os obstáculos que poderão advir</p> <p><b>Acção 2.5.</b> Actividade 4 do projecto: Exibição de habitações sustentáveis, fontes de energia renováveis e respectivos fornecimentos implementados no distrito de Lobata</p>					
<p><b>Output 4:</b> <i>As opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional são expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional</i></p> <p><u>Indicadores:</u> I5: STP está preparado para procurar e assegurar</p>	<p><b>Alvo (2009)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório sobre o potencial financiamento das MC por parte dos doadores actuais e futuros</li> <li>- Identificar potenciais parceiros financiadores</li> <li>- Oportunidades</li> </ul>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b></p> <p>Instrumentos financeiros, fiscais, ou baseados no mercado, avaliados e projectados para facilitar a adaptação dinâmica às mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Integrar o Output 1 Acção 1.1. com outras pesquisas disponíveis para fornecer uma avaliação clara</p>	<p><b>RA1 Indicador 1:</b> Montante dos recursos financeiros distribuídos aos riscos e oportunidades das MC (Impacto)</p>	<p><i>Relatórios de progresso do projecto</i></p> <p><i>Pesquisa</i></p>	<p>Anualmente</p>	<p>Governo, principalmente o MoF</p>	<p>Renda do escritório e materiais de escritório</p> <p>Consultores, Experts técnicos</p> <p>Viagem</p> <p>Staff do PNUD</p>

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO			PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS
<p>outras opções de financiamento para o processo de adaptação</p> <p><u>Base de referência:</u> STP não tem um orçamento público para fazer face aos custos da adaptação e depende de financiamentos públicos para os suportar</p>	<p>para o desenvolvimento de um esquema de micro finanças para pequenos agricultores para medidas de adaptação investigadas</p> <p><b>Alvos (2010)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise para o financiamento da adaptação entreposta</li> <li>- Investigação sobre o potencial financiamento das MC por parte dos doadores actuais e futuros potenciais doadores</li> <li>- Autoridade competente para o financiamento estabelecida</li> <li>- Esquema de micro financiamento para os pequenos agricultores para medidas de adaptação em marcha</li> </ul> <p><b>Alvos (2011)</b></p>	<p>da potencialidade da introdução de incentivos fiscais e outros instrumentos de regulação para a adaptação às MC em STP</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Desenvolver uma estratégia de financiamento incorporando o potencial para o financiamento provindo de vários sectores (fundos internacionais, de agências multilaterais e bilaterais, créditos de carbono, sector privado, sector público)</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Estabelecer uma autoridade competente para lidar com as questões do financiamento e dos investimentos inserida num ministério (tbd)</p> <p><b>2. Resultado da Actividade</b></p> <p>Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Desenvolver um <i>documento de síntese</i> sobre o mecanismo de</p>	<p><b>RA2 Indicador 1:</b> Número de iniciativas de financiamento de CBA implementadas</p>	<p><i>Relatórios de progresso do projecto</i></p>	<p>Anualmente EoP</p>		<p><b>CUSTO TOTAL do OUTPUT:</b></p> <p><b>USD 100,000</b></p>

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO			PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pelo menos mais uma fonte de financiamento disponível</li> <li>- Esquema piloto de micro finanças empreendido e lições e experiências apreendidas</li> </ul>	<p>financiamento de longo prazo para a adaptação às MC aplicando as lições e experiências apreendidas, as ideias retiradas das iniciativas actuais de CBA e as oportunidades de micro financiamento registadas noutros países</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Contribuir através de recursos financeiros para a pilotagem do apoio de CBA às comunidades implementando os <i>toolkits</i> para a adaptação às MC, utilizando a abordagem da micro finança.</p>					
<p><b>Output 5:</b> <i>Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades associados às mudanças climáticas geradas e compartilhadas a todos os níveis</i></p> <p><u>Indicadores:</u> I6: STP está a</p>	<p><b>Alvos (2009)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mecanismos e plano estabelecidos para que STP participe na plataforma ALM e outros fóruns internacionais (e.g. UNFCCC/networks sobre as MC em África), e igualmente em <i>networks</i> dos países lusófonos</li> </ul> <p><b>Alvos (2010)</b></p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b></p> <p>Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Estabelecer um plano com o grupo de <i>multi-stakeholders</i> recém-formado sobre as MC em STP, a actuar próximo do Comité para as MC, definindo as actividades de disseminação</p>	<p><b>RA1 Indicador 1:</b> Número de reuniões assistidas ao nível local, nacional e internacional para a partilha de conhecimentos</p> <p><b>RA1 Indicador 2:</b> Número de publicações relacionadas produzidas e disseminadas <i>online</i> ou em suporte físico</p>	<p><i>Relatórios de progresso do projecto</i></p>	<p>Anualmente EoP</p>	<p>Ministérios, direcções ministeriais; Grupo de <i>stakeholders</i> sobre as Mudanças climáticas; Comité sobre as Mudanças climáticas; ONG; Instituições parceiras; Consultores; PNUD</p>	<p>Materiais de escritório</p> <p>Viagens</p> <p>Custos de inclusão em <i>networks</i> e conferências</p> <p>Custos associados à disseminação da informação (website e suporte físico)</p> <p>Custos</p>

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO		PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS	
<p>partilhar conhecimentos sobre o ajustamento dos processos de desenvolvimento nacional para incorporar por completo os riscos e as oportunidades ligados às MC</p> <p><u>Base de referência:</u> I6: STP não está a partilhar conhecimentos sobre as MC</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mecanismos e plano estabelecidos para que STP participe na plataforma ALM e outros fóruns internacionais (e.g. UNFCCC/<i>networks</i> sobre as MC em África), e igualmente em <i>networks</i> dos países lusófonos</li> </ul> <p><b>Alvos (2011)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- STP contribui e partilha activamente para as lições e experiências apreendidas no projecto de STP</li> <li>- STP é parte integrante da <i>network</i> estabelecida para a adaptação às MC nos países lusófonos</li> </ul>	<p>de experiências e os <i>networks</i> de partilha de informação</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Documentar abordagens piloto e de casos na adaptação às MC (e.g. do Output 3 RA 2) sistematicamente e num formato acessível (e.g. portal <i>online</i>; <i>newsletter</i>,...)</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Sintetizar estudos de casos, lições e experiências apreendidas e as melhores práticas para uma ampla aplicação</p> <p><b>Acção 1.4.</b> Contribuir para as actividades de partilha de lições e experiências das comunidades nacionais e internacionais através de publicações revistas pelos pares; de reuniões; da conferência do PNUD sobre os Mecanismos de Aprendizagem para a Adaptação (ALM) e de publicações <i>online</i> em STP, em África, entre os países lusófonos e internacionalmente</p>	<p>ao nível nacional e internacional</p> <p><b>RA1 Indicador 3:</b> Número de experiências e inovações sucedidas em STP replicadas, ou de parcerias para aprendizagens comuns desenvolvidas em África ou na comunidade lusófona</p>				<p>associados aos <i>workshops</i></p> <p><b>CUSTO TOTAL do OUTPUT:</b></p> <p><b>USD 164,000</b></p>

OUTPUTS PRETENDIDOS	ALVOS OUTPUT	ACTIVIDADES INDICATIVAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO			PARTES RESPONSÁVEI S	INPUTS
		<p><b>Acção 1.5.</b> Fórum <i>multi-stakeholder</i> para receber o <i>workshop</i> anual sobre a Adaptação às Mudanças climáticas em STP para partilhar conhecimentos e aprendizagens entre ONG, doadores, cientistas e <i>experts</i> internacionais, governo e sector privado</p>					

#### IV. PLANOS ANUAIS DE TRABALHO

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><b>Output 1: Mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas introduzidos</b></p> <p><b>Base de referência:</b>  <i>I1: Os mecanismos existentes no país não incorporam as incertezas ligadas às mudanças climáticas</i>  <i>I2: STP não procedeu a exercícios de planeamento de longo prazo relacionados com as mudanças climáticas</i></p> <p><b>Indicadores:</b>  <i>I1: STP tem um mecanismo de planeamento de longo prazo para gerir as incertezas ligadas às mudanças climáticas</i>  <i>I2: STP procedeu a exercícios de planeamento de longo prazo para gerir as mudanças climáticas</i></p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b>  <i>Stakeholders nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomada de decisões ao nível climático</i></p> <p><b>Ação 1.1.</b> Proceder à inventariação da capacidade e da estrutura institucional no Governo de STP e ONG presentes ao nível das mudanças climáticas</p> <p><b>Ação 1.2.</b> Desenvolver, ou delegar, uma série de pequenos briefing papers ajustados aos sectores chave de STP sobre os efeitos potenciais das mudanças climáticas nos próprios sectores e as respectivas opções ao nível da adaptação e mitigação</p> <p><b>Ação 1.3.</b> Determinar as necessidades de adaptação a longo prazo e</p>					MRNEA com outros ministérios e.g. MRNEE, MPF, MCIT, MOPITC	AAP	Consultorias, formação, reuniões	USD 47,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<b>Alvos (ano 1: 2009):</b> - Inventário das capacidades existentes em MC estabelecido - Ferramentas desenvolvidas para o planeamento adaptativo de longo prazo - Plano estabelecido para as estações meteorológicas de forma a medir as mudanças climáticas	o caminho a seguir para a estruturação de política apropriadas  <b>Acção 1.4.</b> Formular um plano de desenvolvimento de capacidades para cobrir as necessidades nacionais e assistir as instituições seleccionadas através do reforço de capacidades ao nível das mudanças climáticas de acordo com as respectivas necessidades e prioridades								
	<b>2. Resultado da Actividade</b> Capacidades de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas <b>Acção 2.1.</b> Desenvolver ferramentas de planificação de longo prazo para avaliar os riscos das mudanças climáticas e as opções de adaptação a diferentes níveis (comunidade, distrito e nacional) e com diferentes stakeholders (agricultores, grupos vulneráveis, responsáveis distritais, direcções ministeriais e governo)				X	MRNEA with other ministries e.g. MPF, MCIT, MOPITC;	AAP	Workshops de Consultoria	USD 20,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<p><b>Acção 2.2.</b> Aplicar ferramentas a diferentes níveis (ver Acção 2.1.), e aprimorá-las</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Desenvolver a formação de formadores de forma a transferir as ferramentas de planeamento para outros distritos</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Introduzir lições e experiências apreendidas para o Output 5 para serem partilhadas amplamente</p>								

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<p><b>3. Resultado da Actividade</b></p> <p>Informação para o planeamento e gestão da adaptação às mudanças climáticas aumentada</p> <p><b>Acção 3.1.</b> Avaliar a disponibilidade actual de informação e analisar a capacidade meteorológica actual para informar sobre o desenvolvimento do nível de referência nacional e regional em mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 3.2.</b> Desenvolver e implementar um plano para a execução da medição meteorológica de longo prazo de forma contínua para a medição das mudanças climáticas</p>				X	MRNEE, Instituto Nacional de Meteorologia (INM) com outros parceiros e.g. ECOWAS, Jardim Botânico	AAP	Planeamento de reuniões e <i>workshops</i> , consultorias, relatórios	USD 50,000
<b>Output 2:</b> <i>Estruturas institucionais e de liderança desenvolvidas e reforçadas para gerir de forma integrada a nível local e nacional os riscos e</i>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b></p> <p>Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e oportunidades</p>				X	Ministérios em particular MRNEE	AAP	Reuniões, Contratação de staff, inputs das TI, formação	USD 40,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ATIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><i>as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I3: As estruturas institucionais do país não estão bem adaptadas para gerir os riscos e oportunidades das mudanças climáticas</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I3: STP tem liderança e estruturas institucionais abrangentes para gerir os riscos e oportunidades das mudanças climáticas</i></p> <p><b>Alvos (2009):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Planos desenvolvidos sobre a forma de ajustar/melhorar a estrutura institucional existente dentro do Governo</li> <li>- Formações para o desenvolvimento de capacidades e liderança planeadas e em marcha</li> <li>- Avaliação da plataforma <i>multi-stakeholder</i> empreendida, e</li> </ul>	<p>das mudanças climáticas reforçadas</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Reforçar, e se necessário, redesenhar uma unidade no seio do governo dedicada à coordenação das actividades estratégicas nacionais sobre as mudanças climáticas e à integração das mudanças climáticas nas políticas e estruturas de planeamento nacionais</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Sustentar o desenvolvimento de capacidades do staff da unidade de mudanças climáticas para coordenar eficazmente as mudanças climáticas de STP e as necessidades de adaptação às MC, com a formação necessária</p>								
	<p><b>2. Resultado da Actividade</b></p> <p>Plataforma de adaptação às MC multi-stakeholder sobre a adaptação às MC criada</p>				X	Ministérios, Câmaras distritais	AAP	Reuniões, Inputs de TI, Contratação de staff Especialist	USD 51,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p>discussões de planeamento para a sua implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Actividades comunitárias identificados a nível educacional</li> <li>- Duas actividades piloto em matéria de sensibilização a nível local e liderança em curso</li> </ul> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> 2.3. Descentralização efectiva para distribuir a renda nacional</p>	<p><b>Acção 2.1.</b> Empreender uma avaliação às plataformas multi-stakeholder actualmente em STP, e desenhar uma estratégia para uma melhor plataforma de coordenação das MC para o registo de lições e experiências apreendidas</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Desenvolver a visão, o mandato, os cargos e as responsabilidades da plataforma das MC, assim como as modalidades operacionais incluindo um mecanismo de financiamento sustentável. <i>Membros a serem incluídos:</i> as autoridades nacionais e distritais, ONG, doadores e o sector privado</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Por em funcionamento uma nova plataforma de MC com informação online e face-to-face sobre a partilha de oportunidades relativas à adaptação às MC</p>						a em liderança comunitária		

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<p><b>Acção 2.4.</b> Providenciar o reforço de capacidades relevantes e as oportunidades de formação em liderança ambiental e em MC para os membros da plataforma</p> <p><b>Acção 2.5</b> Acções a nível comunitário concebidas e colocadas em operação para melhorar a sensibilização sobre as mudanças climáticas locais, delegar poderes e criar campeões da mudança climática Local.</p>								
<p><b>Output 3</b> <i>Políticas e medidas sólidas ao nível climático implementadas e aplicadas em sectores prioritários</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I4: STP não tem políticas ou medidas sólidas ao nível climático</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I4: STP tem políticas e medidas sólidas ao nível climático postas em prática em sectores prioritários</i></p> <p><b>Alvos (2009):</b></p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Políticas sólidas ao nível climático implementadas em sectores prioritários</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Identificar sectores prioritários para o processo de integração com o Comité sobre as Mudanças climáticas e o fórum <i>multi-stakeholder</i> sobre as MC, e desenhar o plano para a integração e subsequente M&amp;E dentro dos ministérios relacionados</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Incorporar as</p>				X	Ministérios	AAP	Reuniões	USD 50,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sectores prioritários para a integração identificados</li> <li>- Desenhar o plano de integração</li> <li>- Planeamento de actividades piloto, estudos preparatórios e estudos sobre os níveis de referência</li> <li>- Criar a estratégia para as MC para o distrito de Lobata e a respectiva equipa de implementação</li> </ul> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> 2.1. As instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei</p>	<p>MC nas políticas em sectores prioritários usando múltiplas abordagens – reforço de capacidades, consciencialização, assistência técnica, co-produção de outputs</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Processo de monitorização implementado</p>								
	<p><b>2. Resultado da Actividade</b> 4 Actividades piloto implementadas na região de Lobata</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Planeamento de actividades piloto, incluindo estudos sobre os níveis de referência (sociais, físicos), assistência técnica internacional, desenvolvimento de <i>networking</i> entre <i>stakeholders</i>. Criar o comité de <i>stakeholders</i> do distrito de Lobata para as actividades do projecto (incluir os agricultores, representantes de grupos marginalizados, responsáveis de autoridades locais, etc.)</p>				X	Ministérios, câmara distrital, ONGs, consultores, <i>stakeholders</i> , residentes da câmara, engenheiros hidroeléctricos	AAP	Reuniões, consultorias; equipamento para a implementação do projecto, hardware, honorários da equipa das MC de Lobata	USD 190,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<p>para assessorar no planeamento e na implementação do projecto</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Actividade 1 do projecto: Sistema piloto de irrigação à média escala com geração hidroeléctrica para pôr à disposição de uma comunidade identificada</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Actividade 2 do projecto: Gestão piloto sobre a sustentabilidade da terra e formação (práticas de agricultura resistentes ao clima e práticas de subsistência incluindo a conservação dos solos e da água, drenagem de inundações, colheitas resistentes à seca, reforço de capacidades e formação)</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Actividade 3 do projecto: Programa agro-florestal e de silvicultura sustentável, incorporando esquemas de entendimento para superar os obstáculos que poderão advir</p>								

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<b>Acção 2.5.</b> Actividade 4 do projecto: Exibição de habitações sustentáveis, fontes de energia renováveis e respectivos fornecimentos implementados no distrito de Lobata								
<p><b>Output 4:</b> <i>As opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional são expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I5: STP não tem um orçamento público para fazer face aos custos da adaptação e depende de financiamentos públicos para os suportar</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I5: STP está preparado para procurar e assegurar outras opções de financiamento para o processo de adaptação</i></p> <p><b>Alvos (2009):</b> - Relatório sobre o potencial financiamento das MC</p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Instrumentos financeiros, fiscais, ou baseados no mercado, avaliados e projectados para facilitar a adaptação dinâmica às mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Integrar o Output 1 Acção 1.1. com outras pesquisas disponíveis para fornecer uma avaliação clara da potencialidade da introdução de incentivos fiscais e outros instrumentos de regulação para a adaptação às MC em STP</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Desenvolver uma estratégia de financiamento incorporando o potencial para o financiamento</p>				X	Ministérios incluindo o MPF, MCIT, MOPITC	AAP		0

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p>por parte dos doadores actuais e futuros potenciais doadores</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar potenciais parceiros financiadores</li> <li>- Oportunidades para o desenvolvimento de um esquema de micro finanças para pequenos agricultores para medidas de adaptação investigadas</li> </ul> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> 2.2. <i>Harmonização de auxílio e sistemas de coordenação estão em vigor</i></p>	<p>provindo de vários sectores (fundos internacionais, de agências multilaterais e bilaterais, créditos de carbono, sector privado, sector público)</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Estabelecer uma autoridade competente para lidar com as questões do financiamento e dos investimentos inserida num ministério (tbd)</p> <p><b>2. Resultado da Actividade</b> Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Desenvolver um <i>documento de síntese</i> sobre o mecanismo de financiamento de longo prazo para a adaptação às MC aplicando as lições e experiências apreendidas, as ideias retiradas das iniciativas actuais do CBA</p>								
					X	Ministérios incluindo MPF; responsáveis das câmaras distritais; residentes locais	AAP	Consultorias, Reuniões	0

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<p>e as oportunidades de micro financiamento registadas noutros países</p> <p><b>Ação 2.2.</b> Contribuir através de recursos financeiros para a pilotagem do apoio do CBA às comunidades</p>								
<p><b>Output 5:</b> <i>Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades associados às mudanças climáticas geradas e compartilhadas a todos os níveis</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I6: STP não está a partilhar conhecimentos sobre as MC</i></p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional</p> <p><b>Ação 1.1.</b> Estabelecer um plano com o grupo de <i>multi-stakeholders</i> recém-formado sobre as MC em</p>				X	Ministérios, Comité para as Mudanças climáticas	AAP	Reuniões; Renda e materiais de escritório	USD 32000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><b>Indicadores:</b> <i>I6: STP está a partilhar conhecimentos sobre o ajustamento dos processos de desenvolvimento nacional para incorporar por completo os riscos e as oportunidades ligados às MC</i></p> <p><b>Alvos (2009):</b> - Mecanismos e plano estabelecidos para que STP participe na plataforma ALM e outros fóruns internacionais (e.g. UNFCCC/networks sobre as MC em África), e igualmente em networks dos países lusófonos</p> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> <i>2.1. As instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei</i></p>	<p>STP, a actuar próximo do Comité sobre as MC, definindo as prioridades das actividades de disseminação de experiências e as networks de partilha de informação</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Documentar abordagens piloto e de casos na adaptação às MC (e.g. do Output 3 RA 2) sistematicamente e num formato acessível (e.g. portal <i>online</i>; <i>newsletter</i>,...)</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Sintetizar estudos de casos, lições e experiências apreendidas e as melhores práticas para uma ampla aplicação</p> <p><b>Acção 1.4.</b> Contribuir para as actividades de partilha de lições e experiências das comunidades nacionais e internacionais através de publicações revistas pelos pares; de reuniões; da conferência do PNUD sobre os Mecanismos de Aprendizagem para a Adaptação (ALM) e de</p>								

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	publicações <i>online</i> em STP, em África, entre os países lusófonos e internacionalmente  <b>Ação 1.5.</b> Fórum <i>multi-stakeholder</i> para receber o <i>workshop</i> anual sobre a Adaptação às Mudanças climáticas em STP para partilhar conhecimentos e aprendizagens entre ONG, doadores, cientistas e <i>experts</i> internacionais, governo e sector privado								
TOTAL							USD	480,000	

Plano Anual de Trabalho – Ano 2: 2010

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><b>Output 1:</b> <i>Mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas introduzidos</i></p> <p><b>Base de referência:</b>  <i>I1: Os mecanismos existentes no país não incorporam as incertezas ligadas às mudanças climáticas</i>  <i>I2: STP não procedeu a exercícios de planeamento de longo prazo relacionados com as mudanças climáticas</i></p> <p><b>Indicadores:</b>  <i>I1: STP tem um mecanismo de planeamento de longo prazo para gerir as incertezas ligadas às mudanças climáticas</i>  <i>I2: STP procedeu a exercícios de planeamento de longo prazo para gerir as mudanças climáticas</i></p> <p><b>Alvos (ano 2: 2010):</b>                      - <i>Briefing papers</i> concluídos sobre os sectores de STP                      - Ferramentas de planeamento de longo</p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b>  <i>Stakeholders</i> nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomada de decisões ao nível climático</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Proceder à inventariação da capacidade e da estrutura institucional no Governo de STP e ONG presentes ao nível das mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Desenvolver, ou delegar, uma série de pequenos <i>briefing papers</i> ajustados aos sectores chave de STP sobre os efeitos potenciais das mudanças climáticas nos próprios sectores e as respectivas opções ao nível da adaptação e mitigação</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Determinar as necessidades de adaptação a longo prazo e o caminho a seguir para a estruturação de política apropriadas</p> <p><b>Acção 1.4.</b> Formular um plano de desenvolvimento de capacidades para cobrir as necessidades nacionais e assistir as instituições</p>								
		X	X	X	X	MRNEA com outros ministérios e.g. MRNEE, MPF, MCIT, MOPITC;	AAP	Consultorias, formação, reuniões	USD 20,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
prazo criadas - Pelo menos 3 instituições chave colocaram estas ferramentas em prática - Pelo menos 3 exercícios de planeamento de longo prazo realizados e documentados - Estações meteorológicas implementadas  <b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> <i>2.3.Descentralização efectiva para distribuir a renda nacional</i>	seleccionadas através do reforço de capacidades ao nível das mudanças climáticas de acordo com as respectivas necessidades e prioridades								
	<b>2. Resultado da Actividade</b> Capacidades de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas  <b>Acção 2.1.</b> Desenvolver ferramentas de planificação de longo prazo para avaliar os riscos das mudanças climáticas e as opções de adaptação a diferentes níveis (comunidade, distrito e nacional) e com diferentes stakeholders (agricultores, grupos vulneráveis, responsáveis distritais, direcções ministeriais e governo)  <b>Acção 2.2.</b> Aplicar ferramentas a diferentes níveis (ver Acção 2.1.), e aprimorá-las  <b>Acção 2.3.</b> Desenvolver a formação de formadores de forma a transferir as ferramentas de planeamento para outros distritos	X	X	X	X	MRNEA com outros ministérios e.g. MRNEE, MPF, MCIT, MOPITC;	AAP	Consultorias; workshops	USD 58,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<p><b>Acção 2.4.</b> Introduzir lições e experiências apreendidas para o Output 5 para serem partilhadas amplamente</p>								
	<p><b>3. Resultado da Actividade</b> Informação para o planeamento e gestão da adaptação às mudanças climáticas aumentada</p> <p><b>Acção 3.1.</b> Avaliar a disponibilidade actual de informação e analisar a capacidade meteorológica actual para informar sobre o desenvolvimento do nível de referência nacional e regional em mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 3.2.</b> Desenvolver e implementar um plano para a execução da medição meteorológica de longo prazo de forma contínua para a medição das mudanças climáticas</p>	X	X	X	X	MRNEE, INM (Instituto Nacional de Meteorologia) com outros parceiros e.g. ECOWAS,	AAP	Reuniões de planeamento e <i>workshops</i> , relatório da consultoria	USD 80,000
<p><b>Output 2:</b> <i>Estruturas institucionais e de liderança desenvolvidas e reforçadas para gerir de forma integrada a nível local e nacional os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas</i></p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e oportunidades das mudanças climáticas reforçadas</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Reforçar, e se</p>			X	X	Ministérios especialmente MRNEA	AAP	Reuniões, Contratação de pessoal, Inputs em TI, Formação	USD 40,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><b>Base de referência:</b> <i>I3: As estruturas institucionais do país não estão bem adaptadas para gerir os riscos e oportunidades das mudanças climáticas</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I3: STP tem liderança e estruturas institucionais abrangentes para gerir os riscos e oportunidades das mudanças climáticas</i></p> <p><b>Alvos (2010):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Planos desenvolvidos para ajustar / melhorar o framework institucional existente</li> <li>- Formações para o desenvolvimento de capacidades e liderança planeadas e em marcha</li> <li>- Novo framework institucional operacional</li> <li>- Actividades de sensibilização comunitária e formação de liderança efectuado na região de Lobata</li> </ul> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> <i>1.4. Acesso da população em geral à água potável e saneamento e um ambiente</i></p>	<p>necessário, redesenhar uma unidade no seio do governo dedicada à coordenação das actividades estratégicas nacionais sobre as mudanças climáticas e à integração das mudanças climáticas nas políticas e estruturas de planeamento nacionais</p> <p><b>Ação 1.2.</b> Sustentar o desenvolvimento de capacidades do staff da unidade de mudanças climáticas para coordenar eficazmente as mudanças climáticas de STP e as necessidades de adaptação às MC, com a formação necessária</p>								
	<p><b>2. Resultado da Actividade</b> Plataforma de adaptação às MC multi-stakeholder sobre a adaptação às MC criada</p> <p><b>Ação 2.1.</b> Empreender uma avaliação às plataformas multi-stakeholder actualmente em STP, e desenhar uma estratégia para uma melhor plataforma de coordenação das MC para o registo de lições e experiências aprendidas</p> <p><b>Ação 2.2.</b> Desenvolver a visão, o mandato, os cargos e as responsabilidades da plataforma</p>			X	X	Ministérios, Câmaras distritais	AAP	Reuniões, Inputs em TI, Contratação de pessoal	USD 65,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<i>protegido é assegurado</i>	<p>das MC, assim como as modalidades operacionais incluindo um mecanismo de financiamento sustentável. <i>Membros a incluir:</i> as autoridades nacionais e distritais, ONG, doadores e o sector privado</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Por em funcionamento uma nova plataforma de MC com informação online e face-to-face sobre a partilha de oportunidades relativas à adaptação às MC</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Providenciar o reforço de capacidades relevantes e as oportunidades de formação em liderança ambiental e em MC para os membros da plataforma</p> <p><b>Acção 2.5</b> Acções a nível comunitário concebidas e colocadas em operação para a melhor sensibilização sobre as mudanças climáticas locais, delegar poderes e criar campeões da mudança climática local.</p>								
<b>Output 3</b> <i>Políticas e medidas sólidas ao nível climático implementadas e aplicadas em sectores prioritários</i>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Políticas sólidas ao nível climático implementadas em sectores prioritários</p>	X	X	X	X	Ministérios e consultores	AAP	Reuniões; Análises sobre políticas de integração	USD 45,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><b>Base de referência:</b> <i>14: STP não tem políticas ou medidas sólidas ao nível climático</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>14: STP tem políticas e medidas sólidas ao nível climático postas em prática em sectores prioritários</i></p> <p><b>Alvos (2010):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo em marcha em 4 ministérios para a incorporação das MC no processo de planeamento de políticas</li> <li>- 4 Actividades piloto importantes na região de Lobata planeadas e começadas</li> </ul> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> <i>1.4. O acesso da população em geral à água potável e saneamento e um ambiente protegido é assegurado</i></p>	<p><b>Acção 1.1.</b> Identificar sectores prioritários para o processo de integração com o Comité sobre as Mudanças climáticas e o fórum <i>multi-stakeholder</i> sobre as MC, e desenhar o plano para a integração e subsequente M&amp;E dentro dos ministérios relacionados</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Incorporar as MC nas políticas em sectores prioritários usando múltiplas abordagens – reforço de capacidades, consciencialização, assistência técnica, co-produção de outputs</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Processo de monitorização implementado</p>								
	<p><b>2. Resultado da Actividade</b> 4 Actividades-piloto implementadas na região de Lobata</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Planeamento de actividades piloto, incluindo estudos sobre os níveis de referência (sociais, físicos), assistência técnica internacional, desenvolvimento de <i>networking</i> entre <i>stakeholders</i>. Criar o comité de <i>stakeholders</i> do distrito de Lobata para as actividades do</p>	X	X	X	X	Ministérios, câmaras distritais, ONGs, consultores, <i>stakeholders</i> , habitantes das câmaras distritais, engenheiros hidroeléctricos	AAP	Reuniões, consultorias	USD 950,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<p>projecto (incluir os agricultores, representantes de grupos marginalizados, responsáveis de autoridades locais, etc.) para assessorar no planeamento e na implementação do projecto</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Actividade 1 do projecto: Sistema piloto de irrigação à média escala com geração hidroeléctrica para pôr à disposição de uma comunidade identificada</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Actividade 2 do projecto: Gestão piloto sobre a sustentabilidade da terra e formação (práticas de agricultura resistentes ao clima e práticas de subsistência incluindo a conservação dos solos e da água, drenagem de inundações, colheitas resistentes à seca, reforço de capacidades e formação)</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Actividade 3 do projecto: Programa agro-florestal e de silvicultura sustentável, incorporando esquemas de entendimento para superar os obstáculos que poderão advir</p> <p><b>Acção 2.5.</b> Actividade 4 do projecto: Exibição de habitações</p>								

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	sustentáveis, fontes de energia renováveis e respectivos fornecimentos implementados no distrito de Lobata								
<p><b>Output 4:</b> <i>As opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional são expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I5: STP não tem um orçamento público para fazer face aos custos da adaptação e depende de financiamentos públicos para os suportar</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I5: STP está preparado para procurar e assegurar outras opções de financiamento para o processo de adaptação</i></p> <p><b>Alvos (2010):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise para o financiamento da adaptação</li> <li>- Investigação sobre o potencial financiamento das MC por parte dos doadores actuais e futuros potenciais doadores</li> <li>- Autoridade competente para o financiamento estabelecida</li> </ul>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Instrumentos financeiros, fiscais, ou baseados no mercado, avaliados e projectados para facilitar a adaptação dinâmica às mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Integrar o Output 1 Acção 1.1. com outras pesquisas disponíveis para fornecer uma avaliação clara da potencialidade da introdução de incentivos fiscais e outros instrumentos de regulação para a adaptação às MC em STP</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Desenvolver uma estratégia de financiamento incorporando o potencial para o financiamento provindo de vários sectores (fundos internacionais, de agências multilaterais e bilaterais, créditos de carbono, sector privado, sector público)</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Estabelecer uma autoridade competente para lidar com as questões do financiamento e dos investimentos inserida num</p>	X	X	X	X	Ministérios incluindo MPF, MCIT, MOPITC	AAP	<i>Staff time, materiais de escritório, consultorias</i>	USD 18,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
- Esquema de micro financiamento para os pequenos agricultores para medidas de adaptação em marcha	ministério (tbd)								
<b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> 2.2. Harmonização de auxílio e sistemas de coordenação estão em vigor	<p><b>2. Resultado da Actividade</b> Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Desenvolver um documento de síntese sobre o mecanismo de financiamento de longo prazo para a adaptação às MC aplicando as lições e experiências apreendidas, as ideias retiradas das iniciativas actuais do CBA e as oportunidades de microfinanciamento registadas noutros países</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Contribuir através de recursos financeiros para a pilotagem do apoio do CBA às comunidades implementando os <i>toolkits</i> para a adaptação às MC, utilizando a abordagem da micro finança</p>	X	X	X	X	Ministérios incluindo MPF; responsáveis das câmaras distritais; habitantes locais	AAP	Consultorias, reuniões	USD 27,000
<b>Output 5:</b> Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades associados às mudanças climáticas geradas e compartilhadas a todos os	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível</p>	X	X	X	X	Ministérios, Comité sobre as Mudanças climáticas; Plataforma <i>Multi-stakeholder</i> sobre as MC	AAP	Reuniões; renda e materiais de escritório; <i>workshop</i> ; viagem; consumíveis	USD 68,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p>níveis</p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I6: STP não está a partilhar conhecimentos sobre as MC</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I6: STP está a partilhar conhecimentos sobre o ajustamento dos processos de desenvolvimento nacional para incorporar por completo os riscos e as oportunidades ligados às MC</i></p> <p><b>Alvos (2010):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mecanismos e plano estabelecidos para que STP participe na plataforma ALM e outros fóruns internacionais (e.g. UNFCCC/<i>networks</i> sobre as MC em África), e igualmente em <i>networks</i> dos países lusófonos</li> <li>- Primeiro <i>workshop</i> sobre a Adaptação às Mudanças climáticas em STP empreendido</li> </ul> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> <i>2.1. As instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e</i></p>	<p>nacional e internacional</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Estabelecer um plano com o grupo de <i>multi-stakeholders</i> recém-formado sobre as MC em STP, a actuar próximo do Comité sobre as MC, definindo as prioridades as actividades de disseminação de experiências e as <i>networks</i> de partilha de informação</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Documentar abordagens piloto e de casos na adaptação às MC (e.g. do Output 3 RA 2) sistematicamente e num formato acessível (e.g. portal <i>online</i>; <i>newsletter</i>,...)</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Sintetizar estudos de casos, lições e experiências apreendidas e as melhores práticas para uma ampla aplicação</p> <p><b>Acção 1.4.</b> Contribuir para as actividades de partilha de lições e experiências das comunidades nacionais e internacionais através de publicações revistas pelos pares; de reuniões; da conferência do PNUD sobre os Mecanismos de Aprendizagem para a Adaptação (ALM) e de</p>								

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		T1	T2	T3	T4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<i>igualitária da lei</i>	publicações <i>online</i> em STP, em África, entre os países lusófonos e internacionalmente  <b>Acção 1.5.</b> Fórum <i>multi-stakeholder</i> para receber o <i>workshop</i> anual sobre a Adaptação às Mudanças climáticas em STP para partilhar conhecimentos e aprendizagens entre ONG, doadores, cientistas e <i>experts</i> internacionais, governo e sector privado								
TOTAL							USD	1,371,000	

Plano Anual de Trabalho - Ano 3: 2011

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><b>Output 1:</b> <i>Mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas introduzidos</i></p> <p><b>Base de referência:</b>  <i>I1: Os mecanismos existentes no país não incorporam as incertezas ligadas às mudanças climáticas</i>  <i>I2: STP não procedeu a exercícios de planeamento de longo prazo relacionados com as mudanças climáticas</i></p> <p><b>Indicadores:</b>  <i>I1: STP tem um mecanismo de planeamento de longo prazo para gerir as incertezas ligadas às mudanças climáticas</i>  <i>I2: STP procedeu a exercícios de planeamento de longo prazo para gerir as mudanças climáticas</i></p> <p><b>Alvos (ano 3: 2011)</b></p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b>  <i>Stakeholders nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomada de decisões ao nível climático</i></p> <p><b>Acção 1.1.</b> Proceder à inventariação da capacidade e da estrutura institucional no Governo de STP e ONG presentes ao nível das mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Desenvolver, ou delegar, uma série de pequenos <i>briefing papers</i> ajustados aos sectores chave de STP sobre os efeitos potenciais das mudanças climáticas nos próprios sectores e as respectivas opções ao nível da adaptação e mitigação</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Determinar as necessidades de adaptação a longo prazo e o caminho a seguir para a estruturação de política apropriadas</p> <p><b>Acção 1.4.</b> Formular um plano de desenvolvimento de capacidades para cobrir as necessidades nacionais e</p>	X	X	X	X	MRNEA com outros ministérios e.g. MRNEE, MPF, MCIT, MOPITC;	AAP		0

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contínuo reforço de capacidades das instituições de acordo com o identificado pelo plano de longo prazo</li> <li>- Finalização da formação de formadores</li> <li>- Experiências partilhadas apreendidas (ver output 5)</li> <li>- Estações meteorológicas implementadas</li> <li>- Ferramentas de adaptação a longo prazo postas em prática a diferentes níveis</li> </ul>	<p>assistir as instituições seleccionadas através do reforço de capacidades ao nível das mudanças climáticas de acordo com as respectivas necessidades e prioridades</p>								
<p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b></p> <p><i>2.1. Instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei</i></p>	<p><b>2. Resultado da Actividade</b></p> <p>Capacidades de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Desenvolver ferramentas de planificação de longo prazo para avaliar os riscos das mudanças climáticas e as opções de adaptação a diferentes níveis (comunidade, distrito e nacional) e com diferentes stakeholders (agricultores, grupos vulneráveis, responsáveis distritais, direcções ministeriais e governo)</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Aplicar ferramentas a diferentes níveis (ver Acção 2.1.), e aprimorá-las</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Desenvolver a formação de formadores de forma a transferir as ferramentas de planeamento para outros distritos</p>	X	X	X	X	MRNEA com outros ministérios e.g. MRNEE, MPF, MCIT, MOPITC	AAP		USD 10,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<b>Acção 2.4.</b> Introduzir lições e experiências apreendidas para o Output 5 para serem partilhadas amplamente								
	<b>3. Resultado da Actividade</b> Informação para o planeamento e gestão da adaptação às mudanças climáticas aumentada  <b>Acção 3.1.</b> Avaliar a disponibilidade actual de informação e analisar a capacidade meteorológica actual para informar sobre o desenvolvimento do nível de referência nacional e regional em mudanças climáticas  <b>Acção 3.2.</b> Desenvolver e implementar um plano para a execução da medição meteorológica de longo prazo de forma contínua para a medição das mudanças climáticas	X	X	X	X	MRNEE, INM (Instituto Nacional de Meteorologia) com outros parceiros e.g. ECOWAS, Jardim Botânico	AAP		USD 20,000
<b>Output 2:</b> <i>Estruturas institucionais e de liderança desenvolvidas e reforçadas para gerir de forma integrada a nível local e nacional os riscos e as oportunidades</i>	<b>1. Resultado da Actividade</b> Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e oportunidades das mudanças climáticas reforçadas  <b>Acção 1.1.</b> Reforçar, e se	X	X	X	X	Ministérios em particular MRNEE	AAP	Reuniões, contratação de pessoal, inputs em TI, formação	USD 40,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><i>subjacentes às mudanças climáticas</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I3: As estruturas institucionais do país não estão bem adaptadas para gerir os riscos e oportunidades das mudanças climáticas</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I3: STP tem liderança e estruturas institucionais abrangentes para gerir os riscos e oportunidades das mudanças climáticas</i></p> <p><b>Alvos (2011):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conclusão das formações para o desenvolvimento de capacidades e liderança</li> <li>- A plataforma <i>multi-stakeholder</i> continua a funcionar com sucesso</li> <li>- Sensibilização e actividades de liderança implementadas ao nível da comunidade em STP</li> </ul>	<p>necessário, redesenhar uma unidade no seio do governo dedicada à coordenação das actividades estratégicas nacionais sobre as mudanças climáticas e à integração das mudanças climáticas nas políticas e estruturas de planeamento nacionais</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Sustentar o desenvolvimento de capacidades do staff da unidade de mudanças climáticas para coordenar eficazmente as mudanças climáticas de STP e as necessidades de adaptação às MC, com a formação necessária</p>								
	<p><b>2. Resultado da Actividade</b> Plataforma de adaptação às MC multi-stakeholder sobre a adaptação às MC criadas</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Empreender uma avaliação às plataformas multi-stakeholder actualmente em STP, e desenhar uma estratégia para uma melhor plataforma de coordenação das MC para o registo de lições e experiências apreendidas</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Desenvolver a visão, o mandato, os cargos e</p>	X	X	X	X	Ministérios, câmaras distritais	AAP	Reuniões, contratação de pessoal, inputs em TI, formação	USD 65,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><i>Resultado do Programa de País relaciona</i></p> <p><i>2.3.Descentralização efectiva para redistribuir a renda nacional</i></p>	<p>as responsabilidades da plataforma das MC, assim como as modalidades operacionais incluindo um mecanismo de financiamento sustentável. <i>Membros a incluir:</i> as autoridades nacionais e distritais, ONG, doadores e o sector privado</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Por em funcionamento uma nova plataforma de MC com informação online e face-to-face sobre a partilha de oportunidades relativas à adaptação às MC</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Providenciar o reforço de capacidades relevantes e as oportunidades de formação em liderança ambiental e em MC para os membros da plataforma</p> <p><b>Action 2.5</b> Acções a nível comunitário concebidas e colocadas em operação para melhor sensibilização sobre as mudanças climáticas locais, delegar poderes e criação de campeões da mudança climática local.</p>								
<p><b>Output 3</b> <i>Políticas e medidas sólidas ao nível climático implementadas e</i></p>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Políticas sólidas ao nível climático implementadas em</p>	X	X	X	X	Ministérios em particular MRNEA + 3 outros ministérios	AAP	<i>Workshops; staff time; consultorias</i>	USD 45,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p><i>aplicadas em sectores prioritários</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I4: STP não tem políticas ou medidas sólidas ao nível climático</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I4: STP tem políticas e medidas sólidas ao nível climático postas em prática em sectores prioritários</i></p> <p><b>Alvos (2011):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 4 Ministérios incorporaram as MC no processo de planeamento de políticas</li> <li>- Lições e experiências apreendidas das 4 actividades piloto na região de Lobata</li> </ul>	<p>sectores prioritários</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Identificar sectores prioritários para o processo de integração com o Comité sobre as Mudanças climáticas e o fórum <i>multi-stakeholder</i> sobre as MC, e desenhar o plano para a integração e subsequente M&amp;E dentro dos ministérios relacionados</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Incorporar as MC nas políticas em sectores prioritários usando múltiplas abordagens – reforço de capacidades, consciencialização, assistência técnica, co-produção de outputs</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Processo de monitorização implementado</p>					seleccionados			
<p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> <i>2.1. Instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei</i></p>	<p><b>2. Resultado da Actividade</b> 4 Actividades piloto implementadas na região de Lobata</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Planeamento de actividades piloto, incluindo estudos sobre os níveis de referência (sociais, físicos), assistência técnica internacional, desenvolvimento de <i>networking</i> entre</p>	X	X	X	X	Ministérios, câmaras distritais, ONGs, consultores, <i>stakeholders</i> , habitantes da câmara distrital, engenheiros hidroeléctricos	AAP	Equipamento para a implementação do projecto, <i>staff time</i> , consultorias	USD 350,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<p><i>stakeholders</i>. Criar o comité de <i>stakeholders</i> do distrito de Lobata para as actividades do projecto (incluir os agricultores, representantes de grupos marginalizados, responsáveis de autoridades locais, etc.) para assessorar no planeamento e na implementação do projecto</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Actividade 1 do projecto: Sistema piloto de irrigação à média escala com geração hidroeléctrica para pôr à disposição de uma comunidade identificada</p> <p><b>Acção 2.3.</b> Actividade 2 do projecto: Gestão piloto sobre a sustentabilidade da terra e formação (práticas de agricultura resistentes ao clima e práticas de subsistência incluindo a conservação dos solos e da água, drenagem de inundações, colheitas resistentes à seca, reforço de capacidades e formação)</p> <p><b>Acção 2.4.</b> Actividade 3 do projecto: Programa agro-florestal e de silvicultura sustentável, incorporando esquemas de entendimento para superar os obstáculos que poderão advir</p>								

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	<b>Acção 2.5.</b> Actividade 4 do projecto: Exibição de habitações sustentáveis, fontes de energia renováveis e respectivos fornecimentos implementados no distrito de Lobata								
<p><b>Output 4:</b> <i>As opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional são expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I5: STP não tem um orçamento público para fazer face aos custos da adaptação e depende de financiamentos públicos para os suportar</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I5: STP está preparado para procurar e assegurar outras opções de financiamento para o processo de adaptação</i></p> <p><b>Alvos (2011):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pelo menos mais uma fonte de financiamento disponível</li> <li>- Esquema piloto de micro finanças</li> </ul>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b> Instrumentos financeiros, fiscais, ou baseados no mercado, avaliados e projectados para facilitar a adaptação dinâmica às mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Integrar o Output 1 Acção 1.1. com outras pesquisas disponíveis para fornecer uma avaliação clara da potencialidade da introdução de incentivos fiscais e outros instrumentos de regulação para a adaptação às MC em STP</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Desenvolver uma estratégia de financiamento incorporando o potencial para o financiamento provindo de vários sectores (fundos internacionais, de agências multilaterais e bilaterais, créditos de carbono, sector privado, sector público)</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Estabelecer uma</p>	X	X	X	X	Ministérios incluindo MPF, MCIT, MOPITC	AAP	Renda e materiais de escritório, consultorias, staff time	USD 5,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p>empreendido e lições e experiências apreendidas</p> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b> 2.2. Harmonização de auxílio e sistemas de coordenação estão em vigor</p>	<p>autoridade competente para lidar com as questões do financiamento e dos investimentos inserida num ministério (tbd)</p>								
	<p><b>2. Resultado da Actividade</b> Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.</p> <p><b>Acção 2.1.</b> Desenvolver um <i>documento de síntese</i> sobre o mecanismo de financiamento de longo prazo para a adaptação às MC aplicando as lições e experiências apreendidas, as ideias retiradas das iniciativas actuais do CBA e as oportunidades de micro financiamento registadas noutros países</p> <p><b>Acção 2.2.</b> Contribuir através de recursos financeiros para a pilotagem do apoio do CBA às comunidades implementando os <i>toolkits</i> para a adaptação às MC, utilizando a abordagem da</p>	X	X	X	X	Ministérios incluindo MPF; responsáveis das câmaras distritais; residentes locais	AAP	Staff time, equipamento, formação	USD 50,000

OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
	micro finança								
<p><b>Output 5:</b> <i>Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades associados às mudanças climáticas geradas e compartilhadas a todos os níveis</i></p> <p><b>Base de referência:</b> <i>I6: STP não está a partilhar conhecimentos sobre as MC</i></p> <p><b>Indicadores:</b> <i>I6: STP está a partilhar conhecimentos sobre o ajustamento dos processos de desenvolvimento nacional para incorporar por completo os riscos e as oportunidades ligados às MC</i></p> <p><b>Alvos (2011):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- STP contribui e partilha activamente para as lições e experiências apreendidas no projecto de STP</li> <li>- Segundo <i>workshop</i></li> </ul>	<p><b>1. Resultado da Actividade</b></p> <p>Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional</p> <p><b>Acção 1.1.</b> Estabelecer um plano com o grupo de <i>multi-stakeholders</i> recém-formado sobre as MC em STP, a actuar próximo do Comité sobre as MC, definindo as prioridades das actividades de disseminação de experiências e as <i>networks</i> de partilha de informação</p> <p><b>Acção 1.2.</b> Documentar abordagens piloto e de casos na adaptação às MC (e.g. do Output 3 RA 2) sistematicamente e num formato acessível (e.g. portal <i>online</i>; <i>newsletter</i>,...)</p> <p><b>Acção 1.3.</b> Sintetizar estudos de casos, lições e experiências apreendidas e as melhores práticas para uma ampla aplicação</p>	X	X	X	x	Ministérios; Comité sobre as Mudanças climáticas; responsáveis das câmaras distritais	AAP	<p>Material de escritório; viagens; conferência e custos de inclusão na <i>network</i>; Custos de disseminação (website e em suporte físico); Custos do <i>workshop</i></p>	USD 64,000

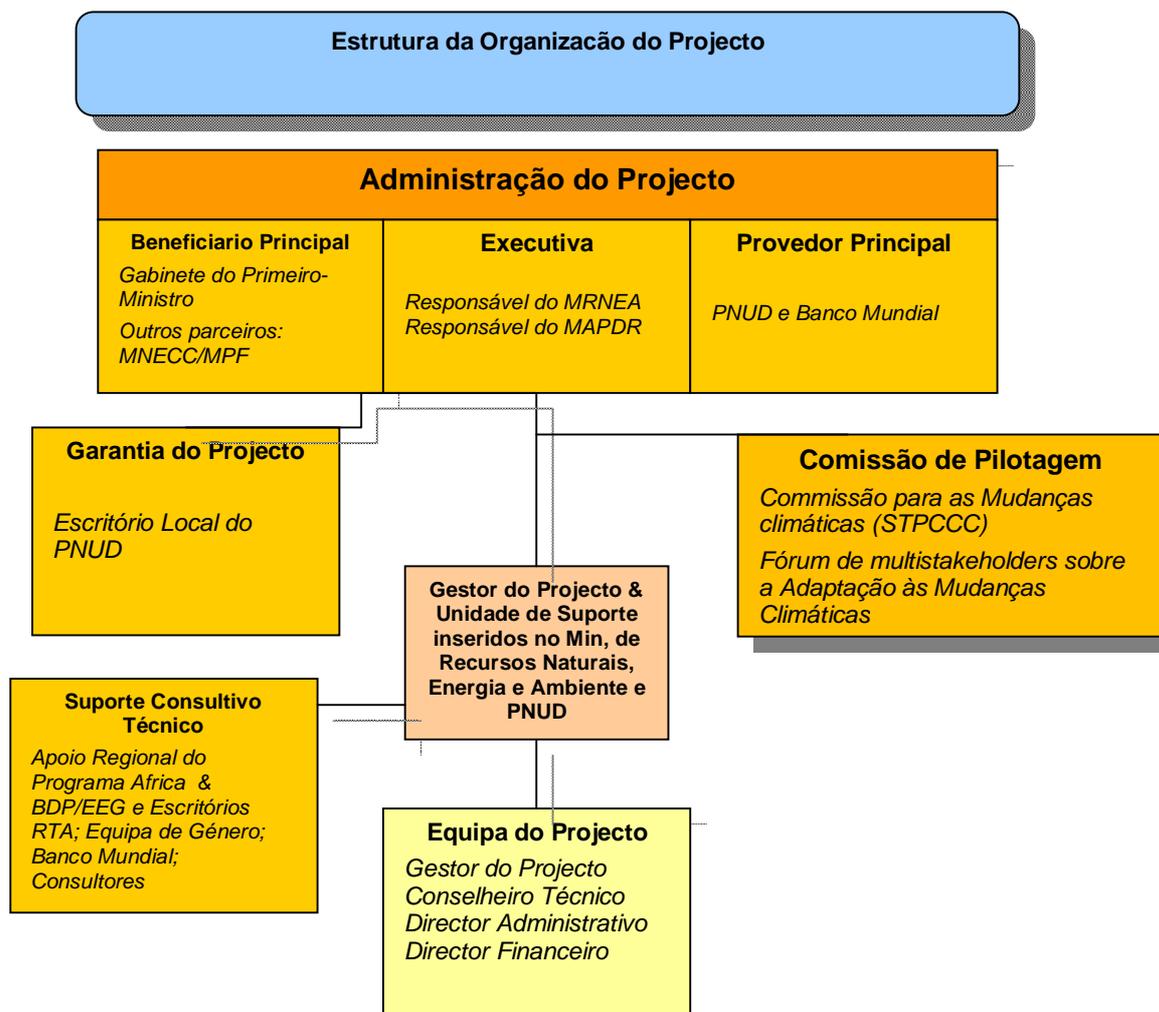
OUTPUTS ESPERADOS <i>E base de referência, indicadores incluindo alvos anuais</i>	ACTIVIDADES PLANEADAS <i>Listar os resultados das actividades e as acções associadas</i>	CALENDARIZAÇÃO				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANIFICADO		
		Q1	Q2	Q3	Q4		Fonte de Financiamento	Descrição do Orçamento	Montante
<p>anual sobre a Adaptação às Mudanças climáticas é realizado</p> <p>- STP é parte integrante da <i>network</i> estabelecida para a adaptação às MC nos países lusófonos</p> <p><b>Resultado do Programa de País relacionado:</b></p> <p>2.1. <i>Instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei</i></p>	<p><b>Acção 1.4.</b> Contribuir para as actividades de partilha de lições e experiências das comunidades nacionais e internacionais através de publicações revistas pelos pares; de reuniões; da conferência do PNUD sobre os Mecanismos de Aprendizagem para a Adaptação (ALM) e de publicações <i>online</i> em STP, em África, entre os países lusófonos e internacionalmente</p> <p><b>Acção 1.5.</b> Fórum <i>multi-stakeholder</i> para receber o <i>workshop</i> anual sobre a Adaptação às Mudanças climáticas em STP para partilhar conhecimentos e aprendizagens entre ONG, doadores, cientistas e <i>experts</i> internacionais, governo e sector privado</p>								
TOTAL							USD	649,000	

**Tabela 2: PNUD São Tomé e Príncipe – Orçamento para actividades de Adaptação às Mudanças Climáticas**

<b>Output</b>	<b>No</b>	<b>Breve descrição</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>USD total</b>
<b>1</b>	<b>1.1</b>	Inventário de capacidade de mudanças climáticas em STP	30,000			30,000
	1.2	Instruções desenvolvidas sob medida para STP sobre MC	10,000	20,000		30,000
	1.3	Definição das necessidades de adaptação a Longo prazo	2,000			2,000
	1.4	Formular plano de desenvolvimento da capacidade e proporcionar MC	5,000			5,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>47,000</b>	<b>20,000</b>	<b>0</b>	<b>67,000</b>
	<b>2.1</b>	Ferramentas de planeamento a longo prazo desenvolvidas (todos os níveis)	20,000			20,000
	2.2	Ferramentas Piloto e de aperfeiçoamento		30,000		30,000
	2.3	Formação de formadores		20,000	10,000	30,000
	2.4	Briefing paper de lições aprendidas		8,000		8,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>20,000</b>	<b>58,000</b>	<b>10,000</b>	<b>88,000</b>
	<b>3.1</b>	Avaliação de informações da actual Estação Meteorológica (com BM)	50,000			50,000
	3.2	Implementar estações meteorológicas		80,000	20,000	100,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>50,000</b>	<b>80,000</b>	<b>20,000</b>	<b>150,000</b>
			<b>117,000</b>	<b>158,000</b>	<b>30,000</b>	<b>305,000</b>
<b>2</b>	<b>1.1</b>	Unidade dedicada a Mudanças climáticas no governo	20,000	10,000	10,000	40,000
	1.2	Desenvolvimento de capacidades de Funcionários na unidade de MC	20,000	30,000	30,000	80,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>40,000</b>	<b>40,000</b>	<b>40,000</b>	<b>120,000</b>
	<b>2.1</b>	Design de estratégia da plataforma Multi-stakeholder	2,000			2,000
	2.2	Mandatos de plataforma de MC	4,000			4,000
	2.3	Por em funcionamento plataforma MC	5,000	5,000	5,000	15,000
	2.4	Formação adequada para membros da plataforma	10,000	10,000	10,000	30,000
	2.5	Actividades a nível comunitário, incluindo educação ambiental	30,000	50,000	50,000	130,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>51,000</b>	<b>65,000</b>	<b>65,000</b>	<b>181,000</b>
			<b>91,000</b>	<b>105,000</b>	<b>105,000</b>	<b>301,000</b>
<b>3</b>	<b>1.1</b>	Sectores prioritários identificados para a integração	20,000			20,000
	1.2	Fazer a integração com abordagens múltiplas (Capacitação etc)	20,000	35,000	35,000	90,000
	1.3	Monitorizar a integração	10,000	10,000	10,000	30,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>50,000</b>	<b>45,000</b>	<b>45,000</b>	<b>140,000</b>
	<b>2.1</b>	Planear actividades piloto	20,000	10,000		30,000
	2.2	Actividade Projecto 1 – sistema de irrigação	70,000	500,000	50,000	620,000
	2.3	Actividade Projecto 2 – Programa piloto de gestão sustentável das terras e de formação	70,000	130,000	130,000	330,000

	2.4	Actividade Projecto 3 - programa florestal/agro-florestal sustentável	10,000	130,000	130,000	270,000
	2.5	Actividade Projecto 4 – Exposição de habitação sustentável, fontes renováveis de energia	20,000	180,000	40,000	240,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>190,000</b>	<b>950,000</b>	<b>350,000</b>	<b>1,490,000</b>
			<b>240,000</b>	<b>995,000</b>	<b>395,000</b>	<b>1,630,000</b>
<b>4</b>	<b>1.1</b>	Avaliar incentivos financeiros para a Adaptação às Mudanças climáticas		10,000		10,000
	1.2	Desenvolver uma estratégia de financiamento		3,000		3,000
	1.3	Estabelecer uma autoridade para lidar com o financiamento		5,000	5,000	10,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>0</b>	<b>18,000</b>	<b>5,000</b>	<b>23,000</b>
	<b>2.1</b>	Documento de síntese do mecanismo de financiamento a longo prazo para a Adaptação às Mudanças Climáticas		7,000		7,000
	2.2	Recursos financeiros para gerir a iniciativa de micro finanças de CBA		20,000	50,000	70,000
		<b>Subtotal Actividade</b>	<b>0</b>	<b>27,000</b>	<b>50,000</b>	<b>77,000</b>
			<b>0</b>	<b>45,000</b>	<b>55,000</b>	<b>100,000</b>
<b>5</b>	<b>1.1</b>	Planeamento de divulgação com fórum multilateral		4,000		4,000
	1.2	Documentar as actividades sistematicamente	2,000	4,000	4,000	10,000
	1.3	Sintetizar os estudos de caso, lições aprendidas e boas práticas	10,000	20,000	20,000	50,000
	1.4	Partilha de Lições internacionalmente	0	20,000	20,000	40,000
	1.5	Workshop anual sobre a adaptação às mudanças climáticas em STP	20,000	20,000	20,000	60,000
		<b>Subtotal de Actividade e Output</b>	<b>32,000</b>	<b>68,000</b>	<b>64,000</b>	<b>164,000</b>
		Custos de gestão				<b>250,000</b>
		<b>TOTAL</b>	<b>480,000</b>	<b>1,371,000</b>	<b>649,000</b>	<b>2,750,000</b>

## V. ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO



O projecto será executado pelo Ministério de Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente (MRNEA). A execução será supervisionada pelo PNUD

### **A gestão do dia-a-dia**

A responsabilidade pela gestão global do projecto recai sobre o nomeado Director do Projecto e sua equipa de apoio. Considerando que a Unidade de Gestão do Projecto (PMU) é a principal responsável pelo planeamento, implementação, gestão financeira e M & E do projecto (ver TOR – Termos de Referência detalhado no Anexo 2,), a composição da equipa inclui pessoal técnico para assegurar que os aspectos técnicos críticos do projecto serão adequadamente abordados (Conselheiro Técnico e especialista em finanças a part-time). Um administrador adicional faz parte da equipa. Há espaço para incorporar aprendizes, estagiários e o proposto Voluntário da Nações Unidas (Ambiente e as Mudanças Climáticas) na estrutura.

### **Supervisão do Projecto**

A Comissão do Projecto tem a maior função de supervisão do projecto, com Directores do Ministério do Planeamento e das Finanças (MPF), do Ministério de Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente

(MRNEA), da Direcção da Agricultura e Extensão Rural, do PNUD e do Banco Mundial, a orientar e avaliar a implementação do projecto. O Director do Projecto responde ao Director da DEA, por delegação do PS de MET

### ***Orientações técnicas, programáticas e de políticas***

A Comissão de Mudanças Climáticas de STP (STPCCC), composta por funcionários do ministério e do Fórum multi-stakeholder sobre Mudanças climáticas (MSFCC), irá contribuir para a orientação técnica, política e programática dos diferentes aspectos do projecto. A STPCCC incidirá sobre as orientações gerais do projecto; o MSFCC incidirá sobre aspectos específicos relevantes para os stakeholders, por exemplo, o desenvolvimento de actividades em Lobata com as stakeholders. Apoio técnico também será fornecido pelo Conselheiro Técnico Regional do Grupo Ambiente e Energia do PNUD (EEG RTA)

### ***Garantia de Projecto***

O escritório do PNUD no país, através da sua Unidade de Meio Ambiente, é responsável pela garantia do projecto e garante que o programa de financiamento, elaboração de relatórios e seguimento e avaliação são devidamente implementados. Garantia do projecto inclui visitas de acompanhamento periódicas e inspecções surpresa, relativos à execução do projecto.

Prevê-se que uma nova e inovadora estrutura de gestão de Adaptação às mudanças climáticas será estabelecido durante a duração do projecto. Os recursos disponibilizados à Unidade de gestão do projecto (PMU) serão delegados a essa entidade, uma vez estabelecida. Ainda não foi decidido se esta unidade dedicada à Adaptação das mudanças climáticas, "Unidade CCA" será hospedada pelo MRNEA ou noutro local.

### ***Planos de Implementação***

Alojado no MRNEA, a unidade de gestão do projecto coordenará as modalidades de execução. É, no entanto, referido que esta estrutura do programa será executado por um número de parceiros importantes, nomeadamente uma série de ministérios. Os contratos serão feitos com parceiros de implementação e os recursos para esse trabalho serão distribuídos às instituições parceiras.

---

## VI. ESTRUTURA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

### NÍVEL GLOBAL/REGIONAL

Este projecto nacional faz parte de um número de projectos nacionais seleccionados, apoiados pelo PNUD no âmbito de um programa de apoio específico, intitulado "Programa de Adaptação África". Neste sentido, o acompanhamento será realizado no contexto mais alargado da aprendizagem e da criação de uma plataforma para documentar e criar uma plataforma para a partilha de experiências.

### Nível Nacional

Em conformidade com as políticas de programação e os procedimentos descritos no Guia do Usuário do PNUD, o programa será acompanhado ao nível nacional através do seguinte:

#### Dentro do ciclo anual

- Trimestralmente, uma avaliação da qualidade registará os progressos feitos no caminho para a realização dos principais resultados, com base em critérios de qualidade e métodos demonstrados na tabela de Gestão de Qualidade abaixo (a vir).
- Um registo de problemas será activado em Atlas e actualizado pelo Director do Programa / Direcção Nacional do Projecto, para facilitar o rastreio e resposta de problemas potenciais ou dos pedidos de mudança.
- Based on the initial risk analysis submitted, a risk log shall be activated in Atlas and regularly updated by reviewing the external environment that may affect the project implementation.
- Com base na análise de risco inicial apresentada, um registo de riscos será activada em Atlas e regularmente actualizado, analisando o ambiente externo que possa afectar a implementação do projecto.
- Com base nas informações acima mencionadas registradas no Atlas, um Relatório de Progresso de Projecto (PPR), será apresentado pelo Director do programa, à Comissão do projecto e aos Directores Nacionais do Projecto, à comissão nacional do projecto, através da Garantia **de Projecto**, utilizando o formato de relatório padrão disponível no snapshot Executivo
- Um registo de lições aprendidas sobre o projecto será activado e actualizado regularmente para assegurar a aprendizagem e adaptação contínua dentro da organização, e para facilitar a preparação do relatório das lições aprendidas no final do projecto.
- Um plano de agendamento de Monitorização será activado no Atlas e actualizado para acompanhar as acções e eventos de gestão principais.

### APRENDIZAGEM E PARTILHA DE CONHECIMENTOS

Os resultados do projecto serão divulgados dentro e fora da zona de intervenção do projecto através de várias redes de partilha de informações existentes e fóruns. Além disso:

- i) O projecto participará, relevante e apropriadamente, em redes patrocinadas pelo PNUD-GEF, organizadas para o pessoal sénior a trabalhar em projectos que compartilham características comuns. O **Mecanismo de Aprendizagem de Adaptação (ALM)** funcionará como plataforma electrónica principal para captar aprendizagem do projecto e impactos de adaptação gerados pelo projecto. O modelo ALM das lições aprendidas (modelo a ser disponibilizado pelo Conselheiro técnico regional) será adaptado para uso do projecto. Para apoiar esse objectivo, actividades do projecto relacionadas com a adaptação, contribuirão para o ALM com conhecimentos, como os seguintes:
  - Melhores práticas em integrar a adaptação nas políticas de desenvolvimento nacionais e locais, e de concepção do projecto e mecanismos de implementação
  - Lições aprendidas sobre a remoção das barreiras mais comuns para a adaptação, com especial atenção as funções dos parceiros locais, os parceiros internacionais, o PNUD e GEF, na concepção e execução de projectos
  - As condições para o sucesso (ou insucesso), incluindo a replicação e ampliação.

- ii) O projecto identificará e participará, relevante e apropriadamente, em redes científicas, com base em políticas e / ou quaisquer outras, que podem ser úteis á implementação do projecto através das lições aprendidas.
- iii) O projecto irá identificar, analisar e partilhar lições aprendidas que podem ser benéficas na criação e implementação de futuros projectos semelhantes. A Identificação e análise das lições aprendidas é um processo contínuo, e a necessidade de comunicar estas lições, como uma das contribuições centrais do projecto, é um requisito a ser preenchido pelo menos uma vez por ano (12 meses). O PNUD-GEF apresentará um formato e ajudará a equipa do projecto a categorizar, documentar e apresentar a informação sobre as lições aprendidas. Para este fim, uma percentagem dos recursos do projecto deverão ser disponibilizados para estas actividades.

#### Anualmente

- *Relatório de Revisão Anual.* Um Relatório de Revisão Anual será elaborado pelo Director do Programa e partilhado com a Comissão do projecto e os Directores Nacionais do Projecto, e com a Comissão Nacional do projecto. Como requisito mínimo, o Relatório de Revisão Anual consistirá do formato padrão do Atlas para o Relatório de progresso Trimestral (QPR), a abranger o ano inteiro, com informações actualizadas para cada elemento do QPR acima mencionado, bem como um resumo dos resultados obtidos em relação as metas anuais pré-definidas a nível de Output.
- *Revisão anual de Projecto.* Com base no referido relatório, uma revisão anual do projecto será realizada durante o quarto trimestre do ano, ou logo após, para avaliar o desempenho do projecto e avaliar o Plano de Trabalho Anual (AWP) para o ano seguinte. No último ano, esta análise será a avaliação final. A revisão nacional é conduzida pela Comissão do projecto e pode envolver outros stakeholders, conforme necessário. Concentrar-se-à na medida em que o progresso está a mover em sentido aos Outputs, e para que estas permaneçam alinhadas aos resultados adequados. A análise regional é conduzida pela Comissão do Projecto.

## Gestão de Qualidade para os Resultados de Actividades do Projecto

<b>OUTPUT 1: Mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas introduzidas</b>		
<b>Resultado Actividade 1</b> (ID Actividade Atlas)	<i>Stakeholders</i> nacionais criam e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomada de decisões a nível climático	Data Início: Data Final:
<b>Objectivo</b>	Para melhorar o processo de tomada de decisões conscientes a nível climático pelos <i>stakeholders</i>	
<b>Descrição</b>	<p><b>Acção 1.1</b> Fazer um inventário da capacidade e da estrutura institucional no Governo de STP e ONG presentes a nível das mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 1.2</b> Desenvolver, ou encomendar, uma série de curtos documentos informativos (briefing papers), adaptados para sectores chave de STP, sobre os efeitos potenciais das mudanças climáticas de cada sector em STP e opções de adaptação e mitigação.</p> <p><b>Acção 1.3</b> Determinar as necessidades de adaptação a longo prazo e perspectivas para o enquadramento de políticas apropriadas</p> <p><b>Acção 1.4</b> Formular um plano de desenvolvimento de capacidades, para cobrir as necessidades nacionais e assistir as instituições seleccionadas, através do reforço de capacidades a nível das mudanças climáticas de acordo com as respectivas necessidades e prioridades</p>	
<b>Critérios de Qualidade</b> <i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i>	<b>Método Qualidade</b> <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	<b>Data de Avaliação</b> <i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i>
<b>RA1 Indicador 1:</b> Número de instituições de STP a processar informação relevante sobre os riscos climáticos	Relatório de estudo	Primeiro ano do Projecto EoP
<b>RA1 Indicador 2:</b> Número de instituições que consideram as avaliações sobre mudanças climáticas como parte integrante do processo de planeamento	Estudo	Primeiro ano do Projecto EoP

<b>OUTPUT 1: Mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas introduzidas</b>		
<b>Resultado Actividade 2</b> (ID Actividade Atlas)	Capacidades de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas	Data Início: Data Final:
<b>Objectivo</b>	Para aumentar as capacidades de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas	
<b>Descrição</b>	<b>Acção 2.1</b> Desenvolver ferramentas de planificação a longo prazo para avaliar os riscos das mudanças climáticas e as opções de adaptação a diferentes níveis	

<p>(comunitário, distrital e nacional) e com diferentes grupos de <i>stakeholders</i> (<i>agricultores, grupos vulneráveis, oficiais distritais, ministérios governamentais /directoria</i>)</p> <p><b>Acção 2.2</b> Aplicar as ferramentas a diferentes níveis (ver Acção 2.1.), e aprimorá-las</p> <p><b>Acção 2.3</b> Desenvolver a formação de formadores de forma a expandir as ferramentas de planeamento para outros distritos</p> <p><b>Acção 2.4</b> Introduzir lições e experiências aprendidas no Output 5 para serem partilhadas alargadamente</p>		
<p><b>Critérios de Qualidade</b></p> <p><i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i></p>	<p><b>Método Qualidade</b></p> <p><i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i></p>	<p><b>Data de Avaliação</b></p> <p><i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i></p>
<p><b>RA2 Indicador 1:</b></p> <p>Número de participantes formados em planeamento das mudanças climáticas a longo prazo</p>	<p>Relatórios Workshop Relatórios de progresso do projecto</p>	<p>Após cada evento workshop Anual</p>
<p><b>RA2 Indicador 2:</b> Número de formações realizadas</p>	<p>Relatórios Workshop Relatórios de progresso do projecto</p>	

<p><b>OUTPUT 1: Mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas introduzidas</b></p>		
<p><b>Resultado Actividade 3 (ID Actividade Atlas)</b></p>	<p>Informação para o planeamento e gestão da adaptação às mudanças climáticas aumentada</p>	<p>Data Início: Data Final:</p>
<p><b>Objectivo</b></p>	<p>Para aumentar a qualidade, quantidade e disponibilidade de informações, para o planeamento de adaptação às mudanças climáticas e gestão sobre STP, através da melhoria do sistema de monitorização meteorológica</p>	
<p><b>Descrição</b></p>	<p><b>Acção 3.1</b> Avaliar a disponibilidade actual de informação e analisar a capacidade meteorológica actual para informar sobre o desenvolvimento do nível de referência nacional e regional em mudanças climáticas</p> <p><b>Acção 3.2</b> Desenvolver e implementar um plano para a execução da medição meteorológica de longo prazo de forma contínua para a medição das mudanças climáticas.</p>	
<p><b>Critérios de Qualidade</b></p> <p><i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i></p>	<p><b>Método Qualidade</b></p> <p><i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i></p>	<p><b>Data de Avaliação</b></p> <p><i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i></p>
<p><b>RA3 Indicador 1:</b></p> <p>Número de estações meteorológicas criadas com capacidade humana para o registo contínuo da evolução desenvolvida</p>	<p>Relatórios de progresso do projecto Visitas ao terreno</p>	<p>Trimestral Anual</p>

<b>OUTPUT 2: Estruturas institucionais e de liderança desenvolvidas e reforçadas para gerir de forma integrada, a nível local e nacional, os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas</b>		
<b>Resultado Actividade 1 (ID Actividade Atlas)</b>	Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e oportunidades das mudanças climáticas reforçadas	Data Início: Data Final:
<b>Objectivo</b>	Para reforçar a capacidade técnica e liderança do governo nacional para combater os riscos e oportunidades das mudanças climáticas	
<b>Descrição</b>	<p><b>Acção 1.1</b> Reforçar, e se necessário, redesenhar uma unidade no seio do governo dedicada à coordenação das actividades estratégicas nacionais sobre as mudanças climáticas e à integração das mudanças climáticas nas políticas e estruturas de planeamento</p> <p><b>Acção 1.2</b> Sustentar o desenvolvimento de capacidades do staff da unidade de mudanças climáticas para coordenar eficazmente as mudanças climáticas de STP e as necessidades de adaptação às MC, com a formação necessária</p>	
<b>Critérios de Qualidade</b> <i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i>	<b>Método Qualidade</b> <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	<b>Data de Avaliação</b> <i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i>
<b>RA1 Indicador 1:</b> Número de estações meteorológicas criadas com capacidade humana para o registo contínuo	Relatórios de progresso do projecto Visitas ao terreno	Trimestral Anual
<b>OUTPUT 2: Estruturas institucionais e de liderança desenvolvidas e reforçadas para gerir de forma integrada, a nível local e nacional, os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas</b>		
<b>Resultado Actividade 2 (ID Actividade Atlas)</b>	Criada a Plataforma <i>multi-stakeholder</i> para a adaptação às mudanças climáticas	Data Início: Data Final:
<b>Objectivo</b>	Para criar plataforma multi-stakeholder para a adaptação às mudanças climáticas	
<b>Descrição</b>	<p><b>Acção 2.1</b> Empreender uma avaliação às plataformas <i>multi-stakeholder</i> actualmente em STP, e desenhar uma estratégia para uma melhor plataforma de coordenação das MC para o registo de lições e experiências aprendidas</p> <p><b>Acção 2.2</b> Desenvolver a visão, o mandato, os cargos e as responsabilidades da plataforma das MC, assim como as modalidades operacionais incluindo um mecanismo de financiamento sustentável. Devem estar envolvidas as autoridades nacionais e distritais, ONG, doadores e o sector privado</p> <p><b>Acção 2.3</b> Por em funcionamento a nova plataforma de MC com informação <i>online</i> e <i>face-to-face</i> sobre a partilha de oportunidades relativas à adaptação às MC</p> <p><b>Acção 2,4</b> Providenciar o reforço de capacidades relevantes e as oportunidades de formação em liderança ambiental e em MC para os membros da plataforma</p>	

	<b>Acção 2.5</b> Conceber e Por em funcionamento actividades a nível comunitário, para melhorar a sensibilização e delegar poderes em respeito às mudanças do clima local e criar campeões de mudança do clima local	
<b>Critérios de Qualidade</b> <i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i>	<b>Método Qualidade</b> <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	<b>Data de Avaliação</b> <i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i>
<b>RA2 Indicador 1:</b> Uma eficaz Plataforma <i>multi-stakeholder</i> de coordenação das MC (Sustentabilidade/impacto)	Relatórios de progresso do projecto Visitas ao terreno	Trimestral Anual
<b>RA2 Indicador 2:</b> Valor/magnitude dos investimentos, para a adaptação às MC, coordenados pela plataforma (Impacto)	Relatórios de progresso do projecto	Anual
<b>RA2 Indicador 3:</b> sensibilização e actividades de liderança implementadas ao nível da comunidade em STP	Relatórios de progresso do projecto	Anual EoP

<b>OUTPUT 3: Políticas e medidas sólidas a nível climático implementadas e aplicadas em sectores prioritários</b>		
<b>Resultado Actividade 1 (ID Actividade Atlas)</b>	Implementadas políticas sólidas a nível climático em sectores prioritários	Data Início: Data Final:
<b>Objectivo</b>	Para implementar políticas sólidas a nível climático em sectores prioritários em STP	
<b>Descrição</b>	<p><b>Acção 1.1</b> Identificar sectores prioritários para o processo de integração com o Comité sobre as Mudanças Climáticas e o fórum <i>multi-stakeholder</i> sobre as MC, e desenhar o plano para a integração e subsequente M&amp;E dentro dos ministérios</p> <p><b>Acção 1.2</b> Incorporar as MC nas políticas em sectores prioritários usando múltiplas abordagens – reforço de capacidades, consciencialização, assistência técnica, co-produção de outputs</p> <p><b>Acção 1.3</b> Processo de monitorização implementado</p>	
<b>Critérios de Qualidade</b> <i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i>	<b>Método Qualidade</b> <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	<b>Data de Avaliação</b> <i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i>
<b>RA1 Indicador 1:</b> Número de sectores com a temática das MC integradas	Relatórios de progresso do projecto	Anual EoP

<b>OUTPUT 3: Políticas sólidas a nível climático implementadas e aplicadas em sectores prioritários</b>
---

<b>Resultado Actividade 2 (ID Actividade Atlas)</b>	4 Actividades-piloto implementadas na região de Lobata	Data Início: Data Final:
<b>Objectivo</b>	Realizar quatro actividades piloto na região vulnerável de Lobata aumentar a sensibilização e melhorar a resiliência ao clima na região, bem como, proporcionar uma base sólida de experiência e de gestão para a expansão dessas actividades dentro e fora da região de Lobata no futuro.	
<b>Descrição</b>	<p><b>Acção 2.1</b> Planeamento de actividades piloto, incluindo estudos sobre os níveis de referência (sociais, físicos), assistência técnica internacional, desenvolvimento de <i>networking</i> entre <i>stakeholders</i>. Criar o comité de <i>stakeholders</i> do distrito de Lobata para as actividades do projecto (incluir os agricultores, representantes de grupos marginalizados, responsáveis de autoridades locais, etc.) para aconselhar no planeamento e na implementação do projecto.</p> <p><b>Acção 2.2</b> Actividade 1 do projecto: Sistema piloto de irrigação à média escala com geração hidroeléctrica para colocar à disposição de uma comunidade identificada</p> <p><b>Acção 2.3</b> Actividade 2 do projecto: Gestão piloto sobre a sustentabilidade da terra e formação (práticas de agricultura resistentes ao clima e práticas de subsistência incluindo a conservação dos solos e da água, drenagem de inundações, colheitas resistentes à seca, reforço de capacidades e formação)</p> <p><b>Acção 2.4</b> Actividade 3 do projecto: Programa agro-florestal e de silvicultura sustentável, incorporando esquemas de entendimento para superar os obstáculos que poderão advir</p> <p><b>Acção 2.5</b> Actividade 4 do projecto: Exibição de habitações sustentáveis, fontes de energia renováveis e respectivos fornecimentos, implementada no distrito de Lobata</p>	
<b>Crítérios de Qualidade</b> <i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i>	<b>Método Qualidade</b> <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	<b>Data de Avaliação</b> <i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i>
<b>RA1 Indicador 2:</b> Implementação das actividades do projecto-piloto na região de Lobata	Relatórios de progresso do projecto	Anual EoP

<b>OUTPUT 4: Opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional</b>		
<b>Resultado Actividade 1 (ID Actividade Atlas)</b>	Uma estrutura reforçada de desenvolvimento financeiro, sobre os riscos e oportunidades das MC, estabelecida em STP	Data Início: Data Final:
<b>Objectivo</b>	Para reforçar o framework de desenvolvimento financeiro, sobre os riscos e as oportunidades de MC, estabelecido em STP	
<b>Descrição</b>	<b>Acção 1.1</b> Integrar o Output 1 Acção 1.1. com outras pesquisas disponíveis, para fornecer uma avaliação clara da potencialidade da introdução de incentivos fiscais e outros instrumentos de regulação, para a adaptação às MC em STP	

<p><b>Acção 1.2</b> Desenvolver uma estratégia de financiamento incorporando o potencial para o financiamento provindo de vários sectores (fundos internacionais, de agências multilaterais e bilaterais, créditos de carbono, sector privado, sector público)</p> <p><b>Acção 1.3</b> Estabelecer uma autoridade competente para lidar com as questões do financiamento e dos investimentos inserida num ministério</p>		
<p><b>Critérios de Qualidade</b> <i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i></p>	<p><b>Método Qualidade</b> <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i></p>	<p><b>Data de Avaliação</b> <i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i></p>
<p><b>RA1 Indicador 1:</b> Montante dos recursos financeiros distribuídos aos riscos e oportunidades das MC (Impacto)</p>	<p>Relatórios de progresso do projecto Pesquisa</p>	<p>Anual EoP</p>

<p><b>OUTPUT 4: Opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional</b></p>		
<p><b>Resultado Actividade 2 (ID Actividade Atlas)</b></p>	<p>Iniciativas piloto de micro financiamento para as MC investigadas e exploradas</p>	<p>Data Início: Data Final:</p>
<p><b>Objectivo</b></p>	<p>Pilotar iniciativas de micro finanças na região de Lobata, destinadas a reforçar a capacidade de resistência e adaptação às mudanças climáticas, com uma incidência particular em grupos mais vulneráveis (mulheres, camponeses e pobres crónicos identificados durante o estudo)</p>	
<p><b>Descrição</b></p>	<p><b>Acção 2.1</b> Desenvolver um <i>documento de síntese</i> sobre o mecanismo de financiamento de longo prazo para a adaptação às MC aplicando as lições e experiências apreendidas, as ideias retiradas das iniciativas actuais de CBA e as oportunidades de micro financiamento registadas noutros países</p> <p><b>Acção 2.2</b> Contribuir através de recursos financeiros para a pilotagem do apoio de CBA às comunidades, implementando os <i>toolkits</i> para a adaptação às MC, utilizando a abordagem da micro finança</p>	
<p><b>Critérios de Qualidade</b> <i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i></p>	<p><b>Método Qualidade</b> <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i></p>	<p><b>Data de Avaliação</b> <i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i></p>
<p><b>RA2 Indicador 1:</b> Número de iniciativas de financiamento de CBA implementadas</p>	<p>Relatórios de progresso do projecto</p>	<p>Anual EoP</p>

<b>OUTPUT 5: Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades das mudanças climáticas geradas e compartilhadas a todos os níveis</b>		
<b>Resultado Actividade 1 (ID Actividade Atlas)</b>	Principais intervenientes compartilham lições de adaptação em sectores prioritários; documentos-chave dos <i>stakeholders</i> e respostas disseminadas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional	Data Início: Data Final:
<b>Objectivo</b>	Partilhar conhecimentos e documentos relevantes à localização geográfica, características e sectores de interesse para outros stakeholders, tanto a nível regional, nacional e internacional, a fim de tornar a adaptação o mais eficaz e eficiente possível.	
<b>Descrição</b>	<p><b>Acção 1.1</b> Estabelecer um plano com o grupo de <i>multi-stakeholders</i> recém-formado sobre as MC em STP, a actuar próximo do Comité para as MC, definindo as prioridades as actividades de disseminação de experiências e as <i>networks</i> de partilha de informação</p> <p><b>Acção 1.2</b> Documentar abordagens piloto e de casos na adaptação às MC (e.g. do Output 3 RA 2) sistematicamente e num formato acessível (e.g. portal <i>online</i>; <i>newsletter</i>,...)</p> <p><b>Acção 1.3</b> Sintetizar estudos de casos, lições e experiências adquiridas e as melhores práticas para uma aplicação mais alargada</p> <p><b>Acção 1.4</b> Contribuir para as actividades de partilha de lições e experiências das comunidades nacionais e internacionais através de publicações revistas pelos pares; de reuniões; da conferência do PNUD sobre os Mecanismos de Aprendizagem para a Adaptação (ALM) e de publicações <i>online</i> em STP, em África, entre os países lusófonos e internacionalmente</p> <p><b>Acção 1,5</b> Fórum <i>multi-stakeholder</i> para receber o <i>workshop</i> anual sobre a Adaptação às Mudanças Climáticas em STP para partilhar conhecimentos e aprendizagens entre ONGs, doadores, cientistas e <i>experts</i> internacionais, governo e sector privado</p>	
<b>Critérios de Qualidade</b> <i>Como / com que indicadores será medida a qualidade do resultado da actividade?</i>	<b>Método Qualidade</b> <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	<b>Data de Avaliação</b> <i>Quando será realizada a avaliação da qualidade?</i>
<b>RA1 Indicador 1:</b> Número de reuniões assistidas a nível local, nacional e internacional para a partilha de conhecimentos sobre mudanças climáticas	Relatórios de progresso do projecto	Anual EoP
<b>RA1 Indicador 2:</b> Número de publicações relacionadas	Relatórios de progresso do projecto	Anual EoP

---

## VII. CONTEXTO JURÍDICO

### **Actividades Nacionais:**

O documento do projecto será o instrumento previsto nas Disposições Suplementares ao Documento de Projecto em anexo.

**Acordos.** Os acordos adicionais, tais como acordos de partilha de custos, acordos de cooperação do projecto assinados com as ONGs (onde a ONG é designada como “entidade executora”) deverão ser anexados.

**Cláusulas especiais.** Em caso de partilha de custos pelo governo através do projecto, que não esteja dentro do programa de acção PNUD (CPAP), as seguintes cláusulas devem ser incluídas:

1. O calendário de pagamentos e pormenores da conta bancária do PNUD.
2. O valor do pagamento, se feito em moeda diferente do dólar Americano, será determinado mediante a aplicação da taxa de câmbio operacional das Nações Unidas, vigente na data do pagamento. Se houver alguma alteração da taxa operacional de câmbio das Nações Unidas antes da plena utilização do pagamento pelo PNUD, o saldo dos fundos ainda detidos naquele momento serão ajustados em conformidade. Se, em tal caso, uma perda no valor do saldo dos fundos é registada, o PNUD deve informar o Governo, com vista a determinar se um novo financiamento poderá ser concedido pelo Governo. Se o financiamento adicional não for disponibilizado, a assistência a prestar ao projecto pode ser reduzida, suspensa ou rescindida pelo PNUD.
3. O calendário de pagamentos acima, leva em conta a exigência de que os pagamentos devem ser feitos antes da implementação das actividades planeadas. Pode ser alterado para ser consistente com o progresso do projecto.
4. O PNUD receberá e administrará o pagamento em conformidade com os regulamentos, normas e directrizes do PNUD.
5. Todas as contas e extractos financeiros serão apresentados em dólares Americanos.
6. Se houver ou forem previstos aumentos nos gastos ou compromissos, (devido a factores inflacionistas, flutuação nas taxas de câmbio ou contingências imprevistas), o PNUD deverá apresentar ao governo atempadamente, uma estimativa complementar a especificar os novos financiamentos necessários. O Governo fará o seu melhor para obter os fundos adicionais necessários.
7. Se os pagamentos referidos acima não forem recebidos de acordo com o plano de pagamentos, ou se o financiamento adicional necessário, em conformidade com o parágrafo acima, não forem recebidos do Governo ou de outras fontes, a assistência a prestar ao projecto no âmbito do presente Acordo pode ser reduzida, suspensa ou rescindida pelo PNUD.
8. Quaisquer juros atribuíveis à contribuição serão creditados na conta do PNUD e serão utilizados de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo PNUD.

Em conformidade com as decisões e directrizes do Conselho Executivo do PNUD:

A contribuição será cobrada:

- (a) [7%] Recuperação de custos para a prestação de apoio à gestão geral (GMS) pela sede e escritórios do país do PNUD
  - (b) (b) Custo directo para execução de serviços de apoio (ISS) prestados pelo PNUD e / ou uma entidade de execução / parceiros de execução.
9. Os equipamentos, provisões e outros imóveis financiados com esta contribuição, serão propriedade do PNUD. Questões relacionadas com a transferência da propriedade pelo PNUD serão determinadas de acordo com as políticas e procedimentos do PNUD.
  10. A contribuição será somente sujeita aos procedimentos de auditoria interna e externa, previstos nos regulamentos financeiros, regras e directrizes do PNUD

## ANEXOS

### Anexo 1. Matriz de RISCOS

Estes riscos estão relacionados com os Barreiras às Respostas Propostas, p.14

<b>Título do Projecto:</b> Construir uma abordagem nacional para a adaptação às mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe.	<b>Award ID:</b>	<b>Data:</b> Agosto 2009
---	------------------	--------------------------

#	Descrição	Data Identificada	Tipo	Impacto & Probabilidade (1-5)	Contra-medidas/respostas do <i>Management</i>	A cargo de	Submetido, actualizado por	Ultima Actualização	Estado
1	<p><u>Gestão de Projecto:</u> As capacidades técnicas não são adequadas para fazer a gestão e para fazer o input técnico deste grande e complexo programa ao mesmo tempo</p>	Agosto 2009	Operacional	P = 4 I = 5	<p>Incluir uma posição de Consultor Técnico na concepção do projecto ou</p> <p>Incorporar UNV sobre Meio Ambiente e Mudanças climáticas durante a fase de implementação do projecto</p> <p>Criar uma base de dados científica durante a implementação do projecto</p> <p>Aumentar a capacidade no aspecto da ciência, do clima e do desenvolvimento, do género e das mudanças climáticas, através da formação e</p>				

					do intercâmbio				
2	<p><u>Compromisso Governamental e vontade política:</u></p> <p>Falta de empenho do governo e vontade política para resolver adequadamente os riscos MC</p>	Agosto 2009	Político	P = 2 I = 4	<p>Obtenção do apoio político ao mais alto nível dos ministérios chave na fase de iniciação do projecto através do Conselho de Ministros</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir um forte componente de propriedade em vários ministérios, conselhos regionais e municípios através de actividades do projecto, a abordagem da gestão participativa dos stakeholders, a revisão periódica e consulta, e desembolso de fundos</li> <li>• Excelente tempo para comunicação , para ouvir e responder às preocupações existentes do governo e orientar um processo de articulação para a mudança climática</li> </ul>				
3	<p><u>Relações Stakeholders</u></p> <p>Detectada falta de</p>	Agosto 2009	Estratégico	P = 3 I = 4	Processos participativos de aprendizagem com ênfase na				

	<p>alinhamento com as prioridades e interesses dos stakeholders</p>				<p>sensibilização e capacitação a todos os níveis</p> <p>Actividades financiadas para oferecer alguns incentivos para a mudança no comportamento, mas ao mesmo tempo incentivar também a captação e adopção independente local</p>				
4	<p><u>Pressões sócio-económicas</u> Os mais pobres e mais vulneráveis não têm possibilidades de investir em actividades de adaptação a longo prazo</p>	<p>Agosto 2009</p>	<p>Outros</p>	<p>P=4 I=3</p>	<p>Estudo de base Sócio-económico irá identificar os marginalizados</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alguns benefícios reverterão a favor de toda a comunidade - a água e electricidade</li> <li>• A comunidade inteira poderá aceder aos métodos de agricultura sustentável</li> <li>• Criar iniciativa de micro finanças acessível aos mais pobres</li> </ul>				
5	<p><u>Transparência e Governança</u> O Alto</p>	<p>Agosto 2009</p>	<p>Político</p>	<p>P=3 I=4</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Firme gestão pela equipa do PNUD;</li> <li>• Incentivar um conjunto</li> </ul>				

	<i>valor do projecto pode atrair práticas corruptas;</i>				alargado de stakeholders para o envolvimento no projecto como plataforma multi-stakeholder Forte cooperação provedora para garantir máxima eficácia no financiamento da ajuda para a adaptação às mudanças climáticas				
6	<i>Falta de compreensão das questões regionais Escassez de dados actualizados sobre a vulnerabilidade do clima a nível local, levando a actividades regionais mal concebidas</i>	Agosto	Outros	P=5 I=4	Incorporar a recolha de informação sobre as mudanças climáticas e a vulnerabilidade do clima no design do projecto  Manter a flexibilidade do design de actividades em Lobata até que o estudo de base local seja realizado e os stakeholders sejam consultados, por exemplo, O género, a pobreza crónica, as actividades de subsistência e as respostas aos choques e tensões				

## Anexo 2: Ferramentas e Recursos do PNUD

A equipa de adaptação às mudanças climáticas PNUD / BDP / EEG concluiu, ou está a desenvolver, várias ferramentas que irão apoiar os países, do desenvolvimento e implementação de projectos até ao acompanhamento e avaliação.

1. *Framework de Políticas para a Adaptação (APF) às Mudanças Climáticas*: Fornece uma abordagem estruturada para a formulação e implementação de estratégias de adaptação, políticas e medidas para garantir o desenvolvimento humano em face da variabilidade do clima e da mudança. O APF liga a adaptação ao desenvolvimento sustentável e a questões ambientais globais e pode ser utilizado para a formulação e concepção de projectos relacionados com a adaptação, ou para explorar a possibilidade de acrescentar as considerações de adaptação a outros tipos de projectos. Os projectos podem focar em qualquer escala populacional, a partir da aldeia até a nível nacional. (<http://www.undp.org/climatechange/adapt/apf.html>).
2. *Orientação operacional para Adaptação às Mudanças Climáticas*: Descreve a base actual de desenvolvimento, as vulnerabilidades actuais para os perigos do clima e os riscos climáticos futuros para as áreas temáticas de agricultura e segurança alimentar, recursos hídricos e qualidade, saúde pública, gestão de riscos de desastres, o desenvolvimento da zona costeira, e recursos naturais, baseando-se nas conclusões do Quarto Relatório de Avaliação (AR4) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças climáticas (IPCC). Possíveis estratégias de adaptação, políticas e medidas são descritas para cada área temática (Maio / Junho 2008).
3. *Perfis de Adaptação do País*: Inicialmente concebido para ajudar os Escritórios Nacionais do PNUD e Conselheiros Técnicos Regionais na elaboração de propostas de adaptação, que foram integrados no planeamento mais amplo de desenvolvimento, os perfis estão agora publicamente disponíveis no site do Mecanismo de Aprendizagem de Adaptação. Uma vasta gama de informações de adaptação é capturada, que ajuda a 1) fornecer uma plataforma onde os stakeholders nacionais podem partilhar informações e 2) que ilustra o pensamento estruturado necessário para o planeamento de programas robustos de adaptação (<http://www.adaptationlearning.net/profiles/>).
4. *Perfis de risco climático a nível dos Países*<sup>33</sup>: Ajudar os países a identificar os riscos de seu clima e as opções de gestão através da análise das tendências observadas nas principais variáveis climáticas e as mudanças futuras projectadas, usando os Outputs recentes de modelos climáticos que foram avaliados no RA4 do IPCC. Serão preparados conjuntos de dados subjacentes, narrativas das tendências observadas, das mudanças projectadas e notas de orientação sobre a aplicação adequada (60 perfis de países até ao final de Agosto de 2008).
5. *Documento de orientação e recurso sobre informações climáticas para o planeamento da adaptação*: Análise da informação do clima que é realmente necessária para as diferentes tarefas de gestão de riscos climáticos e em diferentes contextos. O estado actual da disponibilidade e solidez de informações climáticas e as principais fontes de dados estão resumidos para fornecer um guia rápido para os investigadores e profissionais de adaptação (Setembro 2008).
6. *Framework de Monitorização e Avaliação de Adaptação às Mudanças Climáticas*: Descreve como definir o portfolio e os indicadores de nível de projecto para a adaptação, que são aplicáveis em todas as áreas temáticas e que ligam os objectivos do programa aos ODM (Maio / Junho 2008). ([http://www.undp.org/climatechange/adapt/downloads/Adaptation ME DRAFT July.pdf](http://www.undp.org/climatechange/adapt/downloads/Adaptation_ME_DRAFT_July.pdf))
7. *Guia de Recursos sobre género e mudanças climáticas*: Descreve a relação entre o género e as mudanças climáticas e fornece pontos de entrada para a concepção de medidas de adaptação e de mitigação sensíveis ao género (Setembro 2008).

Outro recurso importante será o Mecanismo de Adaptação de Aprendizagem (ALM) implementado pelo GEF do PNUD. A ALM ([www.adaptationlearning.net/](http://www.adaptationlearning.net/)) inclui os Perfis de Adaptação do País (citado acima), estudos de casos e lições aprendidas, modelos de aprendizagem, e uma base de dados de recursos.

---

3 Co-financiado por DFID.

## Anexo 3: Principais Funções e Responsabilidades

### Director do Projecto

- Planear as actividades do projecto e monitorizar o progresso em relação aos critérios de qualidade inicial.
- Mobilizar bens e serviços para iniciar as actividades, incluindo a elaboração dos termos de Referência (TOR) e especificações de trabalho;
- Monitorizar eventos, como determinado no Cronograma do Projecto e actualizar o plano conforme necessário;
- Gerir os pedidos para o fornecimento de recursos financeiros pelo PNUD, com adiantamento de fundos, pagamentos directos, ou de reembolso usando a Autorização de Fundos e Certificado de Despesas (FACE);
- Monitorizar os recursos financeiros e contabilidade para assegurar a precisão e a fiabilidade dos relatórios financeiros;
- Responsável pela preparação e apresentação de relatórios financeiros ao PNUD, numa base trimestral;
- Gerir e acompanhar os riscos do projecto inicialmente identificados, apresentar novos riscos à Administração do Projecto para apreciação e decisão sobre possíveis acções, se for necessário; actualizar o status destes riscos, mantendo uma matriz de riscos do projecto
- Ser responsável por gerir os problemas e os pedidos de mudança, mantendo um Registo de Problemas; (Issues Log)
- Elaboração do Relatório de Progresso do Projecto (progresso em relação a actividades previstas, actualização de riscos e problemas, gastos) e apresentar o relatório a Administração do Projecto e Garantia do Projecto;
- Preparar o Relatório Anual de revisão, e apresentar o relatório a Administração do Projecto e à Comissão de resultados;
- Preparar o Plano Anual de Trabalho (AWP) para o ano seguinte, bem como os planos trimestrais, se necessário;
- Actualização do Módulo de Gestão do Projecto Atlas se o acesso externo for disponibilizado

### Administração de Projecto

- Fornecer orientação global e direcção ao projecto, garantindo que este permaneça dentro de quaisquer restrições especificadas;  
Abordar as questões do projecto conforme levantadas pelo Director do Projecto;
- Orientar e chegar a um acordo sobre as possíveis contra medidas / acções de gestão para enfrentar os riscos específicos;
- Chegar a um acordo sobre as tolerâncias do Director do projecto quando necessário;
- Examinar o Relatório de Progresso do Projecto e fornecer orientação e recomendações para garantir que as condições acordadas sejam cumpridas de forma satisfatória de acordo com os planos;
- Revisão de Relatório de entrega combinado (CDR) antes da certificação pelo parceiro de execução;
- Avaliar o Relatório de Revisão Anual do Projecto, fazer recomendações para o próximo Plano Anual de Trabalho (AWP), e informar a Comissão de resultados sobre os resultados da revisão;
- Fornecer orientação ad-hoc e de aconselhamento para situações de excepção quando as tolerâncias do Director do projecto forem ultrapassadas;
- Avaliar e decidir sobre as mudanças do projecto através de revisões.

**Provedor principal:** Normalmente, um representante do PNUD é o Provedor principal, que representa os interesses das partes envolvidas que fornecem financiamento e / ou conhecimentos técnicos ao projecto. Ele / ela fornecerá orientação sobre a viabilidade técnica e apoio ao projecto.

**Executivo:** Representa a propriedade do projecto e preside o Conselho do Projecto. Normalmente, este é o oficial pertinente nomeado pelo governo (normalmente, secretário de um ministério relevante e directamente envolvido na execução do projecto.

**Beneficiários directos:** Representantes de outras entidades envolvidas com a Implementação do Projecto

### **Garantia de Projecto**

- Assegurar que os fundos sejam colocados à disposição do projecto;
- Assegurar que os riscos e as questões sejam devidamente geridos, e que os registos no Atlas sejam actualizados regularmente;
- Garantir que as informações críticas ao projecto sejam monitorizadas e actualizadas em Atlas, utilizando a página de avaliação da qualidade da actividade, em particular;
- Garantir que os relatórios de progresso do Projecto sejam preparados e apresentados atempadamente, de acordo com os padrões na questão do formato e qualidade de conteúdo;
- Garantir que os relatórios financeiros sejam submetidos ao PNUD atempadamente, e que os relatórios de entrega combinados (CDR) sejam preparados e apresentados à Administração do Projecto;
- Realizar actividades de supervisão, tais como visitas periódicas de acompanhamento e inspecções surpresa.
- Assegurar que o painel de registo da qualidade dos dados do Projecto continue a ser positivo (no verde)

### **Apoio ao Projecto**

- Estabelecer e manter Arquivos de projecto
- Juntar dados informativos relacionados com o Projecto
- Actualização de planos
- Administrar Reuniões de Administração de Projecto
- Administrar o controlo de revisão de projecto
- Estabelecer procedimentos de controlo de documentos
- Compilar, copiar e distribuir todos os relatórios do projecto
- Auxiliar nas tarefas de gestão financeira sob a responsabilidade do Director do projecto
- Dar apoio na utilização do Atlas para vigilância e informação
- Analisar os relatórios técnicos
- Monitorizar as actividades técnicas realizadas pelos partidos responsáveis

**Gestor de Programa PNUD** (Representante Residente do PNUD ou autoridade delegada):

- Aprovar e assinar o Plano de Trabalho Anual para o ano seguinte
- Aprovar o orçamento para o primeiro ano no Atlas

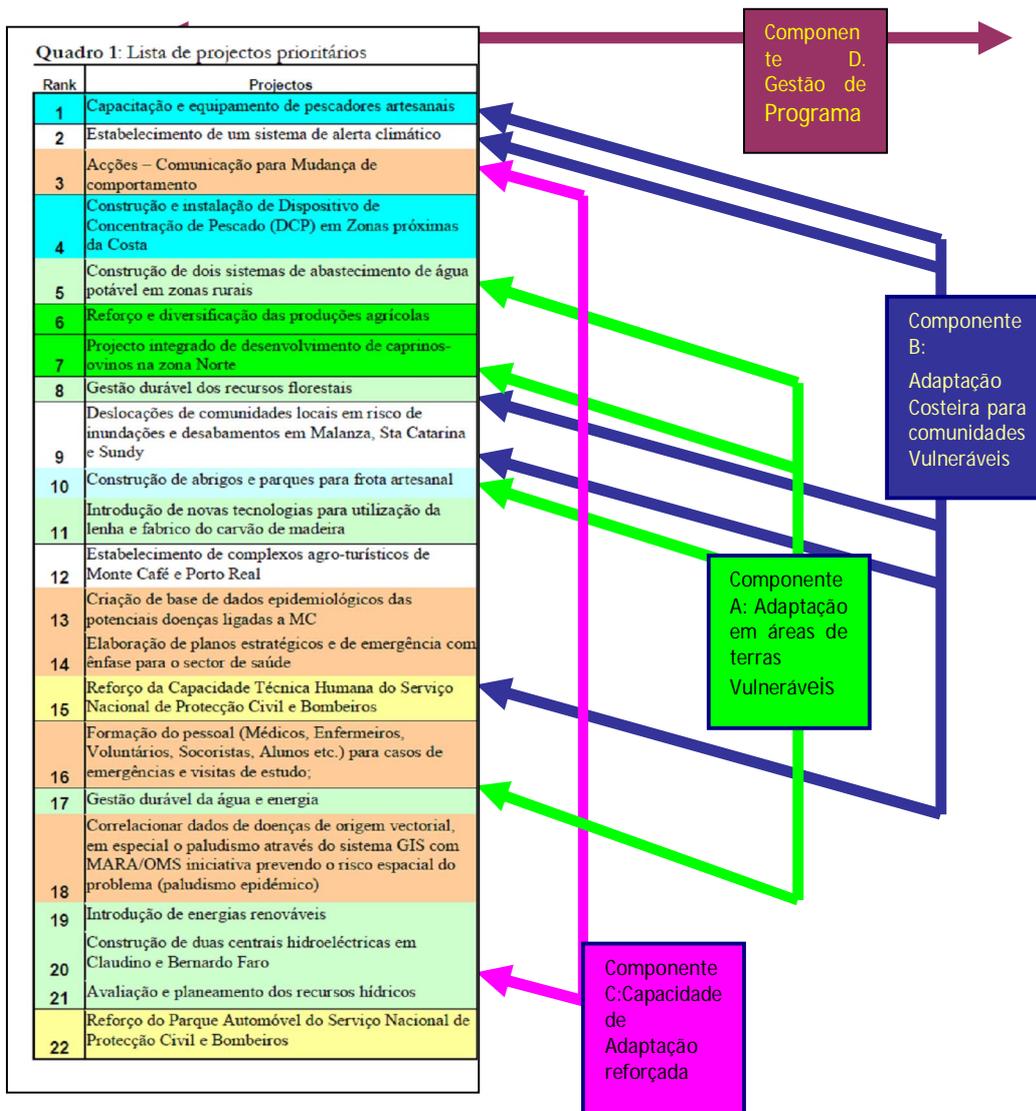
**Parceiro de Implementação** (pessoal autorizado, com autoridade delegada):

- Aprovar e assinar o Plano de Trabalho Anual (AWP) para o ano seguinte;
- Aprovar e assinar o Relatório de Entrega Combinado (CDR) no final do ano.

Assinar o Relatório Financeiro (FR) ou a Autorização de Financiamento e Certificado de Despesas (FACE)

**Anexo 4: Projecto Conjunto do PNUD e Banco Mundial: Componentes abordados relacionados com as prioridades do NAPA de STP (do Aide-Memoire, 26 de Maio de 2009)**

- Componente A: PNUD
- Componente B: Banco Mundial
- Componente C: PNUD
- Componente D: PNUD e Banco Mundial



**Anexo 5:**



**FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO(PIF)**

**TIPO DE PROJECTO: Full-sized Project**

**THE Least Developed Countries Fund (LDCF)**

R  
e

-  
s

u

CALENDÁRIO INDICATIVO	
Milestones / Programa m Acontecimento	Datas Alvo
Programa de Trabalho (LDCF FSP) s	Julho 2009
Assinatura / Aprovação do Director Executivo (CEO)	Agosto 2010
Aprovação Agência GEF	Setembro 2010
Início de implementação	Outubro 2010
Revisão intercalar	Setembro 2013
Conclusão da Implementação	Setembro 2015

e

:

**ID PROJECTO GEFSEC :**

**AGÊNCIA GEF ID PROJECTO:** P111669

**PAÍSES:** São Tomé e Príncipe

**TÍTULO PROJECTO:** São Tome e Príncipe: Adaptação às Mudanças climáticas

**AGENCIA(S) GEF:**

**OUTROS SÓCIOS DE EXECUÇÃO:** PNUD

*(sobre o programa de Adaptação Japão África)*

**GEF ÁREA FOCAL:** Mudanças climáticas

## A. 1 FRAMEWORK PROGRAMA

<b>Objectivo Programa: Aumentar a capacidade adaptativa da população de São Tomé e Príncipe, para reduzir sua vulnerabilidade aos impactos negativos da variabilidade climática e mudança</b>									
Componentes do Programa	Indicar se o investimento é TA, ou STA	Resultados Esperados	Estimativa de Financiamento LDCF		Estimativa de Financiamento PNUD/Japão		Outras Estimativas de Co-Financiamento		Total (\$)
			(\$)	%	(\$)	%	(\$)	%	
A. Adaptação de terras em áreas vulneráveis	Investimento	Redução dos riscos de impactos causados pelas mudanças climáticas na segurança alimentar em zonas alvo (Lobata)	---	0	1,250,000	94	80,000	6	1,330,000
B. Adaptação costeira para as comunidades vulneráveis	Investimento, TA, STA	Reforço da capacidade de resistência das comunidades costeiras alvo, contra a elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos	2,950,000	55	---	0	2,440,000	45	5,390,000
C. Capacidade de Adaptação Reforçada	Investimento, TA	Adaptação às mudanças climáticas integradas nas principais estratégias e políticas	---	0	1,250,000	99	15,000	1	1,265,000
D. Gestão de Programa			300,000	46	250,000	39	100,000*	15	650,000
<b>Total</b>			<b>3,250,000</b>	<b>38</b>	<b>2,750,000</b>	<b>32</b>	<b>2,635,000</b>	<b>30</b>	<b>8,635,000</b>

\*Preparação Projecto

## 2 FRAMEWORK DO PROJECTO LDCF

<b>Objectivo do Projecto: Aumentar a capacidade de adaptação de comunidades costeiras vulneráveis em S. Tomé e Príncipe para os impactos negativos da variabilidade e alteração climática.</b>								
Componentes do Project	Indicar se é Investimento TA, ou STA**	Resultado Esperado	Outputs Esperados	Financiamento Indicativo LDCF/SCCF *		Co-financiamento Indicativo *		Total (\$)
				(\$)	%	(\$)	%	
1. Sistema Costeiro de pré-aviso	Investimento, STA, TA	Sistema de alerta de pré-aviso reduz a perda de vidas e canoas durante os eventos climáticos extremos	Um sistema de aviso prévio estabelecido para divulgar as previsões do tempo e para alertar as comunidades costeiras antes dos eventos extremos  Equipamentos de segurança distribuídos aos pescadores	1,200,000	56	955,000	44	2,155,000

			artesanais Formação Providenciada aos pescadores artesanais sobre a segurança no mar. Planos de contingência e exercícios de simulação realizados pelos Guardas Costeiros					
2. Protecção costeira para Comunidades Vulneráveis	Investimento, STA, TA	Medidas de adaptação Costeira reduzem a perda potencial de património das comunidades-alvo	Conclusão do estudo de geomorfologia costeira e fazer um mapa de vulnerabilidade participativa  Infra-estrutura construída para a protecção dos barcos dos pescadores artesanais  Soluções Sustentáveis de adaptação para protecção costeira implementadas para determinadas comunidades vulneráveis	1,750,000	54	1,485,000	46	3,235,000
3. Gestão do Projecto				300,000	55	250,000	45	550,000
<b>Custos totais do projecto</b>				<b>3,250,000</b>	<b>55</b>	<b>2,690,000</b>	<b>45</b>	<b>5,940,000</b>

\* LISTA de US \$ por componentes do projecto. A percentagem é a parte do LDCF / SCCF e co-financiamento, respectivamente, para o montante total para o componente.

\*\* TA = Assistência Técnica; STA = Análise Técnica e Científica.

#### RESUMO PLANO INDICATIVO DE FINANCIAMENTO DO PROJECTO (\$)

	Preparação de Projecto *	Projecto	Taxa de agenciamento	Total
LDCF Doação	350,000	3,250,000	400,000	4,000,000
Co-financiamento	100,000	2,690,000		2,790,000
<b>Total</b>	<b>450,000</b>	<b>5,940,000</b>	<b>400,000</b>	<b>6,790,000</b>

\* Por favor, incluir os PDFs previamente aprovados e solicitação prevista para o novo PPG se houver. Indicar o montante já aprovado como nota aqui, e se o financiamento do GEF é do GEF-3.

**INDICATIVO DE CO-FINANCIAMENTO PARA O PROGRAMA (incluindo a preparação do projecto \*) POR FONTE E POR NOME** (entre parênteses) se estiver disponível, (\$)

<b>Fontes de Co-financiamento</b>	<b>Tipos de Co-financiamento</b>	<b>Montante (Equivalente USD)</b>
Contribuição do Governo para o Projecto	Em espécie	100,000*
Contribuição do Governo (Protecção Costeira)	Investimento Directo	135,000
PNUD / Japão Programa de Adaptação (Adaptação em terra)	Doação	2,750,000
Comissão Europeia (Projecto de apoio ao transporte - Protecção Costeiro)	Doação	1,350,000
Comissão Europeia (ECOFAC IV - Gestão de Área Protegida e Integração)	Doação	95,000
Cooperação Portuguesa (SICLIMAD)	Doação	250,000
Cooperação Portuguesa (Formação para a Protecção Civil Nacional)	Doação	30,000
Cooperação Espanhola (Pesca Artesanal)	Doação	675,000
<b>Total co-financiamento</b>		<b>5,385,000</b>

\* Indicar o montante para preparação do projecto incluído nas colunas.

**C. PARA AGENCIAS/PAÍSES MULTI-GEF (EN \$)**

N/A

**PARTE II: JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO**

**A. DECLARAR A QUESTÃO, INFORMAR COMO O PROJECTO TENCIONA ABORDÁ-LA, E ESPECIFICAR OS BENEFÍCIOS DE ADAPTAÇÃO ESPERADOS.**

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um arquipélago formado por duas ilhas principais e quatro ilhotas localizadas no Golfo da Guiné, 350 km ao largo da costa oeste da África. O país é um dos menores países da África, com uma área total de 1.001 km<sup>2</sup> e uma população de 166.000.

O Rendimento Nacional Bruto do país per capita é US\$ 870. São Tomé e Príncipe ficou classificado em 126/177 em 2003 no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD.

A economia de STP é frágil e tem sofrido consideravelmente de crises alimentares, energéticas e financeiras que têm agravado a inflação e negativamente afectado o rendimento das famílias, especialmente entre os grupos mais vulneráveis da população (por exemplo, pescadores artesanais). A base produtiva limitada da nação tem aumentado substancialmente a vulnerabilidade do país a choques exógenos, e restringe a sua capacidade de adaptação. Dada a sua pequena dimensão, o isolamento, a susceptibilidade a desastres naturais e a limitada capacidade de alcançar um desenvolvimento sustentável, São Tomé e Príncipe é altamente vulnerável aos efeitos da variabilidade do clima, mudanças e aumento do nível do mar.

STP é classificado como um país menos desenvolvido (LDC) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), os quais são reconhecidos pela Organização das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC) como os mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Da mesma forma, o Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças climáticas (IPCC) indica que SIDS tropicais estão entre os países mais vulneráveis, devido ao aumento da intrusão de água salgada causada pela elevação do nível do mar; o aumento da escassez de água devido à mudança no padrão de temperatura e precipitação e infra-estrutura deficiente para a protecção do litoral.

Como é o caso de todos os países menos desenvolvidos (LDC) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), variabilidade e mudança climática é uma ameaça ao processo de desenvolvimento de STP

Em 2004, STP publicou a sua Primeira Comunicação Nacional à Convenção das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (UNFCCC) que identificou cinco sectores como particularmente vulneráveis às mudanças climáticas: pesca, floresta, saúde, educação, água e agricultura. A primeira comunicação incluiu previsões sub regionais de mudança climática gerado através de simulações com o Modelo Global Climate do Centro Europeu de Previsão do Tempo Médio em Hamburgo (ECHAM4). Estas simulações sugerem que um aumento na temperatura de até 2° C pode ser esperado até 2100 juntamente com uma diminuição da precipitação de cerca de 15% na sub-região de STP. Cenários do IPCC prevêem também um aumento na temperatura de até 2 ° C, até meados do século XXI para a região de STP, com maior variação nos padrões de precipitação, as estações mais secas, e aumento de inundações e de névoas secas.

Em 2007, STP lançou o Programa de Acção Nacional de Adaptação (NAPA), que identificou 22 prioridades de adaptação às mudanças climáticas urgentes e imediatas.

O objectivo do NAPA de STP é promover intervenções específicas nos sectores prioritários das pescas, das florestas, da saúde e da água, entre outros, para responder às necessidades de adaptação, urgentes e imediatas, dos grupos mais vulneráveis do país (por exemplo, pescadores artesanais, agricultores e mulheres).

Os estudos realizados durante a preparação do NAPA documentaram que STP tem sofrido os seguintes fenómenos: (i) aumentos de temperatura, (ii) diminuição de precipitação e em consequência, diminuição da corrente dos rios e abastecimento de água, (iii) mortes de pescadores artesanais e perda de equipamento de pesca devido ao aumento de nevoeiro, ventos fortes e uma maior turbulência no mar (dificultando navegação tradicional e práticas de segurança no mar), (iv) a destruição dos barcos de pesca ao longo de portos e praias, devido ao aumento de tempestades, (v) o aumento da pobreza das mulheres, devido à perda das vidas de seus maridos e equipamentos de pesca; (vi) estações mais secas levando a condições de seca que, seguido de chuvas torrenciais, levam a deslizamentos, inundações, contaminação das águas subterrâneas; (vii) aumento da erosão costeira que conduz à perda de casas e infra-estruturas, bem como, isolamento das comunidades locais; (viii) diminuição do turismo;

Tal vulnerabilidade para apresentar variabilidade climática tende a aumentar no futuro devido ao aumento esperado de eventos meteorológicos extremos que, de alguma forma, já foram observados.

Em essência, São Tomé e Príncipe não só terá de adaptar-se aos futuros impactos negativos da variabilidade climática e da mudança, também terá de resolver o défice de adaptação à variabilidade climática existente, particularmente em zonas costeiras e bacias hidrográficas vulneráveis.

### **Descrição do Programa Nacional de adaptação às Mudanças Climáticas**

O NAPA de STP identifica 22 acções prioritárias necessárias para o país começar a adaptação aos impactos da variabilidade climática e mudança. A partir destas, o Governo identificou um **programa de adaptação nacional às mudanças climáticas** que tem como prioridade três grandes áreas:

- A. **Adaptação telúrica em áreas vulneráveis.** Esta componente do programa será financiada pelo *PNUD / Programa de Adaptação Japão*. O programa concentrar-se-à nas opções de adaptação terrestres no distrito de Lobata, que enfrenta secas mais longas, menos precipitação, e maior desflorestação do que outras regiões do país. As Intervenções do Programa abordarão as prioridades 6, 8, 11 e 17 do NAPA: *Reforço e diversificação da Produção agrícola; Gestão Sustentável dos Recursos Florestais; Introdução de Novas Tecnologias para o uso de lenha e carvão; e Gestão Sustentável da Água e Energia*. O governo definiu a prioridade dos investimentos na adaptação da agro-silvicultura e irrigação, devido à vulnerabilidade dos agricultores neste distrito, e a possibilidade de que recursos do programa poderão abordar o impacto combinado de eventos meteorológicos extremos e práticas insustentáveis sobre os recursos florestais degradados.
- B. **Adaptação Costeira para comunidades vulneráveis.** Esta componente do programa será a prioridade principal do projecto LDCF (Fundo para os Países Menos Desenvolvidos). Serão alvos as Prioridades 1 e 2 do NAPA, *formação e equipamento para Pescadores Artesanais e Sistema de Alerta atempada de mudanças climáticas* e associá-las a prioridade 15, *o reforço da capacidade de agências de Protecção Civil*, a fim de reforçar a preparação de STP contra eventos meteorológicos extremos. Serão também abordadas as preocupações de subsistência das comunidades altamente expostas à subida do nível do mar sob Prioridades 9 e 10 do Napa: *Deslocação das Comunidades Locais em risco de inundações e deslizamentos, e construção de abrigos para Pescadores Artesanais*. Opções para protecção costeira seguirá uma análise geomorfológica e social detalhada que visa seleccionar as melhores soluções de adaptação de uma perspectiva ambiental, social e técnica.
- C. **Capacidade de Adaptação Reforçada.** Este componente do programa será financiado pelo *PNUD / Programa de Adaptação Japão*. Será alvo a prioridade 3 do NAPA, *Acção de Comunicação para Mudança de Comportamento*, capacitação e integração da adaptação às mudanças climáticas nas estratégias nacionais e políticas de desenvolvimento. De particular importância será a integração das preocupações em matéria de mudanças climáticas na nova Estratégia do Governo para a Redução da Pobreza.

### **LDCF Descrição do Projecto**

O Projecto LDCF incidirá sobre o pilar B do programa nacional (*Adaptação Costeira para Comunidades Vulneráveis*) - O sector de maior prioridade e incidência geográfica do NAPA. Seria organizada em três componentes:

**Componente 1: Sistema Costeiro de aviso atempado (Coastal Early Warning System):** Este componente concentra-se nas prioridades 1, 2 e 15 do NAPA. Investimentos ajudariam os pescadores artesanais a adaptar-se aos impactos negativos da variabilidade climática e mudança reduzindo a perda de canoas, equipamento de pesca, o número de acidentes e a diminuir o risco de morte causada por

tempestades, nevoeiros e ventos fortes. Os pescadores artesanais navegavam guiados pela observação da localização das nuvens, mas há mais de uma década que estes padrões têm sido interrompidos por fortes nevoeiros, poeira e formação de nuvens irregulares, aumentando as perdas de vidas no mar, principalmente durante a estação seca (mini-Gravana) de Janeiro a Março. Pescadores Angolares - que vivem ao longo da costa de S. Tomé – têm sido particularmente vulneráveis devido à sua dependência da pesca como seu único meio de subsistência. O projecto, portanto, distribuiria equipamentos de segurança (tais como os reflectores de radar simples e coletes salva vidas), proporcionar formação sobre a segurança marítima, estabelecer um sistema de alerta precoce para a divulgação de previsões meteorológicas aos pescadores e as comunidades costeiras, e reforçar os planos de contingência e preparações para emergências costeiras.

Tais investimentos visam reforçar a segurança dos pescadores e equipamentos de pesca contra condições meteorológicas extremas, e evitar a perda de vidas. Proporcionarão financiamento de adaptação adicional, para que o programa de apoio à pesca de GoSTP, que visa melhorar as condições de trabalho dos pescadores artesanais e o Sistema de Informação Climática e do Mar, possa apoiar o Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe (SICLIMAD).

**Componente 2: Protecção Costeira para Comunidades Vulneráveis:** Este componente concentra-se nas prioridades 9 e 10 do Napa e num dos efeitos mais visíveis das mudanças climáticas no país: a erosão costeira. As aldeias dos Angolares são construídas muito próximas ao litoral, e, portanto, têm sofrido elevadas taxas de inundações costeiras e erosão. Em várias aldeias de S. Tomé - Pantufo, Ribeira Afonso e Malanza - os pescadores precisam de um abrigo melhor para suas canoas para evitar perdas contínuas de equipamentos de pesca durante tempestades. Ribeira Afonso, Malanza e Sta.Catarina também estão entre as localidades que necessitam de soluções urgentes de adaptação costeira para proteger as casas mais vulneráveis ameaçadas pela subida do nível do mar. O projecto realizará um estudo de geomorfologia e fazer um mapa de vulnerabilidade social, para determinar, em consulta com as comunidades de destino, as soluções de adaptação mais adequadas. Estas podem incluir opções mais fáceis (por exemplo, replantação dos mangues), medidas de protecção estrutural, desde que fossem ambientalmente justificadas, ou recuar na forma de reinstalação voluntária das casas em lugares mais vulneráveis, em condições sociais e culturalmente aceitáveis. As medidas de protecção costeira seriam direccionadas às comunidades de pesca mais vulneráveis de S. Tomé e resultariam em economias significativas nos bens e meios de subsistência, concedendo protecção contra futuras tempestades. O componente proporcionaria financiamento complementar para medidas de protecção costeira já financiadas pelo Governo e Programa de Estradas da Comissão Europeia.

**Componente 3: Administração do Projecto** Este componente dará apoio à gestão do projecto e incluirá os contractos, pagamentos, garantias, contabilidade, reportagem técnica e financeira, auditoria e acompanhamento e avaliação.

Os benefícios específicos de adaptação, que se espera serem gerados por estes investimentos, são especificados na matriz do Framework do Projecto na Secção A acima.

## **B. DESCREVA A COERÊNCIA DO PROJECTO COM AS PRIORIDADES/PLANOS NACIONAIS.**

O projecto é coerente com o desenvolvimento do país, o crescimento e as prioridades do sector têm por base os investimentos existentes, políticas e compromissos políticos. As Grandes Opções do Plano (2008) do GoSTP diz que os recursos financeiros serão distribuídos aos sectores produtivos (agricultura, pesca e pecuária), bem como apoiar o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, e a criação de um centro de conservação e transformação de pesca.

Especificamente, os investimentos feitos por este projecto fornecerão financiamento adicional de adaptação para complementar e construir sobre os investimentos do Governo, bem como as acções financiadas pelos parceiros de desenvolvimento, como especificado aqui e ainda mais abaixo na Secção D:

O arquipélago de São Tomé e Príncipe é de origem vulcânica e apresenta um piso desigual do mar portanto a maioria das áreas de pesca são distantes da costa. Os recursos offshore de STP são explorados através de acordos de acesso contratual de pesca, permitida a partir de 12 milhas náuticas (zona artesanal) até ao limite da Zona Económica Exclusiva a 200 milhas náuticas. Para pescar as espécies de peixe que são exploradas na zona de pescadores artesanais, é necessário viajar a uma distância considerável da costa. A estas distâncias, quando há nevoeiro, ventos fortes ou chuvas torrenciais, os pescadores muitas vezes morrem ou sofrem acidentes debilitantes. A frequência e a gravidade de tais eventos climáticos extremos terão alegadamente aumentado nos últimos anos.

A pesca é considerada fundamental para a redução da pobreza, e essencial para a saúde e o bem-estar da nação. As estimativas actuais indicam que a pesca artesanal emprega 20% da população activa do país e representa uma das principais oportunidades de emprego nas zonas rurais. Há aproximadamente 5.000 pessoas a trabalhar directamente no sector das pescas, com um adicional 18.000 a trabalhar indirectamente. A pesca é praticada por pescadores artesanais utilizando técnicas adoptadas há 50 anos; usando canoas escavadas nos troncos (dug-out), das quais dois terços são de remar ou têm velas provisórias, limitando-os a pescar nas zonas costeiras. A pequena frota de barcos de pesca motorizados, que permitem a pesca de gama média-costeira, foi duramente atingida pelo aumento do preço dos combustíveis, que em troca fez aumentar o preço do peixe, que constituem 70 por cento do consumo de proteínas no país. O preço elevado e a escassez frequente de sal, um ingrediente essencial para a preservação do peixe, também têm restringido a renda dos pescadores.

Para enfrentar estes obstáculos ao desenvolvimento, o Governo de São Tomé e Príncipe, através do Ministério de Agricultura e Pesca, concebeu recentemente um programa nacional de apoio à pesca, para fornecer equipamentos como redes, canoas e pequenos barcos de pesca, que permitem pescar em áreas periféricas. O programa inclui a construção de oficinas de reparação de motores de popa, instalações de refrigeração, secadores solares e pontos de venda de peixe no mercado. O GoSTP espera que a infra-estrutura melhorada em conjunto com o reforço das capacidades das associações de pesca, irão aumentar a segurança alimentar.

Dada a visibilidade do problema da erosão costeira em torno da ilha de S. Tomé - que tem ameaçado infra-estruturas importantes, como a estrada para o aeroporto e propriedades hoteleiras e à beira mar da capital - o Governo proibiu a extracção de areia e encomendou um estudo contínuo de opções de protecção costeira. A Comissão Europeia também realizou um estudo de estabilidade da estrada costeira ao longo da estrada nacional 1 e 2 (de Sta Catarina a Porto Alegre). A gravidade do problema é tal que o Governo, Taiwan e a Comissão Europeia financiaram e / ou disponibilizaram alguns \$2 milhões de dólares Americanos para obras de protecção costeira desta estrada durante o período de 2009-2011.

O financiamento de adaptação adicional fornecido por este projecto abordará as questões acima mencionadas através do aumento da resiliência das comunidades costeiras aos eventos meteorológicos extremos. Além disso, alargaria o âmbito do investimento de obras públicas do GoSTP de modo a incluir uma perspectiva de adaptação para as populações costeiras mais vulneráveis.

### **C. CARACTERIZAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DO PROJECTO COM OS CRITÉRIOS E PRIORIDADES DE ELEGIBILIDADE DO LDCF / SCCF:**

O Governo de São Tomé e Príncipe concluiu e apresentou o seu Plano de Acção Nacional (NAPA) à Convenção das Nações Unidas para mudanças Climáticas (UNFCCC).

Com o objectivo de começar a imediata implementação das prioridades identificadas no NAPA, o GoSTP solicitou a assistência do Banco Mundial para preparar um projecto ambiental global a grande

escala, através do Fundo dos Países Menos Desenvolvidos, para abordar as necessidades de adaptação mais imediatas nas zonas costeiras vulneráveis. Este projecto implementará especificamente as duas primeiras prioridades do Napa e mais três prioridades associadas ao sector, nomeadas como principais pelo NAPA de STP.

Financiamento do Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF) é destinado a financiar os custos adicionais de adaptação associados com intervenções de desenvolvimento em curso ou planeadas. Este projecto proporcionará financiamento adicional para a adaptação das actividades de desenvolvimento específicas do GoSTP e parceiros de desenvolvimento em comunidades costeiras vulneráveis, bem como sistemas de alerta atempado e campanhas de segurança no mar. Todas as intervenções previstas no Projecto são derivadas do NAPA e baseadas em investimentos de desenvolvimento estratégicos em curso ou planeados em STP.

O projecto foi concebido como uma parte integrante do Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas de STP e, como tal, como um complemento ao projecto de adaptação financiado pelo PNUD / Japão. Ambos os projectos são esperados de ter a mesma Unidade de Execução para garantir a harmonização máxima do programa, aproveitar as sinergias existentes, minimizar os custos, assegurar coordenação entre sectores, e aumentar a capacidade institucional.

A proporção de fundos do LDCF para co-financiamento é coerente com a escala móvel. Os procedimentos de acompanhamento e avaliação do Banco Mundial / GEF serão adoptados durante a execução do projecto.

#### **D. RESUMO DE COORDENAÇÃO COM OUTRAS INICIATIVAS RELACIONADAS**

O projecto foi concebido para maximizar as sinergias com uma série de investimentos em São Tomé e Príncipe, com incorporação de uma abordagem de adaptação às mudanças climáticas nestes investimentos. Estes incluem:

O **PNUD** recebeu recentemente uma doação de cerca de US\$ 2,75 milhões de dólares do Governo do Japão para financiar as obras de adaptação em STP com base em prioridades do NAPA. O Projecto do PNUD, NAPA - como o LDCF - é uma parte integrante do Programa Nacional de Adaptação e será implementado em paralelo e em estreita harmonização (ver A.1).

O Ministério da Agricultura e Pesca recentemente criou um programa de apoio à pesca para fornecer melhorados equipamentos para a pesca, tais como redes, canoas e pequenos barcos, que permitem a pesca em áreas periféricas. O programa inclui a construção de oficinas de reparação de motores de popa, instalações de refrigeração, secadores solares e pontos de venda de peixe no mercado. O GoSTP acredita que a infra-estrutura melhorada, juntamente com o reforço das capacidades das associações de pesca, irá aumentar a segurança alimentar. O orçamento estimado é de US\$ 430.000<sup>4</sup>

**Cooperação Espanhola.** A Agência de Cooperação e a Junta de Galiza têm vindo a desempenhar um papel importante no sector das pescas e estão a preparar um contributo para o Programa de apoio das Pescas do Governo, com incidência na capacitação para as associações de pesca e, possivelmente, infra-estrutura de mercado. O financiamento estimado é de 250.000 euros por ano para 2009 e 2010.

**SICLIMAD** (Sistema de Informação Climática e do Mar para o Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe). Esta actividade é baseada numa parceria entre o Instituto Português do Ambiente e o Instituto de Meteorologia de São Tomé e Príncipe, visando a adaptação às mudanças climáticas através da monitorização do clima regional, da variabilidade climática e seus impactos, e a realização de modelagem numérica do tempo e as condições do mar. Os Beneficiários

<sup>4</sup> Este orçamento não é contado como co-financiamento, o financiamento ainda não foi confirmada.

do sistema incluem técnicos de meio ambiente, trabalhadores da pesca e de transportes (aéreos e marítimos), políticos, tomadores de decisões económicas e a população em geral. O projecto incluiu a doação de três estações meteorológicas automáticas (contribuição estimada US\$ 250.000)

**Cooperação Portuguesa.** A Agência de Cooperação financiou a formação da Protecção Civil em Serviços de salvamentos e resgates, no âmbito de seu programa de colaboração com a Polícia Marítima, Protecção Civil, Bombeiros e Polícia (contribuição em 2008 cerca de US\$ 30.000, poderá haver continuação em 2010).

**Comissão Europeia (CE)** No âmbito do Apoio ao projecto no Sector das estradas, a CE concedeu 1 milhão de Euros (US \$ 1,350,000) para obras de protecção costeira em estradas prioritárias para 2010-2011, seguindo as recomendações do seu estudo de estabilidade costeira. O Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Transportes e Comunicações também atribuíram cerca de US\$ 135.000 para a protecção costeira da estrada do aeroporto.

#### **E. DESCREVER AS RAZÕES DOS CUSTOS ADICIONAIS:**

São Tomé e Príncipe é um país menos desenvolvido e um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento. O país é signatário da UNFCCC. Financiamento LDCF é solicitado para cobrir os custos de adaptação adicionais impostos a São Tomé e Príncipe, num sector económico altamente vulnerável.

O Apoio do LDCF assentará nas bases fornecidas por outros fundos de desenvolvimento e é considerado uma partilha de custos com fontes de financiamento para desenvolvimento, pré-existentes e planeados, como acima descritos. O raciocínio dos custos adicionais aplicado a este projecto é a abordagem simplificada para estimar os custos adicionais, ou seja, a metodologia de escala móvel.

Sem a intervenção do LDCF, as intervenções do Governo e dos doadores para enfrentar os riscos das mudanças climáticas na zona mais vulnerável de S. Tomé - o litoral - permanecerão descoordenadas e ad-hoc, em grande parte voltadas para o desenvolvimento da pesca artesanal e de protecção das estradas costeiras e dos grandes hotéis. Enquanto que alguns equipamentos podem ser dados para reforçar a segurança no mar, é provável que a ajuda seja esporádica e insuficiente para atender às necessidades da frota de pesca artesanal, e desvinculada de um sistema de alerta precoce e de preparação para os eventos meteorológicos extremos. As comunidades pesqueiras vulneráveis continuariam a sofrer pesadas perdas de canoas e equipamentos durante as tempestades, por falta de abrigos adequados. As casas à beira-mar - muitas vezes as dos pescadores mais pobres, continuariam a ser levadas pelo mar.

**Na alternativa de adaptação,** um financiamento adicional de US\$ 1,200,000 é necessário para implementar um sistema integrado de alerta precoce e de preparação para os eventos climáticos extremos que beneficiam a maioria dos pescadores artesanais de São Tomé e Príncipe. Isto irá permitir a difusão de informações meteorológicas em tempo hábil para as comunidades costeiras antes do mau tempo, a elaboração de planos de contingência, e fornecimento de formação e equipamento de segurança no mar. Um financiamento adicional de US\$ 1.750.000 iria ajudar as comunidades costeiras de S. Tomé mais expostas a salvaguardar as suas canoas e equipamentos de pesca durante o mau tempo, e na adopção de opções sustentáveis a longo prazo para proteger as suas casas e seus meios de subsistência contra as subidas do nível do mar.

*Mais importante, as soluções de compromisso apresentadas pela componente de protecção do litoral - em termos de opções de adaptação suave, soluções estruturais, ou retirada da população - forneceriam lições fundamentais para outros SIDS expostos a tempestades e elevação do nível do mar, um impacto que se tornará cada vez mais importante no futuro.*

**F. INDICAR O RISCO QUE PODE IMPEDIR OS OBJECTIVOS DO PROJECTO DE SEREM ALCANÇADOS E DELINEAR MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DE RISCO**

Riscos	Nível	Mitigação
Perturbação Social	Substancial	<p>O componente de protecção costeira pode implicar perturbações sociais em comunidades vulneráveis se a opção preferencial de adaptação for a retirada de pessoas de suas casas vulneráveis, expostas à subida do nível do mar. No entanto, o projecto diminuiria este risco através da realização de um mapa de vulnerabilidade global e um estudo geomorfológico para determinar (em conjunto com as comunidades afectadas) as melhores opções de adaptação.</p> <p>O Re-assentamento só seria considerado como uma solução de último recurso, teria que ser voluntário e realizado em conformidade com os desejos e tradições sócio-culturais das comunidades costeiras. Os requisitos de salvaguarda do Banco Mundial seriam seguidos</p>
Co-financiamento Insuficiente	Moderado	<p>Os Projectos LDCF foram criados para proporcionar financiamento adicional para as intervenções de desenvolvimento específicas que já estão a ser financiadas. Os compromissos financeiros para este projecto serão acompanhados de perto durante toda a preparação do projecto para garantir que este risco será adequadamente mitigado.</p> <p>A Colaboração com a concessão do investimento de 3 milhões de dólares americanos do PNUD para a implementação de prioridades adicionais do NAPA, bem como a proposta de utilização da mesma organização institucional para a implementação e supervisão do projecto, irão ajudar a garantir o financiamento adequado disponível para a gestão dos investimentos realizados por este projecto.</p>
Fraca capacidade institucional	Moderada	<p>O Ministério de Recursos Naturais, Energia e Ambiente têm experiência anterior na execução do NAPA. A ênfase do Projecto na prestação de assistência técnica e investimento em actividades de capacitação, vão ajudar a reduzir os riscos associados com a capacidade institucional limitada.</p> <p>A assistência técnica será utilizada para construir, em vez de substituir a capacidade. A identificação de uma entidade de execução conjunta com o projecto NAPA do PNUD ajudará a atenuar este risco. Este risco também será mitigado, mantendo a concepção do Projecto simples e a limitar o número de actividades a serem implementadas.</p>

Riscos adicionais do projecto serão identificados durante a fase preparatória

**G. DESCREVER, SE POSSÍVEL, A PREVISTA RENTABILIDADE DO PROJECTO**

O processo de preparação do NAPA de STP, analisou os custos em relação aos benefícios das várias alternativas de adaptação nos sectores prioritários. Durante todo o processo do Napa, os critérios de selecção utilizados para identificar e definir prioridades da lista dos investimentos foram de: evitar a perda de vida, a redução da pobreza, a relação custo-eficácia, os riscos de implementação, a redução da vulnerabilidade e a sustentabilidade.

Como tal, os investimentos seleccionados para o LDCF não são apenas os mais urgentes, mas também os mais rentáveis. Durante a preparação do projecto, a rentabilidade de cada actividade nos dois principais componentes do projecto, será avaliada. A proposta do projecto final apresentada para a aprovação do Director Executivo reflectirá a justificação detalhada para a rentabilidade.

**JUSTIFICAR A VANTAGEM COMPARATIVA da AGÊNCIA GEF:**

O Projecto capitaliza sobre o papel de liderança do Banco no domínio da adaptação às mudanças climáticas na África, Ásia Leste e América Latina, incluindo SIDS como Kiribati, Samoa e Haiti, entre outros. O projecto também recorre à vasta experiência do Banco Mundial no sector das pescas (em especial da pesca artesanal, bem como da pesca regional na África Ocidental) e de preparação para desastres e gestão de riscos de desastres através do Mecanismo Global para a Redução de Desastres e recuperação. A protecção costeira reforçada recorre à experiência de Samoa, Tonga, Kiribati e diversas Ilhas do Caribe

O Projecto baseia-se também no anterior apoio do Banco ao governo na preparação do NAPA de São Tomé e Príncipe. Irá beneficiar de um forte apoio do Banco e do envolvimento com o GoSTP através do PNRMD- Investimento para o desenvolvimento de recursos públicos e naturais, Projecto de assistência Técnica e Capacitação e o projecto de apoio ao sector social. Além disso, o projecto vai contar com o apoio de vários especialistas técnicos do Banco Mundial na adaptação, mudanças climáticas, pescas e florestas, localizados em escritórios nacionais em toda a região.

O projecto é coerente com a Estratégia de Assistência ao País do Banco para STP (2006-2009) que apoia a implementação da Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP). Especificamente, o projecto apoiará investimentos de acordo com três dos cinco pilares do PRSP: i) a reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e a boa governação; ii) a criação de oportunidades para aumentar e diversificar o rendimento para os pobres e, iii) o desenvolvimento de recursos humanos e acesso a serviços sociais básicos.

**PARTE III: APROVADO / ENDOSSADO POR Ponto Focal Operacional E AGÊNCIAS GEF**

**A. CÓPIA DE ASSINATURA DE PONTO FOCAL OPERACIONAL DO GEF EM ROGO DO GOVERNO**

*(Por favor anexar carta(s) de aprovação do país ou carta(s) de referência regionais a este modelo).*

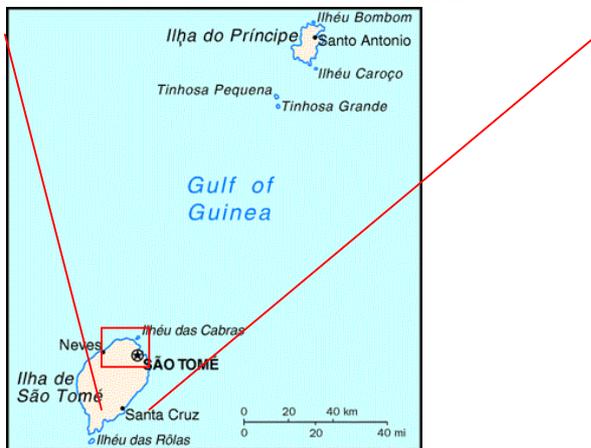
Senhor Lourenço Monteiro de Jesus Ponto Focal GEF Director Direcção de Estatísticas, Informação, Educação e Comunicação Direcção Geral do Ambiente Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente CP. 1023, S. Tomé; São Tomé e Príncipe; Tel: (+239) 225 271 // 90 44 45; Fax. +239 - 227 156 E-Mail: <a href="mailto:bureau_ozono@cstome.net">bureau_ozono@cstome.net</a> ; <a href="mailto:lomoje@yahoo.com.br">lomoje@yahoo.com.br</a>	Data: <i>Setembro 24, 2008</i>
--	--------------------------------

**B. CERTIFICAÇÃO AGENCIA(S)**

Este pedido foi elaborado em conformidade com as políticas e procedimentos do GEF e cumpre os critérios do LDCF / SCCF para a identificação e preparação de projectos.	
Coordenador Agência GEF  Sr. Steve Gorman GEF Coordenador Executivo Banco Mundial	Pessoa de Contacto de Projecto  Sr <sup>a</sup> . Sofia Bettencourt Lead Operations Officer, AFTEN Bank Mundial
Data: <i>(Mês, Dia, Ano)</i>	Tel. e e-mail: <a href="mailto:sbettencourt@worldbank.org">sbettencourt@worldbank.org</a> +261 20 225 6014
GEF – Coordenador de Agência Sr. Christophe Crepin Coordenador Regional GEF Região de África Banco Mundial	Tel. e e-mail:  <a href="mailto:ccrepin@worldbank.org">ccrepin@worldbank.org</a>  (202) 473-9727
Data: (Mês, Dia, Ano)	

**ANEXO 6: Mapa de São Tomé e Príncipe que mostra o distrito de Lobata em pormenor, o local escolhido para as actividades-piloto para a adaptação às mudanças climáticas no domínio da agricultura e vivência rural do Output 3**

Mapa do distrito de Lobata (publicado com autorização de Nicolas Jewell)



Mapa de São Tomé e Príncipe

©<http://geography.about.com/library/cia/blcsaotome.htm>